

UNIVERSIDADE ____
CENTRO ____
DEPARTAMENTO ____
GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

Autor(a)

Superpopulação relativa no Brasil: tamanho e composição entre 2012 e 2020

Cidade/SC

2021

RESUMO

O recorrente retorno da problemática do desemprego e do subemprego para o centro da conjuntura política e econômica no Brasil sugere que estes não são fenômenos esporádicos, tampouco uma novidade criada pela recente crise nacional. Neste estudo, tal problemática é abordada desde uma perspectiva sistêmica, a partir da categoria superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva. Tendo em vista as tendências recentes do ciclo de acumulação no país, o objetivo principal é identificar a composição e mensurar o tamanho do exército de reserva brasileiro entre 2012 e 2020. Para tanto, o trabalho está dividido em três procedimentos: a discussão dos fundamentos e das formas de manifestação da superpopulação relativa em formações sociais dependentes; a construção de uma metodologia para estimar essa população e suas camadas (flutuante, latente e estagnada) a partir dos microdados da PNAD Contínua; e a análise de seu comportamento conjuntural. Os principais resultados dão conta de que a superpopulação relativa brasileira decresceu entre 2012 e 2014, passou por uma intensa recomposição até 2017, uma estagnação – mas com importantes mudanças de forma – entre 2018 e 2019 e um novo crescimento em 2020. Com isso, neste último ano o exército de reserva brasileiro era composto por 57 milhões de pessoas, abrangendo 53% de toda a força de trabalho disponível no país. Além dos desempregados em suas figuras mais tradicionais, essa população também é composta por trabalhadores em ocupações irregulares, pequenos produtores ou prestadores de serviços autônomos, geralmente vivendo em condições de miséria e/ou realizando trabalhos extremamente degradantes. Demograficamente, destaca-se a predominância de pessoas negras e, em menor medida, de mulheres. Em síntese, a principal funcionalidade sistêmica dessa população excedente é potencializar a concorrência pelos postos de trabalho existentes, garantindo a subordinação dos trabalhadores ao capital e os menores preços possíveis no mercado da força de trabalho.

Palavras-chave: Exército Industrial de Reserva. Desemprego. PNAD Contínua. Microdados.

ABSTRACT

The recurring return of the problem of unemployment and underemployment to the center of the political and economic situation in Brazil suggests that these are not sporadic phenomena, nor a novelty created by the recent national crisis. This study intends to approach this problem from a systemic perspective, based on the category of relative surplus population, or industrial reserve army. In view of recent trends in the Brazilian accumulation cycle, the main objective is to identify the composition and measure the size of the national reserve army between 2012 and 2020. Therefore, the research comprises three procedures: the discussion of the grounds and the forms of manifestation of relative surplus population in dependent social formations; the construction of a methodology to estimate this population and its forms (floating, latent and stagnant) from PNAD Contínua's microdata; and the analysis of its recent behavior. The main results show that Brazilian relative surplus population decreased between 2012 and 2014, grew rapidly until 2017, stagnated – but with important shape changes – between 2018 and 2019 and grew again in 2020. Thus, in the last year Brazilian reserve army was composed of 57 million people, comprising 53% of the entire workforce available in the country. In addition to the unemployed in their traditional figures, this population is also composed of workers in irregular jobs and small autonomous producers or service providers, generally miserable and/or performing extremely degrading work. Demographically, there is a predominance of black people and, to a lesser extent, women in this group. In conclusion, the main systemic functionality of this surplus population is to enhance competition for existing job vacancies, guaranteeing the subordination of workers to capital and the lowest possible prices in the workforce market.

Keywords: Industrial reserve army. Underemployment. PNAD Contínua. Microdata.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BACEN – Banco Central do Brasil

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CNAE – Classificação Nacional de Atividades Econômicas

EIR – Exército Industrial de Reserva

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FT – Força de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SR – Superpopulação Relativa

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
1.1	OBJETIVOS	13
1.1.1	Objetivo geral.....	13
1.1.2	Objetivos específicos.....	13
1.2	JUSTIFICATIVA	13
1.3	METODOLOGIA.....	15
2	CICLO DO CAPITAL, DEPENDÊNCIA E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA	19
2.1	CICLO DO CAPITAL E OS FUNDAMENTOS DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA	19
2.2	PARTICULARIDADES DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO CICLO DO CAPITAL EM FORMAÇÕES SOCIAIS DEPENDENTES	26
2.3	DIFERENTES FORMAS DE EXISTÊNCIA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NAS FORMAÇÕES SOCIAIS DEPENDENTES	32
2.3.1	Superpopulação relativa em geral.....	32
2.3.2	Superpopulação relativa flutuante	36
2.3.3	Superpopulação relativa latente	38
2.3.4	Superpopulação relativa estagnada	40
3	PROPOSTA DE MENSURAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO BRASIL	45
3.1	BASE DE DADOS: PNAD CONTÍNUA	47
3.2	CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO	51
3.2.1	Trabalhadores domésticos	52
3.2.2	Conta-própria	53
3.2.3	Empregadores	57
3.2.4	Empregados.....	59

3.2.5	Trabalhadores familiares auxiliares	60
3.2.6	Desocupados e pessoas fora da força de trabalho.....	61
3.2.7	Trabalho infantil e outras formas de trabalho	62
4	COMPORTAMENTO E COMPOSIÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO BRASIL ENTRE 2012 E 2020.....	67
4.1	CICLO DE ACUMULAÇÃO E TENDÊNCIAS DE (DES)EMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO	67
4.2	COMPORTAMENTO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA BRASILEIRA ENTRE 2012 E 2020.....	71
4.3	COMPOSIÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA BRASILEIRA NO LIMIAR DA DÉCADA DE 20	81
4.3.1	Condição de ocupação e características ocupacionais.....	81
4.3.2	Principais características sociodemográficas	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	94
	REFERÊNCIAS.....	98
	APÊNDICES	106

1 INTRODUÇÃO

Trabalhar para viver. E viver para trabalhar, porque além de si, há outros tantos que também necessitariam trabalhar para viver. Essa é a lógica que impera sobre os trabalhadores em qualquer sociedade capitalista, e que tem se imposto de forma devastadora no Brasil desde que o país encerrou seu último ciclo de crescimento econômico. Desse momento em diante, as estatísticas oficiais de desemprego não saíram mais da pauta dos noticiários e dos *slides* dos acadêmicos brasileiros. A razão disso é um dado realmente alarmante: a taxa de desemprego nacional, que beirava os 7% em 2014, atingiu 13% em 2017, manteve-se elevada nos anos seguintes e bateu seu recorde histórico em 2020, quando a crise associada à pandemia da Covid-19 deixou mais de 14 milhões de brasileiros oficialmente desempregados.

Mas o que significam esses dados? Como todo indicador social, a taxa de desemprego parte de uma determinada metodologia, que, por sua vez, reflete uma dada compreensão teórica sobre o fenômeno que se busca mensurar. No caso do Brasil, as estatísticas oficiais de desemprego provêm da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em tese, o desemprego seria uma medida conjuntural da oferta de trabalho, sendo definido pela ausência de ocupação, pela realização de procura efetiva por emprego e pela disponibilidade para assumir uma vaga de trabalho (IBGE, 2021).

Medidas como essa são suficientes para mensurar a oferta de trabalho no Brasil? Para começar a responder essa questão, acompanhemos o seguinte exemplo: um sujeito é demitido, não tem onde cair morto e necessita de um novo emprego. Ele (ou ela) bate à porta de diversas empresas durante vários meses, não consegue trabalho e então decide preparar salgados para vender na rua, trabalhando, digamos, dez horas por dia, seis dias por semana. Como o dinheiro que ganha mal dá para o aluguel, ele/ela aceitaria trabalhar em praticamente qualquer empresa que lhe pagasse o salário mínimo, tanto é que efetivamente continua procurando ocupações como essa nas horas que lhe sobram. Essa pessoa está desempregada? Para as estatísticas oficiais de desemprego, não.

Atualmente, são milhões de brasileiros em situações análogas a essa. Se tomarmos as premissas de um economista vulgar, isso não é efetivamente um problema. Afinal, sua análise se restringe à esfera do mercado, onde convenientemente desaparecem a origem das riquezas socialmente trocadas e as relações de produção que lhes sustentam. Dessa perspectiva, qualquer trabalho é igualmente um “insumo econômico”, independentemente de sua forma e de sua

posição quanto ao processo produtivo¹. Se, por outro lado, buscamos compreender emprego, desemprego e subemprego como fenômenos sociais complexos, integrados à totalidade do modo de produção capitalista, é necessário olhar com suspeita aos conceitos e às estatísticas oficiais.

Para dar conta disso, retomaremos a categoria *superpopulação relativa*, ou exército industrial de reserva, conforme discutida originalmente por Karl Marx (2012). A recuperação dessa categoria não se dá por preciosismo teórico ou exegese aos escritos do autor, mas pela compreensão de que ela é indispensável para explicar a dinâmica atual do mercado de trabalho brasileiro, permitindo captar elementos que escapam aos indicadores tradicionais de desemprego. De maneira sintética, a superpopulação relativa consiste no total de força de trabalho adicional disponível para ser empregada pelo capital em um determinado momento, ou seja, a população que está em excesso relativamente às necessidades do ciclo de acumulação de capital. Essa categoria não se limita ao conceito tradicional de desocupação, pois abrange o conjunto dos trabalhadores que estariam aptos a serem empregados por empresas capitalistas, independentemente de eles estarem efetivamente procurando emprego, já terem desistido, ou mesmo estarem ocupados em atividades marginais ou na pequena produção não-capitalista.

O crescimento dessa população tanto deriva do ciclo de acumulação, como é funcional a ele, uma vez que o aumento da concorrência entre os trabalhadores pelas vagas assalariadas existentes tende a reduzir seu poder reivindicatório, contendo suas pretensões salariais e sua resistência quanto a jornadas de trabalho maiores ou tarefas mais pesadas, por exemplo. Esse mecanismo cumpre um papel fundamental principalmente em momentos de crise, como é o caso do Brasil ao longo dos últimos anos.

A crise de acumulação brasileira foi gestada meados de 2008, passou por um intricado processo de amadurecimento entre 2009 e 2013 e culminou em uma intensa queda nos níveis de investimento e de emprego a partir de 2014 (MARQUETTI; MIEBACH; HOFF, 2017; ARUTO, 2019). Evidentemente, o problema central desta pesquisa não é atestar que tal crise ampliou a superpopulação relativa nacional. Esse é um fato tão explícito que não poderia ser ignorado pelo mais ordinário dos indicadores sociais. O problema é que não sabemos muito

¹ O pressuposto (nunca demonstrado) de que não há assimetria entre os proprietários de cada fator de produção está no núcleo-duro da teoria econômica tradicional (BASTOS, 2017). Dornbusch, Fischer e Startz (2013), por exemplo, apresentam a função de produção básica de qualquer economia supondo amigos que se reúnem para assar tortas. E que são remunerados com tortas! Aqui, abstrai-se o trabalho assalariado, a natureza dos meios de produção e a finalidade do processo produtivo. Por mais banal e parcial que esse exemplo possa ser, ele é ilustrativo das *robinsonadas* que caracterizam a economia vulgar (AUGUSTO, 2016).

mais do que isso. De forma mais objetiva, não sabemos dizer qual é o tamanho dessa população, quais frações da classe trabalhadora a compõem e como ela reagiu às mudanças recentes da economia brasileira.

Para contribuir nesse sentido, é preciso encontrar informações que permitam acompanhar as flutuações e as mudanças na composição da superpopulação relativa brasileira pelo menos desde o período em que a crise econômica nacional passou a ser captada pelas estatísticas oficiais de desemprego, ou seja, desde antes de 2014. Tendo em vista esses parâmetros, a pergunta que este estudo pretende responder é: qual a composição da superpopulação relativa brasileira e qual foi seu comportamento entre 2012 e 2020? A partir desse problema, os objetivos são definidos como se segue.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 **Objetivo geral**

Estimar o tamanho e a composição da superpopulação relativa no Brasil no período entre 2012 e 2020.

1.1.2 **Objetivos específicos**

Discutir os fundamentos da superpopulação relativa, suas particularidades e suas formas de manifestação em formações sociais dependentes;

Definir critérios e desenvolver técnicas para classificar a superpopulação relativa e suas camadas no Brasil a partir de estatísticas socioeconômicas oficiais;

Estabelecer indicadores para o movimento da superpopulação relativa brasileira e analisar suas tendências recentes.

1.2 JUSTIFICATIVA

A principal motivação desta pesquisa é a inexistência de indicadores compactáveis com a categoria de superpopulação relativa no Brasil, especialmente em um período permeado por uma grave crise, em que as condições de vida da classe trabalhadora se deterioraram a olhos vistos e as estatísticas oficiais ocupam a mente daqueles que poderiam interpretar esse processo.

Dentre as diversas esferas em que a deterioração das condições de vida no país se expressa, a mais lembrada é a renda, geralmente associada ao aumento da pobreza e da fome. Sem entrar no mérito das estatísticas oficiais para essas variáveis, vale citar que o rendimento domiciliar *per capita* real no Brasil, que já era de apenas R\$1.391 em 2014, sofreu fortes quedas entre 2015 e 2017 e, novamente, em 2020, quando ficou em R\$1.380 (PNADC/A, 2021). Além

disso, houve uma notável piora na distribuição de renda, que a julgar pelo índice de Gini dos rendimentos individuais do trabalho cresceu continuamente desde 2015, acumulando alta de 9% até 2020 (CARVALHO, 2021). Em decorrência desses dois fatores, a “taxa de pobreza” (percentual de famílias vivendo com até $\frac{1}{4}$ salário mínimo por morador) aumentou 2,2 pontos percentuais entre 2014 e 2018, quando atingiu 11,8% da população (BARBOSA; SOUZA; SOARES, 2020). No mesmo sentido, também houve um severo agravamento do cenário de insegurança alimentar, que já assolava 22,6% dos domicílios brasileiros em 2013 e alcançou a marca de 36,7% em 2018 (IBGE, 2020). Em todos esses casos, a dinâmica do mercado de trabalho é apontada como um dos principais determinantes. No entanto, esses fenômenos raramente são articulados entre si, tampouco compreendidos de forma sistêmica.

Assim, as análises sobre tais temas tendem a ficar presas aos binômios miséria-riqueza, exclusão-inclusão, emprego-desemprego, sem compreender a totalidade que lhes confere sentido. Compreender a totalidade não significa – como objetaria a epistemologia tradicional – conhecer *tudo* que há para ser conhecido sobre um fenômeno, mas estabelecer suas principais determinações, identificar os eixos em torno dos quais ocorre e responder o que o articula e movimenta. Em nosso tempo, o fundamento da organização social está no capital, cujo ciclo alimenta a dinâmica dos múltiplos fenômenos relativos ao trabalho (OSORIO, 2019).

O fundamento da totalidade desaparece em todo o rol de teorias individualistas, mas não apenas. Conforme demonstra Ceceña Martorella (1994), ele é escamoteado também por uma série de abordagens ditas “heterodoxas”, com destaque àquelas de natureza assistencialista e mesmo as influentes teorias da marginalidade social, que visam explicar a miséria, o desemprego e o subemprego a partir de fatores exógenos ao ciclo do capital, como a perpetuação de atividades não produtoras de valor e a revolução científico-técnica². Para citar exemplos mais atuais, poderíamos estender essa afirmação para diversas interpretações da nova sociologia do trabalho. Um caso emblemático é o conceito de “precariado” utilizado por Ruy Braga (2013), que embora possa ser compreendido como um neologismo para a superpopulação relativa³, na prática se define mais por parâmetros institucionais, salariais e demográficos do que efetivamente pelas relações sociais de produção nas quais os trabalhadores estão inseridos.

² As teorias da marginalidade social ganharam projeção a partir dos anos finais da década de 1960 com os escritos de José Nun (1969) e Aníbal Quijano (1994). No Brasil, o marginalismo desenvolveu-se principalmente por meio dos intelectuais ligados ao Cebrap, ainda que com importantes divergências relativamente aos seus fundadores. Para mais detalhes, ver Martorella (1994), Osorio (2010), Duarte (2019) e Azevedo (1985).

³ “Aos nossos olhos, o precariado, isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o

Além disso, devemos reconhecer que a categoria superpopulação relativa permanece pouco explorada no campo teórico marxista como um todo. Se bem essa falta de aprofundamento já se aplique às teorizações mais abstratas sobre o tema, de um ponto de vista mais concreto ela se manifesta em duas lacunas especialmente preocupantes: a incompreensão de suas particularidades em formações sociais específicas; e a ausência de indicadores para sua análise empírica. A primeira dessas lacunas foi recentemente destacada por Felix (2017), constituindo um dos pontos em aberto nas teorizações sobre a dependência latino-americana. A segunda aparece recorrentemente em estudos que tratam do comportamento conjuntural do exército de reserva, já tendo sido identificada na década de 1970, por exemplo, nas obras de Ernest Mandel (1985 [1972]), Anwar Shaikh (1978) e Ruy Mauro Marini (1994 [1978]). No caso particular do Brasil, diversas pesquisas têm tentado contornar esse problema por meio de indicadores oficiais de desemprego, que embora válidos, tendem a ser imprecisos, justamente por terem sido elaborados para outros fins e com base em outras matrizes teóricas e metodológicas⁴.

Ao reduzir tais limitações, a construção de indicadores compatíveis com a categoria superpopulação relativa e com suas formas de existência no Brasil pode ampliar o poder explicativo e preditivo da teoria marxista, bem como a capacidade de ação política daqueles que dela se apropriam, uma vez que permite identificar de forma mais concreta as frações da classe trabalhadora brasileira, suas tendências históricas e sua situação conjuntural⁵.

1.3 METODOLOGIA

Este estudo é constituído por dois procedimentos principais. O primeiro deles consiste em uma revisão bibliográfica. O segundo, em uma pesquisa documental, com base nos microdados da PNAD Contínua.

lumpemproletariado quanto a população pauperizada, Marx chamou de ‘superpopulação relativa’” (BRAGA, 2013, p. 16). Posteriormente, veremos que o lumpemproletariado não compõem a superpopulação relativa, e que os pauperizados não podem ser tomados como uma camada à parte dessa população.

⁴ Para ficar em apenas dois exemplos, vale menção aos trabalhos de Costa (2013) e Gomes, Lima e Carvalho (2021), que utilizaram, respectivamente, os indicadores de desocupação da PNAD, e as medidas de subutilização da força de trabalho da PNAD Contínua como *proxys* do comportamento do exército industrial de reserva.

⁵ Como veremos mais adiante, essa tarefa já foi enfrentada por Nelson Granato Neto (2013), que deu passos importantes para a mensuração do exército industrial de reserva e de suas camadas no Brasil. Contudo, há razões teóricas e empíricas pelas quais a metodologia proposta pelo autor não resolve as lacunas aqui apontadas. Assim, esta pesquisa justifica-se também pela necessidade de revisão, atualização e aprimoramento desse esforço inicial.

A primeira dessas etapas está voltada a compreender a relação entre a superpopulação relativa e o ciclo do capital, em geral, e em economias dependentes, em particular⁶. Evidentemente seria ingênuo – para não dizer improdutivo – acreditar que tais temas poderiam ser aprofundados, no nível de rigor que merecem, sem extrapolar o escopo deste trabalho. No entanto, nosso objetivo principal exige que, pelo menos, sistematizemos os fundamentos da categoria superpopulação relativa e suas formas de manifestação conjuntural no Brasil, de modo a delimitar teoricamente os fenômenos a serem procurados nas fontes empíricas. Para transitar entre esses dois níveis de abstração, o principal aporte teórico deriva da teoria marxista da dependência. Tais discussões serão tema do *Capítulo 2* desta monografia.

A segunda etapa da pesquisa busca traduzir empiricamente essa compreensão, ou seja, identificar a superpopulação relativa brasileira nas estatísticas disponíveis. Essas estatísticas serão utilizadas, em um primeiro momento, para delimitar a parcela da população que compõem a classe trabalhadora. Com base nessa aproximação, buscamos identificar a posição de suas frações no processo produtivo, de modo a classificar os membros do exército de reserva e de suas camadas. Sendo assim, não se trata de extraír de um modelo teórico um “tipo ideal” dos trabalhadores supranumerários ou “precarizados”, mas de buscar nas estatísticas disponíveis elementos que sintetizem as relações sociais de produção nas quais eles estão inseridos e sua dinâmica no ciclo do capital (MARINI, 1994).

De partida, tal procedimento já impõem exigências importantes à base de dados empregada na pesquisa, a qual deve ser ampla o suficiente para: *i*) incluir indicadores referentes à situação de trabalho, à posição no processo produtivo, à procura por trabalho e às condições de renda e de subsistência da classe trabalhadora brasileira; *ii*) ser representativa para todo o território nacional; *iii*) permitir a construção de séries temporais desde, pelo menos, 2012.

Considerando exclusivamente o primeiro requisito, a fonte mais adequada seria a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), realizada pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Elaborada justamente para dar conta das heterogeneidades do mercado de trabalho brasileiro, a metodologia dessa pesquisa diferencia-se das estatísticas tradicionais por articular as condições de ocupação, desocupação e inatividade, o que é um passo importante para a correta mensuração

⁶ Esse procedimento parte do pressuposto de que, apesar de ser o país de maior desenvolvimento relativo da América Latina e firmar uma espécie de semiperiferia regional, o Brasil jamais superou sua condição de dependência, permanecendo em posição subordinada na divisão internacional do trabalho desde sua formação até hoje (BREDA, 2020).

da superpopulação relativa⁷. No entanto, a PED nunca chegou a ter abrangência nacional, tendo sido encerrada na maioria das regiões onde era realizada entre 2018 e 2019 (PED, 2019).

Os requisitos de abrangência e frequência, por outro lado, são melhor atendidos pelas pesquisas socioeconômicas oficiais, particularmente a PNAD Contínua, que é realizada pelo IBGE em todo o território nacional desde 2012⁸. A PNAD Contínua se baseia nos dados do Censo Demográfico, atualizando-os a partir da amostragem de domicílios particulares permanentes, em um esquema de rotação em que cada domicílio é entrevistado em um mês por trimestre, durante cinco trimestres. A cada trimestre, são entrevistados cerca de 211 mil domicílios, em aproximadamente 16 mil setores censitários por trimestre (IBGE, 2021). Essas entrevistas incluem um conjunto de perguntas conjunturais, referentes às características demográficas e educacionais, ao trabalho e aos rendimentos dos moradores do domicílio. A cada cinco visitas, são incluídas ainda uma série de perguntas adicionais, divulgadas anualmente.

Os principais problemas do uso dessa pesquisa, entretanto, dizem respeito à sua metodologia. Historicamente, o desenvolvimento de pesquisas domiciliares oficiais no Brasil esteve sempre vinculado a organismos internacionais e, portanto, às suas diretrizes políticas e teóricas. Essas diretrizes foram passadas embrionariamente no momento da criação da PNAD – diretamente orientada pela Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID) – em meados da década de 1960 (IBGE, 2015). Posteriormente, a tutela metodológica passou para as agências da Organização das Nações Unidas (ONU), particularmente a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Estatística das Nações Unidas (UNSC), cujas convenções subsidiaram a formulação da PNAD Contínua (IBGE, 2021). Em decorrência disso, há divergências radicais entre as categorias aqui discutidas e os conceitos adotados pela PNAD Contínua, as quais começam com a própria definição de *trabalho* e *força de trabalho* e se espalham pelo conjunto de legalidades que permeiam as relações de produção e a apropriação da renda entre as classes sociais⁹.

⁷ Esse é o caso, por exemplo, das estatísticas de inatividade com trabalho excepcional, desemprego pelo trabalho precário e desemprego por desalento. Além disso, a PED também oferecia uma maior caracterização dos trabalhadores autônomos, permitindo sua localização no processo produtivo enquanto prestadores de serviços ao público em geral ou subcontratados por empresas. Para mais detalhes, ver PED (2009).

⁸ A PNAD Contínua substituiu duas pesquisas até então realizadas paralelamente pelo IBGE: a Pesquisa Mensal do Emprego (PME) e a PNAD tradicional (de periodicidade anual). Para mais detalhes, ver IBGE (2014).

⁹ Grosso modo, a PNAD Contínua reproduz os conceitos definidos na 19^a *Conferência Internacional de Estatísticos do Trabalho*, organizada pela OIT. Na *Resolução I* de tal conferência, lê-se que o “trabalho” compreende todas as atividades realizadas por pessoas de qualquer sexo e idade com o fim de produzir bens ou prestar serviços para o consumo de terceiros ou para o uso final próprio” e que o “conceito de *força de trabalho*

Embora o uso de tais bases certamente dificulte o cumprimento do terceiro requisito levantado, há pelo menos duas razões pelas quais a PNAD Contínua segue sendo uma opção viável. A primeira delas diz respeito à extensão e à variedade dos questionários da pesquisa. Neste ponto específico, destacam-se as possibilidades abertas pelas perguntas referentes à subutilização da força de trabalho – que constituem indicadores mais próximos da real medida da oferta de trabalho do que os de quaisquer outras fontes de dados oficiais – e os questionários suplementares – que permitem captar elementos do trabalho infantil e das “outras formas de trabalho”, a saber, produção para consumo próprio, afazeres domésticos e cuidados de familiares ou outras pessoas do domicílio. A segunda razão é que o IBGE disponibiliza sistematicamente os resultados brutos da Pesquisa, dos quais é possível derivar novas variáveis e indicadores, superando parte das limitações metodológicas mencionadas.

Dessa forma, os microdados da PNAD Contínua constituem a principal fonte empírica deste estudo. A maior parte das informações provém dos microdados trimestrais, compreendidos entre o 1º trimestre de 2012 e o 4º trimestre de 2020. Nos casos das variáveis provenientes dos questionários suplementares (anuais), os indicadores serão repetidos nos trimestres que compõem cada ano. Tendo em vista que a PNAD Contínua é uma pesquisa amostral complexa, a estimativa de seus parâmetros populacionais deve considerar os pesos amostrais e a pós-estratificação dos microdados. Tais ponderações serão feitas a partir de pacotes do tipo *survey* (PESSOA; SILVA, 2018)¹⁰.

A partir desses dados, elaboramos uma proposta de mensuração da superpopulação relativa brasileira, a qual será apresentada no *Capítulo 3*. Os resultados obtidos por meio da aplicação dessa proposta serão apresentados e discutidos à luz das tendências recentes do ciclo de acumulação brasileiro no *Capítulo 4*. Por fim, o *Capítulo 5* traz as considerações finais da pesquisa.

se refere à oferta de trabalho disponível em um dado momento para a produção de bens e serviços em troca de remuneração ou benefícios” (ILO, 2013, p. 2-4, tradução nossa). Naturalmente, a fronteira entre trabalhadores e capitalistas torna-se uma questão meramente formal e sua assimetria desaparece, uma vez que tanto empregados como empregadores recebem igualmente rendimentos “retirados do trabalho”.

¹⁰ Por limitações de equipamentos disponíveis, tanto a importação dos dados quanto seu tratamento foram realizados a partir do *Stata*. Para importações, utilizamos o pacote *datazoom* (PUC, 2021) e, para estimativa de médias, totais, razões e proporções, estatísticas descritivas e modelagem em geral, os comandos do tipo *survey* (STATAcorp, 2013). Os mesmos procedimentos podem ser reproduzidos, sem qualquer prejuízo, em outros softwares, com destaque ao *R* (PESSOA; SILVA, 2018).

2 CICLO DO CAPITAL, DEPENDÊNCIA E SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Dissemos anteriormente que o ciclo do capital é o elemento que confere sentido à dinâmica do assim chamado mercado de trabalho brasileiro. Consequentemente, é a partir dele que devemos partir para provar nosso ponto, derivar a categoria superpopulação relativa, seus fundamentos, sua importância e suas formas de existência¹¹. Iniciaremos essa tarefa pela identificação dos determinantes mais gerais do objeto, no plano teórico do modo de produção. Em um segundo momento, reduziremos o nível de abstração da análise, chegando às particularidades da superpopulação relativa em formações sociais dependentes e às suas manifestações conjunturais.

2.1 CICLO DO CAPITAL E OS FUNDAMENTOS DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA

Não nos cabe aqui retomar toda a teorização em torno do ciclo do capital, pois certamente não diríamos nada que Marx (2012; 2014; 2017) já não tenha dito melhor. Entretanto, algumas categorias devem ser resgatadas e esclarecidas para atingir nossos objetivos, mesmo que isso implique em aborrecer o/a leitor/a mais familiarizado/a com o tema.

O que caracteriza as sociedades capitalistas é que o produto do trabalho não é imediatamente social, mas intermediado pelo valor, em suas formas mercadoria (M) e dinheiro (D). O capital consiste na totalidade desse processo, cujo objetivo é obter mais de si mesmo, isto é, valorizar o valor. Isso só ocorre por meio do consumo da força de trabalho humana, cujo valor de uso (o trabalho) é o único capaz de transferir às mercadorias o valor dos meios de produção (capital constante) e, ao mesmo tempo, formar novo valor. Quanto ao objeto de nossa investigação, cabe observar que o consumo da força de trabalho pressupõe que antes ela possa ser encontrada no mercado, como qualquer outra mercadoria. Para garantir que essa oferta exista e, mais do que isso, que seja contínua, o estatuto da propriedade privada cria uma classe de pessoas que são proprietárias de si e, via de regra, somente de si, só podendo acessar as riquezas socialmente produzidas caso vendam a única mercadoria que possuem, isto é, sua força de trabalho. Essa classe é, precisamente, a classe trabalhadora.

Os proprietários dos meios de produção empregam os membros dessa classe, pagando-lhes, via de regra, o valor de sua força de trabalho, isto é, o valor equivalente ao conjunto dos

¹¹ Esse é, diga-se de passagem, o exercício que nos parece faltar a grande parte dos marxistas, cuja “teorização” sobre a superpopulação relativa raramente passa de repetições das escassas passagens de Marx sobre o tema (CASTRO, 1983; GRANATO NETO, 2013).

bens necessários à reprodução material de seu portador (o/a trabalhador/a) em condições normais para uma determinada sociedade. À medida que esse valor é inferior ao produzido pelos trabalhadores empregados, o capital se multiplica, ou seja, produz mais-valor ou mais-valia¹². Ao realizar esse novo valor, ele volta à forma-dinheiro pela qual ingressou no ciclo, reiniciando seu processo de auto-expansão. Nisso consiste, em linhas gerais, o ciclo do capital, conforme sistematizado por Marx (2014):

$$D - M \xrightarrow[FT]{MP} \dots P \dots M' - D' [\dots] \quad (1)$$

Em que: D = dinheiro; M = mercadoria; FT = força de trabalho; MP = meios de produção; P = produção; M' = mercadoria com mais-valia; D' = dinheiro aumentado.

O capital se reproduz, portanto, migrando entre duas fases de circulação (D-M e M'-D'), intermediadas pela fase de produção (P). Para sermos mais precisos, a fórmula acima sintetiza o ciclo do capital industrial, do ponto de vista do capital-dinheiro, ou capital monetário¹³. Esse ciclo é industrial não porque se resuma ao setor ao qual a contabilidade nacional denomina “indústria” ou “indústria de transformação”, mas porque ele está assentado sobre a *grande indústria*, ou seja, sobre relações específicas de produção em que o trabalhador perde sua consciência sobre o processo de trabalho, o qual é organizado pela ciência e movido pela maquinaria. Dado sua capacidade de desenvolver as forças produtivas e concentrar meios de produção, é o movimento do capital industrial que comanda a produção social e, com ela, o espaço das demais formas de produção nas sociedades capitalistas¹⁴.

Isso não quer dizer que, na prática, exista um capital que compra sozinho todas as etapas do ciclo industrial. No dia-a-dia dos negócios, o que podemos ver – com maior ou menor clareza – são capitais individuais especializadas em fazer circular dinheiro (capital-dinheiro), outros

¹² É por isso que, para sermos precisos, é impossível que exista um “mercado de trabalho” capitalista. Caso o trabalhador vendesse o produto de seu trabalho, não haveria mais-valor, e tampouco capital. O que ele vende, no entanto, é apenas sua força de trabalho, esta sim uma mercadoria de sua posse.

¹³ “As duas formas que o valor de capital assume no interior de seus estágios de circulação são a de *capital monetário* e *capital-mercadoria*; sua forma própria ao estágio de produção é a de *capital produtivo*. O capital, que no percurso de seu ciclo total assume e abandona de novo essas formas, cumprindo em cada uma delas sua função correspondente, é o *capital industrial* – industrial, aqui, no sentido de que ele abrange todo ramo de produção explorado de modo capitalista” (MARX, 2014, p. 131).

¹⁴ “O capital industrial é o único modo de existência do capital em que este último tem como função não apenas a apropriação de mais-valor ou de mais-produto, mas também sua criação. [...] À medida que o capital se apodera da produção social, a técnica e a organização social do processo de trabalho são revolucionados e, com isso, o tipo histórico-econômico da sociedade. Os outros tipos de capital, surgidos antes dele em condições sociais de produção pretéritas ou em declínio, não apenas se subordinam a ele e são por ele modificadas no mecanismo de suas funções, mas se movem exclusivamente com base nele e, portanto, vivem e morrem, mantêm-se e desaparecem com essa sua base” (MARX, 2014, p. 134).

em produzir bens e serviços (capital-produtivo) e outros em comercializar tais mercadorias (capital-mercadoria)¹⁵. Todos esses capitais, bem como a multiplicidade de capitais menores deles derivados, cumprem funções necessárias ao processo de produção e de circulação de valor, ainda que nem todos sejam produtivos. Da mesma forma, todos eles demandam força de trabalho, ainda que nem todos estejam organizados com base na grande indústria.

Essa demanda dos distintos capitais individuais é o que determina o destino da classe trabalhadora, que em sua maior parte vive da venda da sua força de trabalho em troca de um salário, seja ele pago por tempo (jornada) ou por produção (peça ou empreitada). Em condições análogas estão os trabalhadores empregados pelo Estado, bem como os profissionais do assim chamado “terceiro setor”, que cumprem funções auxiliares ao ciclo do capital, ainda que representem atividades majoritariamente não-mercantis¹⁶.

Conforme vimos, essa demanda é atendida pelo mercado da força de trabalho. O grande drama que permeia esse mercado é que ele não pode permanecer em “equilíbrio” – como esperaria a economia vulgar –, mas deve sempre contar com um excesso de oferta para atender às necessidades da acumulação. Historicamente, essa foi a revolução provocada pela consolidação grande indústria que, ao permitir o livre desenvolvimento das forças produtivas, liberou o capital da dependência do crescimento natural da classe trabalhadora, resultando na produção constante de uma população excedente às necessidades médias de valorização do capital. Nas conhecidas palavras de Marx:

A demanda de trabalho não é idêntica ao crescimento do capital, e a oferta de trabalho não é idêntica ao crescimento da classe trabalhadora, como se fossem duas potências independentes a se influenciar mutuamente. *Les dés sont pipés* [os dados estão viciados]. O capital age sobre os dois lados ao mesmo tempo. Se, por um lado, sua acumulação aumenta a demanda de trabalho, por outro, sua “liberação” aumenta a oferta de trabalhadores, ao mesmo tempo que a pressão dos desocupados obriga os ocupados a pôr mais trabalho em movimento, fazendo com que, até certo ponto, a oferta de trabalho seja

¹⁵ “Se olharmos um hipermercado, por exemplo, vemos que na prática as coisas são muito mais complexas. Esse tipo de empresa vende ao consumidor produtos de muitos capitais especializados especialmente na produção; também produz muitas mercadorias, por exemplo nos seus departamentos de padaria, açougue, peixaria, lanchonete; produz determinadas mercadorias em outros locais (pode ter locais em que se produz frangos, por exemplo) e se encarrega de sua venda. Vende produtos para outros revendedores e não só diretamente para os consumidores. Esse tipo de empresa dispõe de muito dinheiro, mas uma parte do que necessita pede emprestado aos bancos; no entanto, ao mesmo tempo, vende a crédito aos consumidores (possui, por exemplo, cartão de crédito próprio), isto é, funciona como um verdadeiro banco” (CARCANHOLO; SABADINI, 2011, p. 127-128).

¹⁶ “Os assalariados são a categoria mais numerosa. Essa categoria inclui todos aqueles que vendem sua força de trabalho, qualquer que seja sua situação legal ou as tarefas concretas que levam a cabo, qualquer que seja seu empregador, a duração de seu contrato de trabalho ou seu nível salarial [...]. Os assalariados podem dividir-se em dois grupos, dependendo de que seu empregador e eles mesmo trabalhem no setor de produção mercantil (trabalho indiretamente social) ou no setor institucional (trabalho diretamente social)” (GOUVERNEUR, 2005, p. 28).

independente da oferta de trabalhadores. O movimento da lei da demanda e oferta de trabalho completa, sobre essa base, o despotismo do capital (2012, p. 715).

Em termos bastante abstratos, é nessa oferta excedente de trabalhadores em que consiste a *superpopulação relativa* (SR). Sendo essa oferta relativa às necessidades do capital industrial, trata-se de um *exército industrial de reserva* (EIR)¹⁷. Essa é, portanto, a medida mais fiel da oferta de trabalho em uma sociedade capitalista, pois contempla o conjunto da força de trabalho adicional disponível para ser empregada pelo capital em um determinado momento. Em termos mais concretos, poderíamos defini-la como sendo a parcela da classe trabalhadora que não se encontra regularmente empregada por empresas capitalistas e que estaria disponível para sê-lo, recebendo para isso o valor de sua força de trabalho. Aprofundaremos essa “definição” mais adiante.

A princípio, os limites da superpopulação relativa são definidos pelo tamanho da classe trabalhadora, por um lado, e pelo número de trabalhadores assalariados (ou nível de emprego), por outro. Sua relação com a primeira dessas variáveis é direta, todavia bastante gradual, uma vez que o tamanho da população trabalhadora explorável não flutua consideravelmente ao longo de uma ou de poucas rotações do ciclo do capital. Ainda assim, ela também responde fundamentalmente à acumulação de capital, que controla os ritmos de natalidade e de mortalidade (OLIVEIRA, 1976); a dinâmica migratória (MAGALHÃES, 2012); e a duração da vida útil da força de trabalho (OSORIO, 2013). Portanto é possível que, em um determinado país, o exército de reserva seja ampliado em decorrência de um crescimento da força de trabalho (maior natalidade ou saldos migratórios positivos) em ritmo superior ao do emprego, de uma queda na taxa de mortalidade ou da extensão do tempo em que o trabalhador deve permanecer ativo (como seria o caso de uma reforma da previdência que aumentasse o tempo de contribuição exigido para aposentadorias, por exemplo).

Já a relação entre o tamanho da superpopulação relativa e o nível de emprego é inversa, sendo este o principal responsável por suas oscilações. Para uma dada quantidade de capital investido, o total de trabalhadores assalariados pode ser descrito pela seguinte equação:

¹⁷ “Marx trata os dois termos como sinônimos em *O Capital* [1867], texto em que os conceitua, revisa e publica originalmente [...]. Nos *Grundrisse* [1857], Marx utiliza apenas a denominação “superpopulação” e faz menção a outros modos de produção específicos que não o capitalista. Em *O Capital* ele utiliza “EIR” ou “superpopulação relativa” para designar um fenômeno do capitalismo, em especial [...]. Além disso, antes de Marx, em 1845, Engels descreve a situação de um “exército” ou “reserva” de trabalhadores desempregados na Inglaterra. Atualmente, conforme se descobriu em outros manuscritos não publicados por Marx, é possível observar que ele também já lidava com a questão desde 1847. Ambos, porém, teriam retirado os termos (exército de reserva) e se inspirado em metáforas criadas no seio do próprio movimento operário da época” (FELIX, 2017, p. 112).

$$n = \frac{C}{jt \cdot i \cdot \left(1 + \frac{c}{v}\right)} \quad (2)$$

Em que: n = número de trabalhadores assalariados; C = capital adiantado; jt = jornada de trabalho média; i = intensidade média do trabalho; e c/v = composição orgânica do capital¹⁸

Ou seja, o nível de emprego está diretamente relacionado com a quantidade de capital adiantado e inversamente relacionado com a composição orgânica do capital e com o patamar médio de jornadas e de intensidade do trabalho.

Isso explica porque, quando os negócios vão bem, parece não haver contradição entre os interesses dos trabalhadores e dos capitalistas. “O operário soçobra se o capital não o emprega. O capital soçobra se não explora a força de trabalho, e para a explorar tem de a comprar” (MARX, 1982, p. 158). Quanto mais depressa ele se acumula, tanto mais trabalho demanda, tanto menor a quantidade de trabalhadores desesperados para vender sua força de trabalho e tanto mais caro eles podem vendê-la. Caso oposto ocorre em momentos de crise, quando a queda na rentabilidade do capital contrai os investimentos, reduzindo abruptamente a demanda por trabalho. A isso se segue uma recomposição do exército de reserva, o aumento do pauperismo e do desespero dos trabalhadores, que são obrigados a aceitar salários mais baixos.

Entretanto, o capital não depende apenas de sua crise para manter os salários nos trilhos da acumulação. Isso porque a quantidade de trabalho demandada por cada unidade de capital investido é uma grandeza que tende a cair ao longo do tempo. Conforme descreveu Marx (2012), a lei geral da acumulação capitalista se baseia na tendência do capital em ampliar, devido a circunstâncias próprias de seu ciclo, a composição orgânica do capital, ou seja, em concentrar-se cada vez mais em meios de produção, em detrimento do gasto com força de trabalho viva. Assim, a demanda por trabalho cresce com a acumulação, mas em ritmo tendencialmente menor.

De modo sintético, são dois os fatores que operacionalizam essa tendência: o desenvolvimento das forças produtivas e a centralização do capital. Dada a concorrência entre os múltiplos capitais individuais, cada um deles busca produzir mercadorias com o menor valor unitário possível, de modo a apropriar-se de parte do valor gerado por outros capitais (mais-valia extraordinária). Para isso, tendem a revolucionar continuamente o processo produtivo,

¹⁸ O capital adiantado divide-se entre suas frações variável e constante: $C = v + c$. Logo, $C/v = v/v + c/v$, ou $C/v = 1 + c/v$. Portanto, $v = C/(1+c/v)$. A equação (2) é um rearranjo desta última, considerando que, em termos da quantidade de trabalho, o capital variável é um produto do número de trabalhadores e da jornada e da intensidade de trabalho média em que eles trabalham.

introduzindo instrumentos e formas de gestão do trabalho mais produtivas, isto é, que reduzam a quantidade relativa de trabalho necessária para a produção de suas mercadorias¹⁹. Tal ganho de produtividade faz com que determinados capitais cresçam mais do que outros, apropriando-se de maiores margens de mercado. Dessa forma, o capital social se centraliza em unidades maiores, seja pela quebra e posterior anexação de empresas menores ou por fusões ocorridas entre elas. Esse processo reforça a formação da superpopulação relativa, uma vez que "a centralização amplia e acelera, ao mesmo tempo, as revoluções na composição técnica do capital, que aumentam a parte constante deste último à custa de sua parte variável, reduzindo, com isso, a demanda relativa de trabalho" (MARX, 2012, p. 703).

Vendo a questão desde a perspectiva do conjunto dos capitais existentes em uma sociedade, a demanda e a oferta de força de trabalho também respondem às mudanças no nível médio de intensidade e de duração da jornada de trabalho. Tanto a expansão das jornadas, quanto a intensificação do trabalho significam um sobretrabalho realizado por cada operário. Para os capitalistas, esse trabalho extra significa que agora eles precisam contratar menos trabalhadores para produzir a mesma quantidade de mercadorias. Logo, reduzem a absorção da força de trabalho excedente, engrossando as fileiras do exército de reserva.

Isto posto, estamos em condições de fazer o caminho de volta. Como a formação da superpopulação relativa retroage sobre a acumulação? Já tivemos a oportunidade de comentar a primeira de suas funcionalidades ao ciclo do capital. Trata-se do fato de que, havendo uma sobreoferta permanente de força de trabalho, o capital se liberta das amarras naturais do crescimento da classe trabalhadora, não correndo o risco de que lhe faltem braços para tocar sua expansão²⁰. Tal condição foi criada pela grande indústria moderna e se renova a cada crise do capital.

Aliado a isso, está uma segunda funcionalidade: a de ampliar a concorrência entre os trabalhadores, quebrar sua resistência quanto ao processo de trabalho e conter suas pretensões salariais. A coerção muda promovida pelo pauperismo e pela degradação fisiológica e moral que tende a acompanhar o desemprego é um instrumento muito mais eficiente do que qualquer outra forma de violência. Assim, o aumento da superpopulação relativa permite ao capital: o rebaixamento relativo dos salários (contendo seu aumento em períodos de prosperidade e

¹⁹ "Na aplicação da maquinaria à produção de mais-valor reside, portanto, uma contradição imanente, já que dos dois fatores que compõem o mais-valor fornecido por um capital de dada grandeza, um deles, a taxa de mais-valor, aumenta somente na medida em que reduz o outro fator, o número de trabalhadores" (MARX, 2012, p. 480).

²⁰ Para dizer com Clausewitz: "Uma reserva possui dois propósitos distintos. Um é prolongar e reavivar o combate. O outro é opor-se a ameaças não previstas" (1984, p. 239).

depreciando-o em momentos de crise); o acesso a novas camadas da classe trabalhadora (majoritariamente pela incorporação de novos membros da família operária ao processo produtivo); a extensão do sobretrabalho dos trabalhadores empregados (forçando-os a aceitar jornadas mais longas, remunerações insuficientes para jornadas curtas, ritmos e rotinas de trabalho mais intensas ou mesmo a aplicação de novos instrumentos ou formas de gestão laboral); e o arrefecimento da luta de classes (pela queda do poder reivindicatório do movimento operário).

Por um caminho ou por outro, esses fatores contribuem para aumentar o hiato entre o valor pago pela força de trabalho (face ao seu nível de desgaste) e o valor excedente apropriado pelo capitalista²¹. Trocando em miúdos, a superpopulação relativa é um mecanismo fundamental para o aumento da taxa de mais-valia. A taxa de mais-valia é, como demonstrou Marx (2017), o fundamento implícito do que movimenta todos os capitalistas: a taxa de lucro. Essas duas taxas se relacionam da seguinte forma:

$$l' = \frac{m'}{\left(1 + \frac{c}{v}\right)} \quad (3)$$

Em que: l' = taxa de lucro; m' = m/v = taxa de mais-valia ou grau de exploração da força de trabalho e c/v = composição orgânica do capital²².

Assim, a superpopulação relativa está intrinsecamente relacionada com os dois componentes principais da taxa de lucro. Primeiro, porque ela deriva do crescimento da composição orgânica do capital, que contrai essa taxa. Segundo, porque ela permite a ampliação da taxa de mais-valia, contrarrestando essa queda e permitindo a recomposição da taxa de lucro. Tendo em vista que o movimento da taxa de lucro é o que comanda o nível da acumulação, o tamanho da superpopulação relativa é um elemento fundamental para determinar cada fase do ciclo do capital e suas oscilações periódicas²³.

²¹ "O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, ao mesmo tempo que, inversamente, esta última exerce, mediante sua concorrência, uma pressão aumentada sobre a primeira, forçando-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada em razão do sobretrabalho da outra parte, e viceversa, torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual" (MARX, 2012, p. 711).

²² Originalmente, $l' = m/C$ ou $l' = m/(v+c)$, o que pode ser reescrito como $l' = (m/v)/(1 + (c/v))$.

²³ "Grosso modo, os movimentos gerais do salário são regulados exclusivamente pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que se regem, por sua vez, pela alternância periódica do ciclo industrial. Não se determinam, portanto, pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo aumento ou redução do tamanho relativo da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada" (MARX, 2012, p. 712).

2.2 PARTICULARIDADES DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO CICLO DO CAPITAL EM FORMAÇÕES SOCIAIS DEPENDENTES

Para os fins desta pesquisa não basta identificar a existência e a funcionalidade da superpopulação relativa para a acumulação de capital. Nossa objetivo exige compreender como essa categoria se expressa na *conjuntura* de uma formação social específica²⁴, isto é, no Brasil contemporâneo. Para atingi-lo, devemos reduzir gradualmente o nível de abstração que motivou Marx em *O Capital*, começando pela recuperação dos elementos que particularizam a inserção das economias latino-americanas no sistema capitalista mundial e das implicações disso para a formação da superpopulação relativa. Em outras palavras, compreender os condicionantes da dependência e suas consequências em termos do tamanho e da composição do exército de reserva em formações sociais dependentes.

Partindo dos escritos clássicos de Marini, a dependência deve ser entendida como “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (2005, p. 141). No caso da América Latina, tal subordinação deriva do modo como as economias da região se inseriram no mercado mundial, que se baseou na exportação de matérias-primas à Europa, teve como pressuposto histórico a formação de uma grande massa de trabalhadores excedentes e como consequência um nível de desenvolvimento das forças produtivas relativamente inferior ao dos países centrais. O objeto deste estudo nos permite passar por alto sobre os detalhes dessa discussão²⁵. Por ora, nos interessa compreender como a superpopulação relativa se relaciona com os dois fundamentos que sustentam a reprodução ampliada da dependência: a transferência internacional de valor e a superexploração da força de trabalho.

O fenômeno da transferência de valor deriva de fatores associados à concorrência, às estruturas do mercado mundial e à propriedade de capitais (MARINI, 2005; CARCANHOLO,

²⁴ “A noção de conjuntura nos remete ao estudo de dois níveis de análise[...]: o sistema mundial e a formação econômica-social. Cada um desses níveis tem a particularidade de operar como uma unidade para efeitos de análise mais concreta, assim como uma periodização de seu desenvolvimento enquanto unidade. [A] análise de uma formação econômica-social requer dar conta dos padrões de reprodução [do capital] que imperaram no passado e que imperam no presente, do Estado, das classes sociais e de suas lutas, bem como de uma periodização de sua história” (OSORIO, 2019, p. 57, tradução nossa).

²⁵ A formação de uma massa de trabalhadores excedentes – seja pela chegada de colonizadores/imigrantes, escravos ou pelas relações estabelecidas com os povos originários – é um tema recorrente na historiografia sobre a formação econômica do Brasil e da América Latina. As grandes proporções dessa superpopulação geralmente são associadas aos baixos níveis de remuneração da força de trabalho, sendo um dos principais fatores que minaram o desenvolvimento das forças produtivas na região (PRADO JUNIOR, 1983; NOVAIS, 1977; RIBEIRO, 1979; MANDEL, 1985). A análise que se segue sucede a esse período, pressupondo a internalização relativa do ciclo do capital, que ocorre nos principais países da América Latina na primeira metade do século XX (MARINI, 2012).

2017; ARUTO, 2019). O primeiro deles refere-se aos diferenciais de produtividade existentes entre países centrais e dependentes, que se manifestam intra e intersetorialmente. Isso pode ser ilustrado com o seguinte caso: tanto empresas holandesas, quanto brasileiras exportam frutas. No mercado, ambas são remuneradas de acordo com os custos de produção médios do setor. Dado que as empresas holandesas conseguem produzir com uma quantidade de trabalho socialmente necessária menor, elas se apropriam de uma mais-valia extraordinária gerada pelas empresas brasileiras (menos produtivas), ainda que ambas obtenham lucro. O mesmo vale para trocas entre setores. À exceção de alguns períodos históricos bastante restritos, as economias latino-americanas jamais deixaram de se especializar em ramos com baixa composição orgânica do capital, a exemplo da produção de matérias-primas e de manufaturados básicos. Como esses ramos tendem a apresentar produtividade inferior à média de todos os setores da economia mundial, eles transferem parte de sua mais-valia, que é apropriada, na formação da taxa de lucro média, pelos capitais sediados nos países centrais. Tal dinâmica pode apresentar refluxos conjunturais – o assim chamado *boom* das *commodities* ocorrido no início do século XXI, por exemplo, aumentou extraordinariamente a demanda por diversos produtos exportados pela América Latina, revertendo a deterioração dos termos de troca –, todavia não deixa de atuar como uma tendência estrutural do mercado mundial (BREDA, 2020).

Esse mecanismo se relaciona com um outro, referente à formação dos preços de mercado. Seja por condições técnicas (maior capacidade inovativa, domínio de recursos tecnológicos, força de trabalho mais qualificada, etc.) ou por arranjos políticos (acordos comerciais e cartéis, para ficar em apenas dois exemplos), os países imperialistas sustentam monopólios ou oligopólios pouco competitivos em mercados específicos. Isso permite às suas empresas a manipulação de oferta e a fixação de lucros em patamares superiores ao médio do mercado e, portanto, a apropriação de mais-valia extraordinária.

Por fim, a transferência de valor também ocorre por mecanismos alheios ao comércio mundial. Por ser o polo que comanda as cadeias globais de produção e comércio e o desenvolvimento das forças produtivas, os países centrais controlam os recursos produtivos mais estratégicos, os principais fluxos de investimento e o próprio sistema financeiro internacional. Isso lhes confere a propriedade de um conjunto de capitais necessários às economias dependentes que, ao serem cedidos, resultam na transferência de valor sob as formas de juros e amortizações de dívidas, serviços técnicos, de propriedade intelectual, transportes e *royalties* sobre patentes, marcas, processos de produção, etc. O mesmo decorre dos

investimentos diretos realizados por empresas transnacionais em solo latino-americano, por meio das remessas de lucros e dividendos (BREDA, 2020).

Ora, mas se a produção nestas terras depende do setor externo e, em decorrência disso, transfere-lhe mais-valia, como ficam nossos capitalistas? Caso queiram acumular mais capital, eles devem encontrar um mecanismo de compensação, que amplie a margem da mais-valia gerada internamente. A princípio, tal compensação poderia se dar por meio do aumento da produtividade e do barateamento relativo do valor da força de trabalho, todavia a própria transferência de valor estabelece uma forte dependência de capitais externos, mina o reinvestimento produtivo e o pleno desenvolvimento de um setor produtor de bens de capital. Assim, tal mecanismo só pode ser o maior desgaste da força de trabalho, sem compensação equivalente no nível salarial, ou seja, a superexploração da força de trabalho (MARINI, 2005).

Embora não possa ser confundida com as distintas formas de aumento do grau de exploração da força de trabalho (ou taxa de mais-valia) existentes em quaisquer formações sociais capitalistas, a superexploração só pode se materializar justamente por meio dessas formas (CARCANHOLO, 2017). Vejamos quais são elas:

- i) *Prolongamento da jornada de trabalho.* A realização de uma maior quantidade de trabalho por dia implica em um maior desgaste da força de trabalho (seja física ou mentalmente). Dessa forma, é possível que o capitalista se aproprie de uma mais-valia (absoluta) caso não remunere esse desgaste adicional;
- ii) *Intensificação do trabalho.* A quantidade de trabalho realizada pode aumentar mesmo que a jornada permaneça constante, mediante a realização de trabalhos mais intensos, ou seja, através do maior desgaste da força de trabalho por hora trabalhada. Assim, também há um aumento do valor da força de trabalho, que pode não ser recompensado;
- iii) *Arrocho salarial.* Dada uma mesma quantidade de trabalho realizada e o mesmo valor dos bens-salário, o capitalista pode apropriar-se de mais-valia simplesmente pagando ao trabalhador um valor inferior ao de sua força de trabalho;
- iv) *Não-recomposição de aumento no valor da força de trabalho.* O encarecimento dos bens-salário ou eventuais gastos adicionais com qualificação realizados pelo trabalhador fazem com que, para a realização de um mesmo serviço, ele necessite receber um salário maior. Caso contrário, uma parcela adicional do valor da força de trabalho é apropriada pelo capital.

Em todos esses casos, a força de trabalho é remunerada abaixo de seu valor. Nos dois primeiros, o aumento do grau de exploração se dá pela apropriação, por parte do capitalista, do fundo de vida do trabalhador, uma vez que este não consegue repor o desgaste adicional sofrido no processo de trabalho. Nos dois últimos, o capitalista se apropria do fundo de consumo do trabalhador, cujo salário é reduzido face ao valor dos bens que necessaria consumir. Dada a

centralidade que tais mecanismos assumem no ciclo dependente, eles tendem a atrofiar – física, moral e intelectualmente – a reprodução da classe trabalhadora, reduzindo seu tempo de vida útil e privando-a do acesso aos bens de consumo mais básicos (OSORIO, 2010). Isso explica a baixa expectativa de vida, os elevados índices de desigualdade de renda, de acidentes de trabalho e de habitações irregulares, bem como os bolsões de pobreza, a enorme concentração de riqueza e a persistência de fenômenos tão “arcaicos” quanto a subnutrição e o analfabetismo em toda a América Latina (MATTEI, 2011; ARUTO, 2019).

Dito isso, estamos em condições de rever os determinantes da superpopulação relativa, agora considerando suas particularidades no ciclo dependente. A princípio, vimos que a grandeza dessa superpopulação está inversamente relacionada com a demanda por trabalho e que esta responde, em primeira instância, ao montante de capital investido. Agora sabemos também que as economias dependentes sofrem com uma série de “restrições ao crescimento”. Por um lado, a transferência de valor reduz o montante de capital-dinheiro disponível a ser reinvestido internamente, além de estabelecer uma forte dependência de capitais externos para financiar déficits em conta corrente, o que tende a elevar as taxas de juros e restringir o campo de atuação da política cambial. Por outro lado, a superexploração da força de trabalho restringe o consumo interno, fazendo com que a dinâmica de realização da produção dependa em grande medida das camadas médias e/ou do mercado externo. Esses dois fatores reforçam o viés exportador dessas economias, tornando o ritmo de acumulação não somente menor, como também extremamente vulnerável aos ciclos de liquidez e de demanda externa (ARAÚJO, 2011; CARCANHOLO, 2017).

Ao contrário do que se poderia esperar, o fato das economias dependentes contarem com uma composição orgânica do capital médio inferior à dos países centrais não significa que seu exército de reserva também seja menor. Isso porque a dependência não anula a possibilidade de crescimento dessa composição, que efetivamente ocorre por meio de investimentos estrangeiros e por meio da importação de tecnologias poupadoras de trabalho por empresas nacionais. A incorporação do progresso técnico é comandada pelos setores associados ao mercado externo e à produção de bens suntuários²⁶, que tendem a utilizá-la como uma forma de entrar em um novo ramo de produção ou vencer a concorrência, visando a apropriação de mais-valia extraordinária. Uma vez que esse aumento da produtividade não se reflete integralmente nos preços dos bens-salário, ela não possui o mesmo efeito de barateamento da força de trabalho

²⁶ “Bens suntuários” aqui compreendidos como as mercadorias majoritariamente destinadas às camadas médias não-superexploradas, a exemplo de automóveis, eletrodomésticos e aparelhos eletrônicos.

observado nos países centrais. No entanto, exige que as unidades produtivas que operam com níveis de produtividade inferiores recorram à superexploração (mediante extensão de jornadas, intensificação do trabalho e/ou salários insuficientes) para compensar o valor transferido às empresas mais produtivas. À medida que os capitais menores vão perdendo mercado e/ou se subordinando aos oligopólios formados, o ciclo dependente agudiza a tendência à centralização do capital (MARINI, 2012).

O resultado desse processo é uma restrição ainda maior ao trabalho assalariado, bem como a redução do espaço para a produção de subsistência e da renda passível de ser apropriada na esfera baixa da circulação, que possui uma menor composição orgânica do capital e, portanto, maior empregabilidade. Essas consequências da acumulação dependente são bastante visíveis na formação socioeconômica e espacial da América Latina, manifestando-se tanto no campo, como na cidade. No campo, o caso mais evidente é a histórica desarticulação da agricultura subsistência da região, provocada tanto pelo avanço da monocultura exportadora, quanto pelo fornecimento de bens agrícolas complementares à industrialização, que generalizou o pauperismo entre os trabalhadores rurais, deflagrando intensas migrações rumo às periferias urbanas (BAMBIRRA, 2017; CASTRO, 1983). Por restringirem a capacidade de consumo das famílias e de capitalização das pequenas empresas, os condicionantes da dependência também se refletem na existência de uma ampla e pobre rede de serviços urbanos, que tende a ocupar grande parte do exército de reserva. Essas atividades são operacionalizadas por pequenos capitais com baixas barreiras de entrada e estreitas margens de crescimento ou pela produção não-capitalista, sendo alimentadas basicamente pelo fundo de consumo da burguesia, pelos baixos salários dos trabalhadores empregados e pelo fornecimento de insumos e serviços auxiliares às empresas maiores (OLIVEIRA, 2011; SABADINI; NAKATANI, 2002).

Assim, reproduzem-se um conjunto de atividades não-assalariadas, que contribuem para o barateamento da força de trabalho e dos meios de produção do setor produtivo. Em linhas gerais, é isso que está por traz do processo de informalidade que tanto caracteriza os mercados de trabalho latino-americanos (CACCIAMALI, 1982). A persistência de tais atividades não deriva de um “atraso” no desenvolvimento capitalista na América Latina, tampouco nega as determinações gerais desse modo de produção (CASTRO, 1983). Pelo contrário, elas são reproduzidas pela própria dinâmica do ciclo dependente e por sua indústria moderna, conferindo maior dimensão e formas particulares à sua superpopulação relativa.

Pois bem, uma vez mais nos vemos em posição de fazer o caminho de volta, verificando como as particularidades da superpopulação relativa nas formações sociais dependentes

retroagem sobre o ciclo de acumulação. A primeira funcionalidade é novamente o fornecimento dos braços necessários à expansão do capital. A diferença é que, dada a apropriação do fundo de vida dos trabalhadores – que implica em maiores índices de mortalidade e menor tempo de vida útil dos operários –, a necessidade de reposição desses braços é maior (OSORIO, 2013). A existência de um exército de reserva ampliado não apenas atende essa exigência, como também reduz os gastos que seriam necessários para reproduzir plenamente a classe trabalhadora, liberando os investimentos que deveriam ser aplicados em segurança social, educação e habitação, por exemplo, para esferas de valorização do capital (PAIVA; CARRARO; ROCHA, 2011; LARA; MARANHÃO, 2019). No mesmo sentido, o inchaço da população miserável sobrevivendo em torno do fornecimento dos poucos bens-salários aos quais os assalariados tem acesso é o que garante a reprodução destes, ainda que ela ocorra de forma atrofiada e em detrimento do maior desgaste dos membros do exército de reserva.

A segunda funcionalidade é a de operacionalizar a superexploração, tanto do ponto de vista econômico, quanto político. A base populacional prévia que compõe o exército de reserva é um dos principais determinantes do grau exploração da força de trabalho.

Dependendo do tamanho desse exército de reserva, é possível que uma taxa crescente de acumulação seja acompanhada por uma taxa de mais-valia crescente, estacionária ou decrescente. Quando existe um maciço exército de reserva, a taxa crescente de acumulação não exerce influência significativa na relação entre a demanda e a oferta da mercadoria força de trabalho (exceto, possivelmente, em algumas profissões altamente qualificadas) (MANDEL, 1985, p. 26).

Em outras palavras, tanto maior for a superpopulação relativa, menor será o poder reivindicatório da classe trabalhadora na fase ascendente do ciclo, e maior será sua subordinação em momentos de crise²⁷.

Esse é um fator fundamental na história do movimento operário latino-americano. Salvo algumas exceções regionais e abstraindo as mudanças no padrão de regulação do trabalho, o nível de organização da classe trabalhadora é historicamente baixo nas formações dependentes. Diante de uma menor resistência da classe operária, a burguesia recorre frequentemente ao Estado, de modo a garantir a rotatividade da força de trabalho, limitar a ação

²⁷ "Isso explica, por exemplo, o rápido aumento da taxa de acumulação na Inglaterra entre 1750 e 1830, ou na Índia após a Primeira Guerra Mundial. Ao contrário, quando há uma tendência ao decréscimo do exército industrial de reserva, devido, entre outros fatores, à emigração em massa da força de trabalho "supérflua" para o estrangeiro, um rápido aumento na taxa de acumulação pode perfeitamente ser acompanhado por uma taxa de mais-valia estacionária ou decrescente. Tal esquema seria adequado, por exemplo, à Europa ocidental entre 1880 e 1900, ou à Itália no início dos anos [19]60." (MANDEL, 1972, p. 26).

sindical e reduzir tanto quanto for possível o patamar salarial – seja ele direto, por meio do salário mínimo e da política cambial, por exemplo, ou indireto, sob a rubrica de encargos sociais –, a regulação de jornadas e horas-extra, as exigências com saúde do trabalhador, o rigor da fiscalização e a concessão de direitos trabalhistas. Nas palavras de Marini,

os mecanismos econômicos que engendram a superexploração e que a reforçam, em particular o crescimento do exército industrial de reserva, atuam naturalmente no sentido de elevar a parcela de mais-valia e criam, ademais, a nível político, condições para que os trabalhadores sofram pressões que vão no mesmo sentido (1979, p. 33, tradução nossa).

No limite, o que se observa é que o elevado grau de flexibilidade das relações trabalhistas nas formações sociais dependentes permite que, dentro de certos limites, o capital se aproprie de mais trabalho sem nem mesmo reduzir exército de reserva. Isso ocorre em pelo menos dois cenários bastante comuns nas economias dependentes. Primeiro, por meio da intensificação dos ritmos de trabalho, que tende a acompanhar a incorporação de progresso técnico quando ele não é compensado por redução de jornadas (MARINI, 1982). Segundo, por meio das contratações intermitentes e parciais (com jornadas reduzidas, porém geralmente mais intensas), das subcontratações e de outras formas de remuneração por peça, que ampliam a mais-valia apropriada, mas não aumentam o número de assalariados ou, quando o fazem, não lhes garantem um nível de remuneração condizente com a média dos assalariados (TAVARES; LIMA, 2009). Dessa forma, a dependência aprofunda ao máximo os efeitos da superpopulação relativa sobre os assalariados, formando um círculo vicioso que contém a elevação do componente histórico-moral dos salários e estimula o sobretrabalho, em detrimento do desenvolvimento orgânico das forças produtivas.

2.3 DIFERENTES FORMAS DE EXISTÊNCIA DA SUPERPOPUAÇÃO RELATIVA NAS FORMAÇÕES SOCIAIS DEPENDENTES

Uma vez compreendidos os principais determinantes da superpopulação relativa no ciclo dependente, nosso objeto começa a ganhar contornos mais concretos. Afinal, o que define os trabalhadores de reserva em uma determinada conjuntura? Como identificar se João, Maria, você ou qualquer outro latino-americano é um soldado desse exército? Em quais fileiras se encontram esses soldados? Como o ciclo do capital as organiza?

2.3.1 Superpopulação relativa em geral

Do ponto de vista do ciclo do capital, vimos que a superpopulação relativa é a parcela da força de trabalho que excede as necessidades médias da acumulação. Como o que nos

interessa são as flutuações conjunturais dessa população, devemos estreitar essa definição, considerando a oferta de trabalho excedente em um determinado momento. Nesse sentido – e ainda abstraindo as particularidades históricas e regionais de nosso objeto –, podemos identificar três condições que definem se uma pessoa compõe ou não a superpopulação relativa em uma dada conjuntura: *i*) aptidão para o trabalho assalariado; *ii*) dependência salarial; *iii*) não-assalariamento regular. Vejamos como surgem e o que significam essas condições.

A primeira condição deriva do fato de que, para atender aos propósitos da acumulação, um indivíduo deve ser livre-portador de sua força de trabalho, estar apto a levá-la até o local de trabalho e realizar determinadas tarefas a ele designadas, sob as condições normais de duração, destreza e intensidade de trabalho imperantes na sociedade²⁸.

Dessa forma, estão excluídos todos os membros da classe trabalhadora cuja força de trabalho já foi demasiadamente degradada (como trabalhadores mutilados por acidentes de trabalho ou que perderam suas capacidades intelectuais/motoras ao longo do tempo); que não se encontram em condições de trabalho (a exemplo da maioria das crianças, mulheres em fase final de gestação e enfermos); ou que estão imobilizados pela divisão do trabalho (a exemplo de pessoas geograficamente isoladas ou em condições análogas à escravidão). Pela mesma lógica, o lumpemproletariado também não compõe o exército de reserva, uma vez que representa uma parcela da população que se tornou inválida para o trabalho assalariado (a exemplo de pessoas em situação de rua por tempo prolongado, dependentes químicos irrecuperáveis, batedores de carteiras, catadores e indigentes em geral)²⁹.

A segunda condição se deve a que, de nada adianta a força de trabalho estar em condições de uso caso ela não esteja à venda sob preços de concorrência, isto é, pelo salário médio vigente para trabalhos de determinados graus de intensidade e de qualificação³⁰. Por certo, há uma série de idiossincrasias (de natureza subjetiva, cultural, demográfica, etc.) que determinam se um indivíduo apto ao trabalho estaria disposto a vender sua força de trabalho,

²⁸ Muita tinta já foi gasta discutindo o que seriam condições “normais” de exploração. Um bom ponto de partida para compreender o tema pode ser a discussão de Rubin (1987) sobre trabalho socialmente necessário. Desde um ponto de vista mais empírico, ver Gouverneur (2005).

²⁹ É evidente que os limites mínimos para a invalidez são bastante elásticos nas formações sociais dependentes. A alfabetização, por exemplo, é um atributo dispensável para diversos ramos. Em outros, determinadas insuficiências aparentemente incontornáveis podem ser supridas com treinamentos, a depender da necessidade de incorporação de nova mão-de-obra. Sem entrar a fundo nessa discussão, podemos considerar *lúmpens* aqueles que, por deficiência natural ou adquirida, não teriam condições de atingir os níveis mínimos de instrução e de disciplina exigidos por qualquer ramo capitalista.

³⁰ Em decorrência da superexploração, esse salário pode se manter frequentemente abaixo do valor da força de trabalho. No entanto, ele não deixa de ser maior conforme o grau de qualificação do trabalhador e a quantidade de trabalho realizada.

todavia o critério último é a reprodução material, isto é, a sobrevivência desse indivíduo. Nas sociedades capitalistas, essa reprodução depende fundamentalmente do acesso ao mercado, por meio do dinheiro. Assim, a principal amarra social que prende os trabalhadores ao exército de reserva é a dependência salarial. Essa amarra é ainda mais forte nas formações dependentes, onde os salários indiretos (via serviços públicos e seguridade social, por exemplo) e a poupança das famílias dificilmente garantem o nível mínimo de subsistência ao trabalhador.

Por óbvio, esse critério exclui todas as pessoas que não compõem a classe trabalhadora, isto é, a burguesia (em suas diversas frações, inclusive rentistas) e os dependentes por ela sustentados³¹. Ainda que componham a classe trabalhadora, num plano mais conjuntural também não podem ser considerados exército de reserva os estudantes e outros dependentes sustentados pela família ou por poupança prévia que não estão no mercado de trabalho, nem no trabalho doméstico. Além disso, esse critério também exclui da reserva uma parte expressiva da classe trabalhadora: os trabalhadores que não são assalariados diretamente pelo capital, mas auferem um nível de renda regularmente superior ao dos assalariados. Esse é o caso da maioria do funcionalismo público, bem como de artesões qualificados autônomos e dos assim chamados profissionais liberais, que prestam serviços especializados a empresas ou diretamente ao consumidor, geralmente com algum poder de barganha e/ou capacidade de fixação de preços pelo seu trabalho³².

Isso nos leva à terceira condição, à qual chamamos de “não-assalariamento regular”. O princípio dessa condição é bastante trivial: ela exclui a parcela da classe trabalhadora que já está diretamente empregada pelo capital e, portanto, não poderia fornecer os braços necessários à sua expansão. O que não é tão trivial é a definição de “diretamente empregada pelo capital”. Em essência, tal emprego se caracteriza pelo consumo da força de trabalho realizada de forma *especificamente* capitalista, isto é, como trabalho assalariado (seja por tempo, por produção ou empreitada), que é pago com dinheiro como capital (não como renda) e se defronta com os meios de produção também como capital (não como posse do trabalhador, mas determinando suas condições de trabalho), de modo a produzir ou fazer circular mais-valia, ou seja,

³¹ Nesse grupo, desconsideramos a área cinzenta situada entre a pequena-burguesia e o proletariado, em que o empregador também participa diretamente do processo produtivo, retirando rendas que não funcionam como capital, mas apenas para reproduzir sua própria força de trabalho, muitas vezes em condições inferiores às dos assalariados.

³² Aqui reside uma diferença importante: esses trabalhadores tendem a ser donos de seus próprios meios de produção, por mais baratos que estes sejam. Dessa forma, ainda que estejam subordinados ao capital e aos preços de mercado, o que eles vendem não é a sua força de trabalho, mas os frutos de seu trabalho (seja na forma de produtos ou de serviços).

operacionalizar o ciclo do capital industrial³³. Para dizer de forma mais simples, é assalariado do capital o operário que tem seu *processo de trabalho diretamente organizado e controlado por uma empresa capitalista*, que o contrata visando a geração ou a apropriação de lucro (RUBIN, 1987; CARCANHOLO, 2008).

Com isso, pode-se dizer que a maior parte do problema está resolvido, pois fica estabelecida uma fronteira mais ou menos clara entre trabalhadores assalariados e não-assalariados. No entanto, ainda resta um caso particular que, no plano conjuntural que nos interessa, joga um papel muito importante: o trabalho assalariado em tempo parcial, temporário ou com jornadas intermitentes. Em outras palavras, os empregos irregulares – face ao padrão médio de jornadas e intensidade do trabalho dos assalariados – ou subempregos. Todas essas formas de ocupação podem ser, de acordo com os critérios que acabamos de descrever, trabalho assalariado³⁴. Entretanto, esse tipo de emprego não esgota a força de trabalho de seus portadores, que é subconsumida pelo capital. Isso quer dizer que, embora esses trabalhadores componham parcialmente o exército ativo (podendo, inclusive, ser bastante produtivos enquanto ocupados), eles não deixam de oferecer uma quantidade adicional de força de trabalho explorável, sendo também, em certa medida, exército de reserva³⁵. Essa medida dependerá justamente da diferença entre as jornadas efetivamente trabalhadas e aquelas que poderiam ser cumpridas, pois quanto menos horas trabalhadas num mês, menor o salário total do trabalhador, menor seu acesso aos meios de subsistência e mais seu padrão de vida cai abaixo do restante dos assalariados³⁶.

³³ Esse ciclo, como vimos, é comandado pelo capital industrial, que se caracteriza pelo emprego massivo de operários parciais, isso é, engrenagens do trabalhador coletivo sem o domínio de seu processo de trabalho. Logo, é em função do atendimento dessas necessidades que a superpopulação relativa se define. Evidentemente, há determinadas frações do capital que empregam uma parcela muito específica dessa população (os setores de informática e da saúde privada, por exemplo, tendem a demandar trabalhadores com níveis de qualificação bem acima da média). Sendo assim, a influência do exército de reserva sobre o grau de exploração de cada ramo é bastante heterogênea, dependendo da capacidade que cada um deles possui para repassar a pressão concorrencial para seus trabalhadores.

³⁴ Sabemos que esse é um ponto bastante polêmico, que deve ser melhor desenvolvido em estudos futuros. Por ora, nos limitaremos a esclarecer que a classificação dos subempregados como assalariados deriva da compreensão de que o assalariamento não se define pelo embolso de remunerações monetárias mensais, mas pela subsunção ao capital. Alguns desdobramentos desse debate podem ser conferidos, por exemplo, em Carcanholo (2008) e Tavares e Lima (2009).

³⁵ Essa aparente contradição é resolvida quando se tem em vista não o número de trabalhadores empregados, mas as jornadas de trabalho simultâneas, que é a verdadeira medida do capital variável. Para mais detalhes, ver o Rosdolsky (2001, cap. 18).

³⁶ A importância dessa oferta adicional de força de trabalho efetivamente entra na conta do capital quando ele tem em vista seus potenciais de expansão e o nível de concorrência entre os trabalhadores. Não é por outra razão que o Banco Central do Brasil (2019), por exemplo, incorpora a ociosidade das jornadas de trabalho no cálculo da taxa de desemprego.

Pois bem, esses critérios nos deixam diante de uma massa extremamente heterogênea de trabalhadores, que compartilham entre si o atributo de reserva, mas estabelecem distintas relações com o ciclo do capital. Daí a necessidade de estratificá-los. Por mais anacrônico que possa parecer, o que foi exposto até aqui é perfeitamente compatível com as três formas de existência da superpopulação relativa mencionadas por Marx (2012): flutuante, latente e estagnada. Essa compatibilidade existe não porque Marx tenha fornecido uma descrição atemporal de quem são os trabalhadores supranumerários, mas porque os distinguiu de acordo com as relações de produção às quais estão submetidos. Nesse sentido, podemos compreender a camada flutuante como os trabalhadores que, embora aptos e dependentes do assalariamento, estão temporariamente fora de qualquer circuito de produção; a latente como aqueles que subsistem por meio de relações de produção não-capitalistas; e a estagnada como os trabalhadores que participam de forma irregular do ciclo do capital.

Antes de nos debruçarmos sobre essas camadas, cabe um esclarecimento: o que foi dito até aqui nos desautoriza a incluir – como fizeram diversos intérpretes da obra de Marx, dentre os quais o competentíssimo Rosdolsky (2001) – o pauperismo como uma “quarta camada” da superpopulação relativa, uma vez que essa é apenas uma característica de renda, não de posição no processo produtivo. Conforme bem observa Granato Neto (2013), o pauperismo absoluto tende a ser maior entre os membros do exército de reserva, todavia se apresenta em qualquer uma de suas camadas³⁷. Dada a superexploração, inclusive, nada impede que os próprios assalariados beirem o pauperismo.

2.3.2 Superpopulação relativa flutuante

A superpopulação relativa flutuante é certamente a camada mais facilmente identificável no mercado da força de trabalho. Tanto é que, para a maioria dos economistas, ela é a única que existe, aparecendo como desemprego involuntário entre os keynesianos ou, de forma mais parcial, como desemprego friccional entre os neoclássicos (BASTOS, 2017). Assim, ela coincide em grande medida com o uso corrente dado ao termo *desemprego*.

Nas sociedades capitalistas, todo assalariado é um desempregado em potencial. Com as sucessivas rotações do ciclo do capital, uma massa deles flutua permanentemente em torno

³⁷ Não fosse o pauperismo, para Marx (2012), uma condição paralela às camadas da superpopulação relativa, ele não teria dividido a população pauperizada entre os "aptos para trabalhar", os "órfãos e filhos de indigentes" e os "degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho", ou seja, características que podem estar presentes em quaisquer camadas do exército de reserva, bem como no lumpenproletariado e, em determinadas circunstâncias, no exército ativo.

dos postos de trabalho existentes, ora sendo incorporados, ora liberados (MARX, 2012). No “curto prazo”, entretanto, a camada flutuante é representada pela fração da classe trabalhadora que está momentaneamente sem ocupação. Como esses trabalhadores não possuem renda do trabalho própria, eles se dedicam quase que exclusivamente a tentar vender sua força de trabalho, sendo os mais imediatamente disponíveis para serem empregados pelo capital (GRANATO NETO, 2013).

Em decorrência disso, tendem a ser os primeiros na fila de recrutamento do exército ativo. Da mesma forma, essa camada também é a serventia da casa dos assalariados que perdem seus empregos e dos não-assalariados que têm suas atividades inviabilizadas. Decorre disso seu caráter flutuante, uma vez que é mais sensível às flutuações da acumulação, reduzindo-se mais rapidamente em períodos de expansão e crescendo com igual ou superior rapidez em períodos de crise. A velocidade desses movimentos (ou sua rotatividade) é determinada, em última instância, pela flexibilidade das relações trabalhistas, isto é, pela facilidade que o capital possui em demitir, recontratar e subcontratar a força de trabalho (MATOS, 2013).

Via de regra, o tempo de permanência dos trabalhadores nessa camada é baixo, pois a falta de renda impede que eles reproduzam adequadamente sua força de trabalho, que vai se deteriorando ao longo do tempo. Por consequência, quanto maior o tempo de desocupação, maior a probabilidade de o trabalhador se ver obrigado a buscar uma atividade não-assalariada que permita sua subsistência (migrando para as outras camadas da superpopulação relativa) ou perder sua capacidade de trabalho (migrando para o lumpemproletariado).

O custo que a perda dessa força de trabalho implica para o capital é o que lhe torna “humanitário”, justificando economicamente (para ser mais preciso, lucrativamente) um certo grau de investimento com assistência social, de modo a permitir que o trabalhador subsista por mais tempo na camada flutuante. Contudo, as economias dependentes são – para falar como Darcy Ribeiro – verdadeiras máquinas de moer gente, onde a força de trabalho é um fator de produção banalmente desperdiçável. Por consequência, o grau de proteção social fornecido pelo Estado nessas sociedades tende a ser menor, exigindo outras fontes de renda para os trabalhadores que permanecem à procura de emprego. Uma dessas principais fontes – sobretudo nas últimas décadas –, é a renda do núcleo familiar, o que faz com que o tempo de permanência de jovens (filhos de assalariados e de membros das classes médias) nessa camada tenda a ser maior. O restante desses desempregados vive das pequenas poupanças porventura acumuladas em períodos anteriores ou da solidariedade de classe, que articula sindicatos e movimentos sociais e se converte em traço cultural das “comunidades” periféricas na América Latina.

Dadas as características históricas da formação do mercado de trabalho latino-americano, que se baseou na deliberada expulsão de ex-escravos, de povos indígenas e de seus descendentes ao exército de reserva (LARA; MARANHÃO, 2019; RIBEIRO, 1979), a incidência dessas populações na camada flutuante tende a ser maior. No mesmo sentido, o trabalho reprodutivo relegado às mulheres reduz sua margem de integração ao assalariamento e, por consequência, sua empregabilidade (SAFFIOTI, 1976). O sobredimensionamento histórico dessas populações na camada flutuante se reflete nas demais camadas do exército de reserva, para onde elas tendem a migrar.

2.3.3 Superpopulação relativa latente

A superpopulação latente consiste nos trabalhadores não subsumidos ao capital sob nenhuma forma. Para dizer de forma mais objetiva, são os trabalhadores que subsistem de atividades não-capitalistas, ou seja, realizam serviços ou alguma forma de pequena produção ou circulação de produtos diretamente aos consumidores, sem vender sua força de trabalho a empresas ou estar integrado a elas. Dado o estatuto da propriedade privada e a crescente concentração dos meios de produção pelo capital, esses trabalhadores ou já vivem com um pé no lodaçal do pauperismo – como diria Marx –, ou realizam atividades marginais e pouco produtivas, que podem ser facilmente desarticuladas pelo avanço da acumulação sobre novos ramos. Sendo assim, essa camada representa uma reserva de força de trabalho em potencial para o capital, que só se torna visível sobre determinadas conjunturas.

A forma clássica dessa camada é a parte da população rural que se encontra “continuamente em vias de se transferir para o proletariado urbano ou manufatureiro, e à espreita de circunstâncias favoráveis a essa metamorfose” (MARX, 2012, p. 712). Entretanto, essa forma – tão proeminente nos primórdios do modo de produção capitalista –, perdeu grande parte de sua relevância na América Latina, dada a desintegração histórica do campesinato provocada pela introdução das relações de produção capitalistas no campo. Qual seria, portanto, a forma contemporânea do exército latente? Ao identificar essa questão, Granato Neto (2013) defende que atualmente ela se restringiria basicamente à produção doméstica, entendida como o trabalho de donas-de-casa e de empregadas domésticas remuneradas.

De fato, segundo os critérios que nos orientam, as duas formas de trabalho doméstico mencionadas compõem a superpopulação latente. O trabalho doméstico gratuito realizado no seio da família operária produz valores de uso e barateia (uma vez que não é pago pelo capital) a reprodução da força de trabalho dos membros da família que efetivamente estão empregados,

tornando as mulheres que os realizam membros da classe trabalhadora, mas que não integram diretamente o ciclo do capital (SAFFIOTI, 1976). Contudo, isso está longe de esgotar a questão. Afinal, o que diferencia uma trabalhadora que presta serviços de limpeza diretamente para uma família burguesa de, digamos, um pedreiro autônomo que é pago por outros trabalhadores para construir uma casa? Ambos se encontram na esfera da circulação simples, em que valores de uso (na forma de serviços ou objetos) são trocados com dinheiro como renda (consumo individual do capitalista, no primeiro caso, e de outros trabalhadores, no segundo), não como capital. Nesse sentido, pouco importa se os trabalhadores são pagos com ordenados mensais ou por obra-certa, tampouco o local onde eles vendem seus serviços³⁸. De uma forma ou de outra, eles permanecem inseridos em relações de produção não-capitalistas.

Sendo assim, a superpopulação relativa latente abrange não apenas a produção agrícola de subsistência e o trabalho doméstico, mas também todos os prestadores de serviços pessoais, pequenos produtores e comerciantes, sempre que os valores de uso derivados de seus trabalhos não entrem diretamente no circuito de valorização ou, para simplificar, não sejam mediados por empresas capitalistas. Mais do que mero preciosismo teórico, essa compreensão nos parece fundamental para compreender a dinâmica do mercado de trabalho nas economias dependentes, onde o próprio desenvolvimento capitalista reproduz, sempre sobre novas formas, relações de produção não-capitalistas³⁹. Tais formas, que por muito tempo poderiam ser identificadas basicamente no trabalho rural realizado por indígenas, colonos, sertanejos, etc., se manifestam cada vez mais em serviços urbanos prestados diretamente às famílias.

Serviços dessa natureza tendem a ser realizados como verdadeiras estratégias de sobrevivência diante do desemprego massivo, utilizando dos poucos meios de produção aos quais se tem acesso e geralmente sem instalações ou consumidores fixos (CACCIAMALI, 1982). Uma vez que a renda auferida depende basicamente dos salários dos trabalhadores superexplorados, ela tende a ser baixa e extremamente instável (SABADINI; NAKATANI,

³⁸ A falta de clareza de Granato Neto quanto ao exército latente leva à definição de um critério superficial e difuso de “trabalho não inserido no mercado capitalista”, que excluiria dessa camada uma série de trabalhadores que não se encontram subordinados sob nenhuma forma ao capital. Esse parece ser o caso quando ele afirma que, enquanto “os trabalhadores domésticos estão no EIR latente por trabalharem na produção doméstica, os prestadores de serviços pessoais autônomos (alfaiates, engraxates, jardineiros) estão no EIR estagnado por não serem trabalhadores assalariados e por estarem inseridos no mercado capitalista” (GRANATO NETO, 2013, p. 48).

³⁹ “Nos parece claro que com este conceito [exército latente] Marx pretendia unicamente dar conta do movimento da superpopulação relativa no *campo*. Ao reconhecer que a produção social nas cidades latino-americanas não se limita à forma especificamente capitalista, mas que o próprio desenvolvimento do capital produz *outros* regimes de produção, fica aberto o espaço para estender ao urbano o reconhecimento de frações de reserva que ali existem em estado de latência” (CASTRO, 1983, p. 102, tradução nossa).

2001). Dadas essas características, a camada latente raramente adentra à esfera do trabalho regulado (ou “setor formal”), permanecendo com pouco ou nenhum acesso à rede de proteção social e em constante ameaça de lumpemproletarização.

Justamente por não estarem inseridas em atividades capitalistas, a tendência é que essa camada seja pouco afetada pelas oscilações do ciclo de acumulação. Entretanto, em um prazo mais ou menos curto de tempo, a maior parte das atividades de subsistência representam áreas potenciais para a expansão do capital, que ao penetrar novos ramos, pode demover seus trabalhadores do estado de latência, engrossando as fileiras do exército de reserva flutuante⁴⁰.

2.3.4 Superpopulação relativa estagnada

A superpopulação relativa existe em sua forma estagnada (ou intermitente, como aparece em algumas traduções) quando as relações de trabalho estão *formalmente* subsumidas ao capital, mas não de modo regular e especificamente capitalista. Os trabalhadores dessa camada encontram-se estagnados pois estão subordinadas ao capital, todavia não são propriamente incorporados como operários, uma vez que seu processo de trabalho não é diretamente organizado e controlado por empresas capitalistas.

Dentre as camadas em que o exército de reserva se divide, a estagnada é, sem sombra de dúvidas, a mais complexa, pelo menos do ponto de vista de sua identificação no mercado de trabalho. Vejamos como Marx tratou originalmente o tema:

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do *exército ativo de trabalhadores*, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. Já nos deparamos com sua configuração principal sob a rubrica do *trabalho domiciliar*. Ela recruta continuamente trabalhadores entre os supranumerários da grande indústria e da agricultura e especialmente também de ramos industriais decadentes, em que a produção artesanal é superada pela manufatura, e esta última pela indústria mecanizada (MARX, 2012, p. 718, itálico nosso).

⁴⁰ Uma série de serviços hoje realizados de forma não-capitalista podem muito bem ser incorporados pelo capital, tendo o mesmo destino dos trabalhos de costura descritos por Marx ao analisar a incorporação das mulheres ao sistema fabril: “Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser inteiramente suprimidas, as mães de família confiscadas pelo capital têm de arranjar quem as substitua em maior ou menor medida. É necessário substituir por mercadorias prontas os trabalhos domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc.” (2012, p. 469).

Essa passagem abre espaço para diversas interpretações. A primeira delas é a afirmação de que a camada estagnada consiste numa posição híbrida entre o exército ativo e o exército de reserva, compondo ambos. Por mais contraditória que possa parecer, essa afirmação se aplica perfeitamente a situações nas quais os trabalhadores não estão direta e regularmente empregados pelo capital, mas ainda assim contribuem ativamente para sua valorização. Sempre que isso ocorre, o capital pode usar *produtivamente* de uma parcela de seu exército de reserva, sem demovê-la dessa posição.

Esse nos parece ser o caso do assim chamado trabalho domiciliar, ao qual Marx atribuiu o posto de principal forma de manifestação da superpopulação estagnada. O que seria esse “trabalho domiciliar”? A concepção de Marx sobre o tema aparece principalmente no capítulo 13 do Livro I d’*O Capital*, onde ele examina como a grande indústria movimenta, “por fios invisíveis” um exército de trabalhadores não-assalariados. Nestas páginas, apresenta a indústria domiciliar como a pequena produção realizada em residências privadas ou em pequenas oficinas, que serve como refúgio para o exército de reserva. O que torna essas atividades viáveis, isto é, funcionais à acumulação, é o fornecimento de trabalho barato (sobretudo por meio da produção de matérias-primas) para diversos ramos capitalistas, operando como um verdadeiro “departamento externo da fábrica, da manufatura e da grande loja” (MARX, 2012, p. 533). Conforme observa Marx, a exploração da força de trabalho nessas atividades se torna ainda mais inescrupulosa do que nas próprias indústrias,

porque a capacidade de resistência dos trabalhadores diminui em consequência de sua dispersão, porque toda uma série de parasitas rapaces se interpõe entre o verdadeiro patrão e o trabalhador, porque o trabalho domiciliar compete em toda parte e no mesmo ramo da produção com a indústria mecanizada ou, ao menos, manufatureira; porque a pobreza rouba do trabalhador as condições de trabalho mais essenciais, como espaço, luz, ventilação etc.; porque cresce a instabilidade do emprego e, finalmente, porque a concorrência entre os trabalhadores atinge necessariamente seu grau máximo nesses últimos refúgios daqueles que a grande indústria e a grande agricultura transformaram em “supranumerários” (MARX, 2012, p. 533-534).

Essa descrição permanece espantosamente atual. Apesar das mudanças de forma, ela se aproxima bastante da situação dos produtores rurais subordinados ao capital comercial ou a agroindústrias; das inúmeras facções e oficinas que fornecem matéria-prima ou operam a terceirização de determinadas etapas do processo produtivo para lojas e grandes indústrias; e da enorme constelação de trabalhadores “por conta-própria” que prestam serviços a empresas nas economias dependentes. Usando exemplos mais recentes, podemos dizer que os assim chamados “trabalhadores de plataforma” ou “uberizados” também se encontram em situações

análogas ao trabalho domiciliar. Em todos esses casos, os trabalhadores são “produtores independentes”, isto é, proprietários de seus (escassos) meios de produção, mas não propriamente capitalistas, uma vez que produzem visando, via de regra, apenas um consumo que permita a reprodução da sua própria força de trabalho e da de seus eventuais ajudantes (GOUVERNEUR, 2005)⁴¹.

Com exceção dos profissionais liberais e de determinados grupos de artesãos – que não compõem o exército de reserva –, tais trabalhadores autônomos possuem baixa qualificação e compensam com trabalho extensivo a baixa produtividade de suas atividades, que tendem a ser realizadas em pequena escala e com tecnologia adaptada (CACCIAMALI, 1982). Dada essa baixa produtividade e sua subordinação no mercado, eles transferem um valor excedente a outros capitais, ampliando sua lucratividade. Esse excedente pode ser apropriado tanto pela(s) empresa(s) subcontratante(s), quanto pelo capital comercial que revende seus produtos ou pelo capital bancário que lhes fornece serviços financeiros⁴². A forma como isso ocorre depende do ramo da atividade, todavia o caso mais comum é a remuneração por produção. Nessa situação, as empresas determinam a qualidade e o preço pago por cada peça (ainda que esse valor varie constantemente), podendo estabelecer também um nível mínimo de produção (CACCIAMALI, 1982). Ao trabalhador, cabe autogerenciar seu trabalho, realizando-o por um determinado tempo e sob um nível de destreza e intensidade que lhe permita atingir um certo nível de renda. Como o preço pago por esse dispêndio de força de trabalho é geralmente inferior ao seu valor, suas jornadas tendem a se estendem pelo maior tempo possível⁴³.

Evidentemente, nem tudo é tão preto-no-branco. Com a crescente sofisticação dos meios de gerenciamento e de controle do processo de trabalho (como as plataformas digitais operadas por grandes empresas de tecnologia), se torna cada vez mais difícil distinguir

⁴¹ Situação distinta é a dos pequenos produtores que efetivamente compram força de trabalho como capital, isto é, visando lucro/mais-valia. Neste caso, não se tratam de produtores independentes, mas de pequenos burgueses. O exemplo dado por Cacciamali é ilustrativo nesse sentido: “produtores altamente especializados, por exemplo, profissionais liberais, podem auferir altos níveis de renda, o que lhes permite aumentar a acumulação pessoal; mas, dependendo da natureza da atividade, não podem ampliá-la, mormente se dependem do próprio trabalho (ou prestígio), ou se o mercado for restrito. Quando isso é possível se transformam, em geral, em *firms capitalistas*” (1982, p. 27).

⁴² “Esses produtores ‘independentes’ produzem valor, produzem excedente econômico na forma de valor, caso sua produtividade não seja extremamente baixa (o que é o esperado na realidade) e normalmente esse excedente-valor é apropriado pelo menos em grande parte pelo capital comercial. Tal excedente, embora não se constitua em mais-valia, será somado a ela para formar o montante total do lucro do capital global, depois de deduzidas as outras partes em que a mais-valia se divide. Assim, aqueles trabalhadores não produzem mais-valia, mas produzem valor-excedente que eleva os lucros do capital” (CARCANHOLO, 2008b).

⁴³ Aqui, o fundamento é basicamente o mesmo descrito por Marx no capítulo 19 d’*O Capital* (Livro I), onde analisa o salário por peça como uma forma de ampliar o grau de exploração da força de trabalho.

produtores independentes de trabalhadores em relação de assalariamento disfarçado (KREIN *et al.*, 2018; ABÍLIO; AMORIM; GROHMAN, 2021). Sendo este o caso, é possível que se estabeleçam relações de produção especificamente capitalista, o que removeria tais trabalhadores do exército de reserva.

Essa questão nos remete a uma segunda forma de manifestação da superpopulação estagnada: o assalariamento irregular. Conforme discutimos anteriormente, no plano analítico da conjuntura é possível que o trabalhador seja assalariado do capital por determinados períodos sem, contudo, deixar de oferecer uma força de trabalho adicional explorável. Isso pode ocorrer, como vimos, com trabalhadores por tempo parcial, intermitentes e temporários/sazonais. Dada a extrema flexibilidade, o baixo salário-hora e a incerteza da demanda por seus serviços, o mesmo vale para os trabalhadores assalariados disfarçados, sempre que as condições de vida destes caiam consideravelmente abaixo da média dos assalariados⁴⁴.

Com o “afrouxamento” desses critérios, a superpopulação estagnada não necessariamente se caracteriza – como descreveu Marx na passagem citada – pelo “máximo de trabalho”⁴⁵, pois abrange também um conjunto de subempregados que, por insuficiência de demanda ou impossibilidade de trabalhar mais horas, possuem jornadas relativamente baixas. O critério do “mínimo de salário” ou do “máximo de exploração”, entretanto, segue intocado, se aplicando tanto aos trabalhadores que recebem salários-hora normais, todavia trabalham horas insuficientes; quanto aos trabalhadores que não possuem uma fonte de renda minimamente estável. Neste caso, os baixos salários não se expressam em um mês específico (quando ele pode inclusive ser superior à média), mas na instabilidade desses rendimentos ao longo de vários períodos, que faz com que eles não consigam reproduzir o padrão de vida normal da classe trabalhadora⁴⁶.

Em síntese, o que se observa é que o trabalho proveniente do exército de reserva estagnado permite a valorização do capital por meio do maior desgaste da força de trabalho, uma vez que seus trabalhadores são recorrentemente submetidos ao sobretrabalho, além de praticamente não receberem salários indiretos e não serem protegidos pela legislação trabalhista. Assim, a superpopulação relativa estagnada constitui um dos principais canais que

⁴⁴ Sobre a instabilidade de ocupação, jornadas e rendimentos dos trabalhadores das novas formas de emprego disfarçadas, ver Krein *et al* (2018).

⁴⁵ A rigor, esta é uma descrição histórico-concreta feita por Marx e, como tal, não constitui necessariamente a essência da camada estagnada, que reside no plano das relações de produção.

⁴⁶ Essa discussão remonta à definição do “valor total” da força de trabalho, que é medida não por seu desgaste diário, mas pelo consumo necessário para garantir sua reprodução ao longo de toda a vida útil do trabalhador (OSORIO, 2013).

operam a superexploração da força de trabalho nas economias dependentes. Ao longo do ciclo de acumulação, a possibilidade de explorar esse flanco cresce em momentos de crise ou estagnação, quando a baixa absorção do exército de reserva flutuante obriga mais trabalhadores a se submeterem a ocupações irregulares.

3 PROPOSTA DE MENSURAÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA NO BRASIL

Agora que sabemos *o que* estamos procurando, nos resta saber *como* realizar essa procura em um local e um período específico, isto é, no Brasil contemporâneo. De certa forma, esse foi o desafio que orientou os esforços realizados por Granato Neto (2013), que também elaborou uma proposta de mensuração do exército de reserva brasileiro a partir das estatísticas domiciliares do IBGE⁴⁷. Antes de avançarmos para uma nova proposta, portanto, cabe tecer alguns breves comentários sobre esses esforços originais.

A dissertação de Granato Neto (2013) possui um grande mérito, a saber, o de recuperar o debate em torno da superpopulação relativa e relacioná-lo, com aguçado rigor teórico, ao processo de acumulação de capital e às suas consequências em termos do pauperismo e da dinâmica ocupacional da classe trabalhadora. Entretanto, esses acertos teóricos não são inteiramente transferidos à análise das formas concretas de existência do exército de reserva no Brasil, sobretudo do ponto de vista empírico.

A metodologia de mensuração proposta pelo autor se baseia na PNAD básica anual (anterior à PNAD Contínua), a partir da qual é feita a seguinte classificação:

Capitalistas = Empregadores
 Trabalhadores Assalariados = Empregados
 EIR Flutuante = Desocupados
 EIR Latente = Trabalhador doméstico + Trabalhador na produção para próprio consumo + Trabalhador na construção para o próprio uso + População não economicamente ativa
 EIR Estagnado = Conta-Própria + Não remunerado
 (GRANATO NETO, 2013, p. 67).

De partida, essa metodologia já apresenta duas limitações importantes: a primeira, é que a PNAD anual foi encerrada em 2015; a segunda, é que os critérios consideram tão somente as categorias agregadas dessa pesquisa. Alguns dos problemas derivados disso são reconhecidos pelo autor, outros não. Neste último caso, acrescentam-se alguns problemas de natureza teórica, especialmente na diferenciação entre superpopulação latente e estagnada. Embora reconheça que o grupamento dos trabalhadores por “conta própria” é extremamente heterogêneo, abrangendo também profissionais liberais e assalariados disfarçados, Granato Neto (2013) classifica o conjunto dessa categoria como exército de reserva estagnado, por entender que ela

⁴⁷ A metodologia proposta por Granato Neto foi reproduzida em alguns estudos, dentre os quais podemos citar Loureiro e Gomes (2017). Uma metodologia praticamente idêntica também aparece em Oliveira (2020). Além disso, uma outra tentativa de mensuração do exército de reserva a partir da PNAD Contínua aparece no *Anuário Estatístico do ILAESE* (2019), todavia sem qualquer descrição metodológica ou justificativa para a classificação utilizada.

é composta majoritariamente de trabalhadores autônomos que prestam serviços para o público em geral (concebido por ele como parte do “mercado capitalista”). Essa classificação se afasta bastante dos critérios que discutimos anteriormente, a partir dos quais os trabalhadores que vendem seus produtos ou prestam serviços diretamente aos consumidores (sem intermediação do capital) deveriam ser incluídos na superpopulação latente (exceto caso não possuam dependência salarial).

Outra limitação reconhecida pelo autor, todavia extremamente relevante do ponto de vista empírico, é a classificação da População Não Economicamente Ativa (PNEA), que ele considera pertencente ao exército latente, “fazendo-se a ressalva de que provavelmente está se superestimando o tamanho dele, pois uma parcela da PNEA, provavelmente pequena, na verdade está ou no lumpemproletariado ou se encontra incapaz de trabalhar e uma parcela considerável do EIR latente tem [...] menos de 18 anos ou mais de 60 anos de idade” (GRANATO NETO, 2013, p. 67). Embora a primeira ressalva esteja correta, o mesmo não vale para a segunda, pois, conforme veremos adiante, a *maioria* da população fora da força de trabalho é composta por aposentados, crianças, estudantes e outras pessoas inativas por incapacidade ou independência salarial, ou seja, pessoas que não compõem o exército de reserva.

Além disso, há ainda toda uma série de qualificações referentes à população empregada, aos desocupados e aos “empregadores” que não entram na metodologia proposta por Granato Neto. Em grande medida, isso decorre da não desagregação dos dados da PNAD, que obriga o autor a classificar em uma mesma categoria ocupações tão distintas quanto a de um grande capitalista e de um empregador pauperizado que pode nem ser dono de meios de produção⁴⁸.

Na sequência, apresentaremos uma proposta alternativa para a mensuração da superpopulação relativa no Brasil, buscando suprir as lacunas empíricas desta proposta original a partir dos microdados da PNAD Contínua, e as lacunas teóricas por meio de um aprofundamento dos critérios de classificação das camadas que compõem o exército de reserva. Para tanto, o primeiro passo é discutir a metodologia dessa base de dados, de modo a esclarecer os critérios de classificação posteriormente definidos.

⁴⁸ Todos esses problemas aparecem também na tentativa de mensuração do ILAESE (2019), que tem por agravante, ainda, considerar todos os trabalhadores informais (sejam eles assalariados ou não) como exército de reserva, além de não desdobrar suas camadas.

3.1 BASE DE DADOS: PNAD CONTÍNUA

Na *Seção 1.3*, destacamos quatro motivos principais que justificam o uso dos dados da PNAD Contínua neste estudo: abrangência; frequência; extensão e variedade dos questionários; e disponibilidade dos microdados. Agora nos resta apresentar o que pode ser encontrado em tais microdados, discutindo seus potenciais e suas limitações.

Iniciaremos pelo aspecto mais básico da Pesquisa: sua unidade de amostra, ou seja, os domicílios particulares permanentes. O IBGE (2021) define um domicílio particular permanente como o local estruturalmente separado e independente que sirva de moradia para uma ou mais pessoas. Do ponto de vista de nosso objeto de pesquisa, isso implica na exclusão da parcela da classe trabalhadora que reside em domicílios improvisados, bem como em penitenciárias, asilos, orfanatos, assentamentos rurais, aldeias indígenas e outros domicílios não-particulares. Embora uma parte expressiva do exército industrial de reserva possa viver em tais habitações, partimos do pressuposto de que a maior parte dessas pessoas ainda pertence ao lumpemproletariado⁴⁹.

Um segundo elemento básico da metodologia da PNAD Contínua importante de se destacar é a definição de *trabalho*. Para o IBGE, o “conceito de trabalho abrange diferentes formas de produção de bens e serviços para consumo próprio ou de terceiros” (2020, p. 34), sendo elas: *i*) trabalho em ocupação; *ii*) trabalho na produção destinada somente ao próprio consumo das pessoas moradoras do domicílio ou de parentes; *iii*) trabalho voluntário; *iv*) trabalho sem remuneração no cuidado de pessoas; e *v*) trabalho nos afazeres domésticos. Dentre esses conceitos, o mais importante é o primeiro, no qual se baseiam as entrevistas ordinárias e a maioria das variáveis da pesquisa. Os demais constituem as assim chamadas “outras formas de trabalho”, cujos dados são divulgados anualmente.

A população residente nos domicílios amostrados é inicialmente dividida em dois grupos: pessoas com 14 ou mais anos de idade; e menores de 14 anos. As características do trabalho desse primeiro grupo aparecem nos questionários aplicados em todas as cinco visitas realizadas em cada domicílio, enquanto as do segundo grupo são questionadas apenas na última dessas visitas. Sendo assim, os dados trimestrais baseiam-se na população com 14 ou mais anos de idade.

⁴⁹ Aqui reside uma questão pendente sobre as mudanças nas formas de reprodução social da força de trabalho no Brasil, sobretudo tendo em vista a degradação das condições de moradia observadas no país desde a década de 1990. Uma aproximação sobre esse tema pode ser conferida em Aruto (2019).

Essa população é então dividida de acordo com sua condição com relação à força de trabalho. A “força de trabalho” consiste na soma das pessoas ocupadas e desocupadas. São classificadas como ocupadas as pessoas que, na semana de referência da pesquisa,

trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta, em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana (IBGE, 2020, p. 17).

Já as pessoas desocupadas são aquelas que cumprem a três critérios: *i*) não estar ocupada na semana de referência; *ii*) ter tomado providência efetiva para conseguir ocupação no mês de referência da pesquisa; e *iii*) estar disponível para assumir uma ocupação.

Aqui, já aparecem pelo menos três problemas importantes. O primeiro diz respeito ao conceito de ocupação, que além de poder ser considerado bastante conservador – dado que se aplica a qualquer atividade de duração superior a uma hora na semana –, não traz qualquer corte de classe, de modo que tanto trabalhadores quanto capitalistas podem realizar “trabalho” que gera renda ao domicílio. Alternativamente, o trabalho reprodutivo realizado no próprio domicílio não entra na estatística de ocupação, uma vez que não é remunerado nem considerado como ajuda à atividade econômica de membro do domicílio⁵⁰.

O segundo problema está na estreiteza do conceito de desocupação, que apenas identifica os trabalhadores supranumerários no período em que eles permanecem realizando busca efetiva por trabalho. Seja pelos custos envolvidos nessa busca ou pela necessidade de trabalhar de forma autônoma, esse período tende a ser relativamente curto.

Além disso, um terceiro problema reside precisamente no caráter mutuamente excludente desses conceitos, ou seja, no fato de que uma pessoa só pode estar desocupada caso não esteja ocupada. Assim, uma pessoa que esteja procurando emprego e disponível trabalhar, mas realize algum bico por, digamos, duas horas por semana, é considerada ocupada pela PNAD Contínua. Isso se torna um problema principalmente porque a pesquisa não pergunta a essas pessoas se elas continuam procurando emprego, tampouco se gostariam de sair de sua

⁵⁰ A essa limitação se referiu Marini ao afirmar que o conceito de população economicamente ativa (força de trabalho) é “em si mesmo tautológico, uma vez que se refere à força de trabalho já *presente* no mercado de trabalho. Entre os grupos de pessoas em idade de trabalhar, exclui, por exemplo, a mulher ocupada como dona-de-casa, que é classificada como *inativa*, ainda que constitua uma parcela real do exército industrial de reserva” (2008, p. 205, tradução nossa).

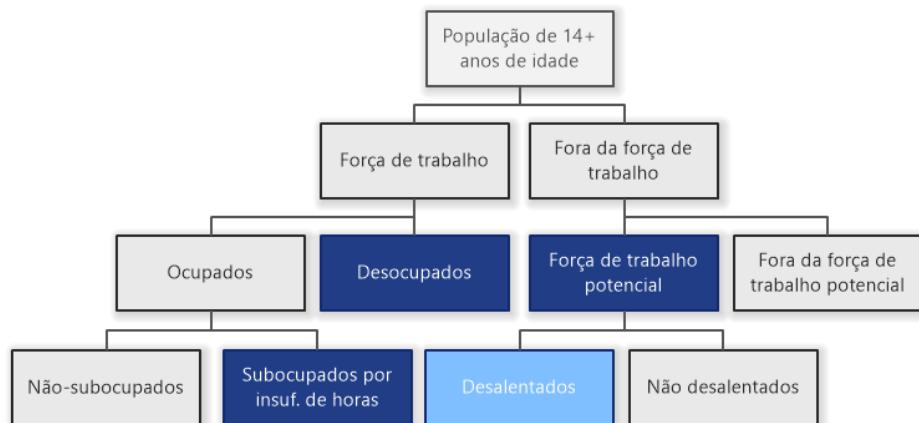
ocupação atual. Uma vez que esses dados não existem, cria-se uma limitação que não pode ser contornada sequer pela manipulação de microdados.

A única aproximação direta da população subempregada que a pesquisa oferece é a medida de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas. Essa medida se aplica às pessoas ocupadas com jornadas de até 39 horas por semana, que “gostariam” e que estariam disponíveis para trabalhar mais horas do que o habitual⁵¹.

As pessoas que não se encontram ocupadas nem desocupadas são consideradas fora da força de trabalho. Caso o entrevistado esteja nesse grupo porque realizou busca efetiva por ocupação, mas não estava disponível para assumi-la; ou, inversamente, porque não procurou trabalho, mas respondeu que “gostaria” de trabalhar e estava disponível para fazê-lo na semana de referência, ele é incluído na força de trabalho potencial. Quando o motivo para a não-procura por trabalho é a falta de perspectiva em encontrá-lo, atribui-se ainda a condição de desalento.

A população classificada como desocupada, subocupada por insuficiência de horas trabalhadas ou na força de trabalho potencial compõe a força de trabalho subutilizada. A Figura 1 sintetiza a relação dessas medidas de subutilização (destacadas em azul escuro) com o conjunto da população de 14 ou mais anos de idade.

Figura 1 – Categorias populacionais e medidas de subutilização da força de trabalho da PNAD Contínua



Fonte: IBGE (2016; 2021); Elaboração própria.

Para todos esses grupos populacionais, a PNAD Contínua oferece um conjunto de dados demográficos, como local de residência, sexo, idade, cor/raça e escolaridade. A maior parte da

⁵¹ Até o 3º trimestre de 2015, a variável utilizada para a definição desse critério eram as horas efetivamente trabalhadas. Desde então, ela tem sido definida com base no número de horas habitualmente trabalhadas.

pesquisa, contudo, é aplicada somente à população ocupada, para a qual existe um grande número de variáveis referentes às características ocupacionais e aos seus rendimentos.

O principal conceito que divide a população ocupada é a posição na ocupação, que consiste nas seguintes categorias:

Empregado – Pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo, em contrapartida, uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) [...]. A categoria dos empregados inclui o subgrupo trabalhador doméstico;

Trabalhador doméstico – pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

Conta própria – Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar;

Empregador – Pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado; e

Trabalhador familiar auxiliar – pessoa que trabalhou sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana de referência, em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar (IBGE, 2021, p. 39)⁵².

No caso particular dos empregados, há ainda uma subdivisão entre setor (público e privado) e categoria do emprego (com e sem carteira de trabalho assinada, ou funcionários públicos em regimes próprios, isto é, militares e estatutários). A partir do 4º semestre de 2015, o IBGE (2021) passou a classificar os trabalhadores por conta própria e os empregadores entre aqueles com e sem registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ). Por fim, os trabalhadores familiares auxiliares são classificados de acordo com a posição na ocupação da pessoa a quem ajudam.

Embora esses conceitos certamente contribuam para os nossos objetivos, a rigor eles não dizem muito sobre as relações de produção em que cada ocupação está inserida. A partir dessa classificação não é possível identificar, por exemplo, a natureza da unidade produtiva na qual os empregados estão inseridos (se trabalham para empresas capitalistas, para pessoas físicas ou para entidades sem fins lucrativos), tampouco sua escala de produção, tamanho do estabelecimento, número de trabalhadores, natureza jurídica, etc. Da mesma forma, não é

⁵² Para os trabalhadores que possuem mais de uma ocupação, essa classificação é feita de acordo com o “trabalho principal”, definido como aquele em que se trabalha por mais horas semanais (IBGE, 2021).

possível saber muita coisa sobre a origem do trabalho “por conta própria” (se é subcontratado por uma ou mais empresas, se ocorre sob encomendas, se é intermitente ou de fato autônomo), muito menos sobre o destino de sua produção (se é repassada ao comércio, a cooperativas ou a fábricas, se vendida diretamente ao consumidor ou ao Estado) ou de seus serviços (se prestados ao público ou a somente uma empresa, por exemplo). A definição de “empregadores” também não ajuda muito nesse sentido, pois podem entrar nessa categoria desde um agricultor que “emprega” seus vizinhos para colher um arado de mandioca em terra arrendada, até o presidente da Ambev.

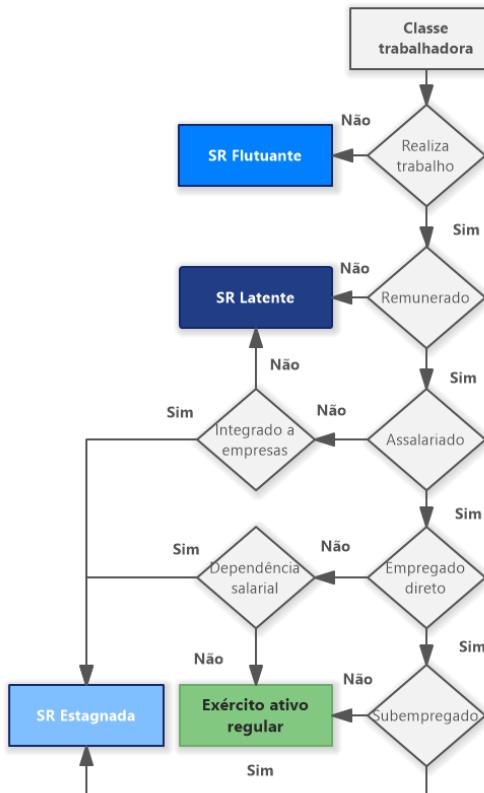
Se tudo o que foi dito até aqui dificulta nosso trabalho, de modo algum o torna inviável. Isso porque é possível estabelecer relações indiretas entre essas categorias e as características que distinguem as classes sociais, o exército de reserva e cada uma de suas camadas. Essas relações podem ser estabelecidas principalmente por meio de reclassificações e cruzamentos com outras variáveis, como setor de atividade econômica, profissão, nível e estabilidade de renda, padrão de jornadas de trabalho, acesso à rede de proteção social, etc⁵³.

3.2 CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO

Considerando os fundamentos teóricos discutidos no *Capítulo 2*, e abstraindo a população inativa ou inválida, podemos sintetizar a distribuição da classe trabalhadora e do exército industrial de reserva conforme a Figura 2. Em síntese, a superpopulação relativa flutuante abrange a força de trabalho disponível, mas que não realiza qualquer trabalho. A latente, os trabalhadores (inclusive domésticos) não-remunerados e os não-assalariados cuja venda de produtos ou a prestação de serviços não estão subordinadas a empresas capitalistas. Já a estagnada condensa os trabalhadores não-assalariados, mas integrados a empresas capitalistas, os assalariados disfarçados com dependência salarial e remuneração irregular e os assalariados diretos subempregados.

⁵³ Dadas as características de amostragem da PNAD Contínua, os dois grupos sobre os quais se tem menos informações são o lumpemproletariado (que em grande parte não possui domicílios particulares permanentes) e a burguesia (que pode ou não responder que “trabalha”, assim como pode omitir informações referentes às suas atividades e aos seus rendimentos).

Figura 2 – Distribuição da classe trabalhadora entre exército ativo regular e superpopulação relativa



Fonte: Elaboração própria (2021).

Tendo em vista essa classificação teórica, nos resta definir os critérios pelo meio dos quais pretendemos traduzi-la empiricamente, isto é, a partir dos microdados da PNAD Contínua. Em um primeiro momento, esses critérios serão descritos para o caso da população ocupada com 14 anos ou mais de idade, tomando como base as posições na ocupação. Posteriormente, será a vez dos desocupados e da população fora da força de trabalho. Por fim, trataremos do trabalho infantil e das outras formas de trabalho. Os códigos e as variáveis utilizadas para aplicar esses critérios de classificação à base de dados podem ser conferidos ao final desta monografia (Apêndices A e B).

3.2.1 Trabalhadores domésticos

A categoria dos trabalhadores domésticos é talvez a mais simples de classificar, uma vez que representa um grupo bastante homogêneo do ponto de vista das relações de produção. Conforme bem observa Granato Neto, quem “contrata uma empregada doméstica compra sua força de trabalho não como uma pessoa detentora de força de trabalho criadora de valor (como o capitalista), mas como uma pessoa que fabrica valores de uso para serem consumidos no lar”

(2013, p. 48). Dessa forma, todas essas empregadas encontram-se na circulação simples, trocando valores de uso (serviços domésticos) por dinheiro enquanto renda (seja ela proveniente do fundo de consumo de capitalistas ou de outras famílias mais abastadas).

Por consequência, todos os trabalhadores domésticos compõem a superpopulação relativa latente. Além das empregadas domésticas, esse grupo inclui também um conjunto de outras profissões domésticas, como cuidadores de crianças ou idosos, mordomos, faxineiras, etc.

3.2.2 Conta-própria

O que a classificação dos trabalhadores domésticos tem de simples, a dos “conta-própria” tem de complexa. Isso porque as únicas duas informações que essa posição na ocupação traz é que: *i*) esses trabalhadores *consideram* que não possuem patrões diretos; e que *ii*) eles trabalham sozinhos ou com, no máximo, um ajudante. Do ponto de vista das relações de trabalho, isso significa que eles podem tanto ser assalariados disfarçados (geralmente recebendo por peça, como no caso de grande parte dos artesãos), quanto membros da superpopulação relativa latente ou estagnada, ou ainda do lumpemproletariado.

O primeiro passo para diferenciar esses grupos é selecionar apenas aqueles que compõem o exército de reserva. Isso implica em diferenciar os trabalhadores “comuns”, com plena dependência salarial, daqueles que de fato são em grande medida autônomos, isto é, os profissionais liberais e os artesãos qualificados. Para tanto, utilizaremos dois critérios principais: qualificação ocupacional; e caráter dos serviços prestados. Primeiro, são considerados profissionais liberais os conta-própria em ocupações associadas a elevados níveis de instrução, mais precisamente aquelas situadas entre os códigos 11 e 35 da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO)⁵⁴. Isso inclui cargos de direção e gerência, além de uma série de profissionais qualificados bem-remunerados e/ou com potencial de conversão em pequena-burguesia, como advogados, engenheiros, arquitetos, contadores, programadores, técnicos de informática, psicólogos, médicos, dentistas, nutricionistas, etc. Segundo, são considerados profissionais liberais ou artesãos qualificados (aqui não é possível distingui-los) os trabalhadores autônomos que: *i*) possuem registro no CNPJ⁵⁵; *ii*) retiram rendimentos

⁵⁴ Dentro desse intervalo, são desconsiderados apenas dois grupos de trabalhadores que normalmente não atendem às premissas elencadas, a saber, os educadores em segmentos pouco valorizados (código 235) e os artistas criativos e interpretativos (código 265).

⁵⁵ Para os períodos em que essa variável (V4019) não está disponível (até 2015/3T, conforme Apêndice B), empregamos os critérios de: contribuição para instituto de previdência (VD4012=1); e tempo na ocupação superior a dois anos (V4040=4). O mesmo vale para os demais casos em que o registro no CNPJ foi utilizado como critério.

relativamente altos e regulares⁵⁶; e *iii)* estão ocupados em ramos de atividade predominantemente voltados à prestação de serviços a empresas (ver critérios no Apêndice B). Nessa rubrica entram profissões como representantes comerciais, corretores de imóveis, joalheiros, montadores de máquinas, caminhoneiros, eletricistas, marceneiros, vigraceiros, etc.

Uma vez excluídos os membros do exército ativo, surge uma das tarefas mais complicadas e, provavelmente, a maior limitação deste estudo: a diferenciação entre os trabalhadores por conta própria nas camadas latente e estagnada do exército de reserva. A chave para essa diferenciação reside na inserção ou não desses trabalhadores no ciclo do capital. Em se tratando de trabalhadores não-empregados, essa inserção geralmente está associada à prestação frequente de serviços a empresas ou à venda de produtos em cadeias produtivas ou comerciais mediadas por empresas capitalistas. Para nos aproximarmos de tais casos, podemos dividir os trabalhadores autônomos por área (rural ou urbana) e de acordo com a destino e o tipo de demanda por suas atividades, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 –Trabalhadores por conta-própria na superpopulação relativa, por destino da produção ou dos serviços prestados

Área	Destino principal da produção/serviços	Trabalho sob encomenda/comprador fixo ou subcontratação	
		Não ou raramente	Principal ou exclusivamente
Urbana	Pessoas (público em geral)	Latente	Latente
	Empresas ou órgãos estatais	Estagnada	Estagnada
Rural	Consumo familiar	Latente	-
	Comércio	Latente	Estagnada

Fonte: Elaboração própria (2021).

A partir disso, é possível deduzir a relação de produção predominantes em cada grupo e, portanto, a posição dele no exército de reserva. No caso dos trabalhadores urbanos, podemos considerar membros da superpopulação latente aqueles que vendem produtos ou prestam serviços diretamente para o público em geral (como é o caso da maioria dos serviços pessoais e do artesanato domiciliar). A situação não se altera caso essa relação se dê com somente um comprador fixo, desde que ele não compre enquanto pessoa jurídica. Caso a produção ou os serviços sejam destinados principalmente a empresas, a relação é semelhante ao assim chamado trabalho doméstico, de modo que esses trabalhadores devem ser considerados membros da

⁵⁶ Foram considerados nesse grupo as profissões que, na média, recebiam pelo menos o dobro do que os empregados do setor privado e que, em geral, havia pouca variação nos rendimentos individuais entre os trimestres.

superpopulação estagnada. Esse é o caso daqueles que trabalham em regimes de subcontratação, encomendas, vendendo principalmente para comércios (supermercados, lojas, restaurantes, etc.), para fábricas (confecção de roupas, acessórios e calçados, produção de couro, peças metálicas, etc) ou mesmo para órgãos estatais (empresas de economia mista, por exemplo).

No caso dos trabalhadores rurais, podemos considerar membros da superpopulação estagnada somente aqueles que se relacionam diretamente com cadeias de comércio ou de produção capitalistas. Esse é o caso dos agricultores, pecuaristas, produtores florestais ou extrativistas que vendem sua produção majoritariamente ao capital comercial (centros de distribuição, atacado ou varejo) ou estão integrados a agroindústrias e/ou cooperativas mercantis (agropecuaristas familiares integrados à produção de frango, fumo, frutas, etc.). Uma exceção a isso são as situações em que a produção se destina majoritariamente para o mercado, mas circula apenas em cadeias agroalimentares curtas (feiras, venda em beira-de-estrada, mercearias familiares, consumo comunitário, etc.). Em tais situações, tratam-se de trabalhadores da superpopulação latente. O mesmo vale para trabalhadores rurais cuja produção é destinada majoritariamente ao consumo familiar, ainda que um pequeno excedente venha a ser comercializado para gerar renda.

Podemos iniciar a tradução dessa subclassificação para os microdados da PNAD. Contínua dividindo os trabalhadores entre os conta-própria em atividades predominantemente rurais (códigos CBO 61, 62 e 92) e urbanas (todo o resto). Na falta de variáveis mais precisas, a classificação desses dois grupos exige algum grau de arbitrariedade, pois se sustenta basicamente no código da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) de cada ocupação e, complementarmente, da existência de registro dessa atividade.

Entre os trabalhadores rurais/primários autônomos, foram classificados como superpopulação latente aqueles que produzem gêneros tradicionalmente associados à economia de subsistência e a cadeias agroalimentares curtas, particularmente a policultura de alimentos (tubérculos, verduras, legumes, feijão, etc.), a pesca, a caça e a pecuária de pequeno porte⁵⁷. Como uma *proxy* da força de trabalho latente em atividades que podem ou não integrar cadeias mercantis (a exemplo da criação de aves, suínos e bovinos e do cultivo de frutas e grãos), o critério utilizado foi a não-contribuição para a previdência social, devido à suposição de que os trabalhadores na produção para o autoconsumo tendem a não possuir bloco de produtor rural ou outros meios de registro de suas atividades. Os trabalhadores ocupados em atividades

⁵⁷ Os códigos das atividades econômicas utilizadas para essa classificação podem ser encontrados no Apêndice A (variável V4013).

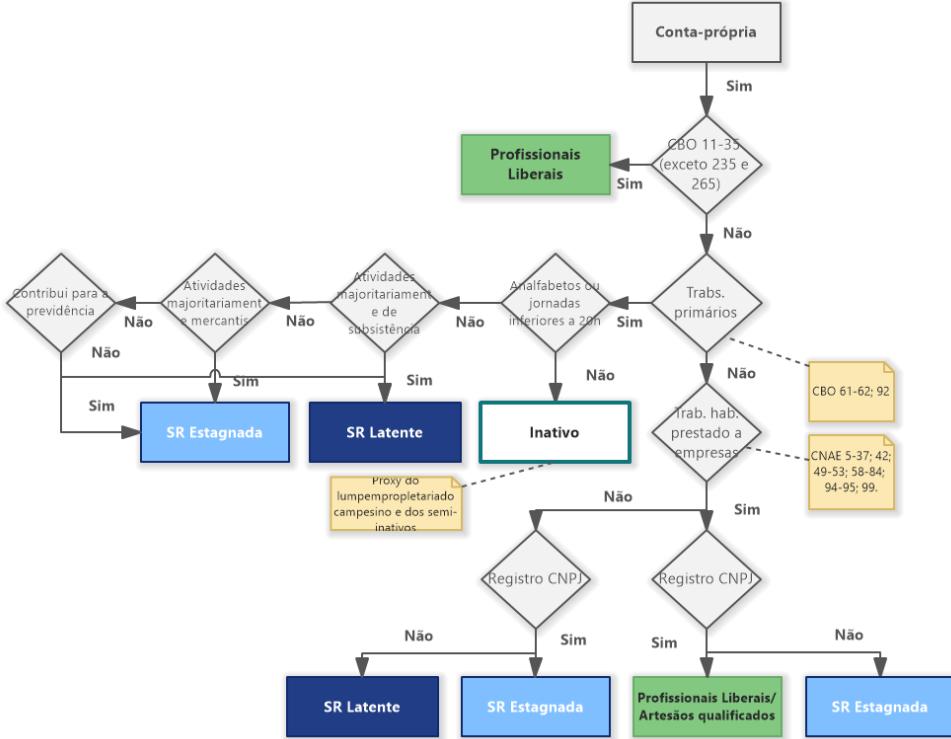
majoritariamente associadas a cadeias mercantis (cultivos de café, cana-de-açúcar, algodão, soja, fumo e milho e mel) foram classificados como superpopulação estagnada. Por fim, para representar o campesinato extremamente pauperizado ainda existente nas áreas rurais do país (especialmente no Nordeste), removemos do exército de reserva os autônomos rurais analfabetos que não trabalham habitualmente mais do que 20 horas por semana, os quais foram considerados inativos.

Para a classificação dos trabalhadores urbanos, recorremos novamente à tipologia das atividades prestadas majoritariamente às empresas (descritos no Apêndice B). Com exceção dos membros do exército ativo regular (captados como profissionais liberais ou artesãos qualificados), todas as pessoas ocupadas por conta própria em atividades empresariais foram incluídas na superpopulação estagnada. Isso abrange uma ampla gama de trabalhadores subordinados ao capital produtivo ou mercantil, sejam eles trabalhadores domiciliares (costureiras, fabricantes artesanais de alimentos, coureiros, etc.) ou mesmo assalariados disfarçados (como pode vir a ser o caso dos motoristas e entregadores por aplicativos, ou de estagiários, auxiliares de escritório, etc.). Além disso, entram no exército estagnado também os autônomos que, embora não estejam ocupados em atividades predominantemente empresariais, possuem registro no CNPJ. Esse critério se justifica pelo fato de que a “pejotização” geralmente decorre da prestação de serviços a empresas (KREIN *et al*, 2018). Alguns exemplos disso são vendedores a domicílio, padeiros e confeiteiros que produzem sob encomenda para empresas, guardas de segurança privada, pedreiros, encanadores, dentre outros tantos.

Por último, mas não menos importante, restam os trabalhadores urbanos pertencentes ao exército de reserva latente. Em nossa classificação, eles são definidos como os conta-própria em atividades não-majoritariamente empresariais, que não possuem registro no CNPJ. Entram nessa rubrica um sem-número de atividades não-capitalistas, condensadas sobretudo nos serviços pessoais e na circulação simples de mercadorias. Para ficar em apenas alguns exemplos, podemos citar vendedores ambulantes, camelôs, manicures, cozinheiros de marmitas e lanches, artistas de rua, trabalhadores em reparos e construção residencial, mecânicos e reparadores de veículos e biscoateiros em geral, sempre que essas atividades não sejam realizadas em ou diretamente mediadas por empresas capitalistas.

A Figura 3 sintetiza os critérios utilizados para a classificação da população ocupada por conta própria.

Figura 3 – Critérios de classificação: ocupados por “conta-própria”



Fonte: Elaboração própria (2021).

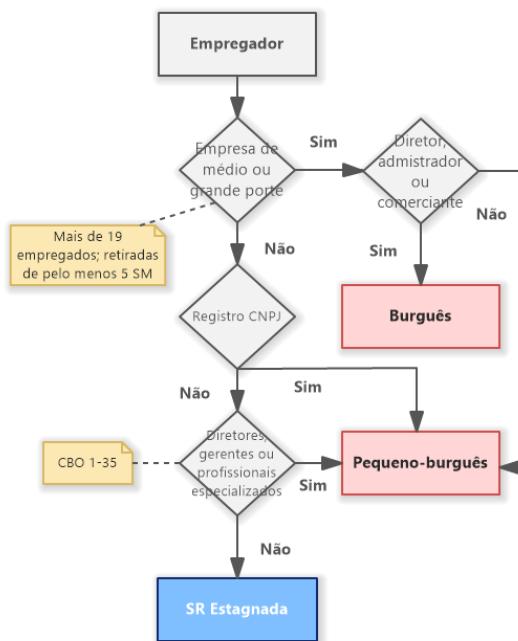
3.2.3 Empregadores

Embora represente um grupo numericamente menos expressivo, a classificação da população ocupada como empregador também não é trivial. Nesse caso, tudo que sabemos é que essas pessoas: *i*) exploram seus próprios empreendimentos; e que *ii*) possuem pelo menos um empregado. A definição de “empreendimento” presente na pesquisa, no entanto, é bastante vaga, pois abrange quaisquer formas de empresa, instituições, entidades (com ou sem fins lucrativos), podendo não ter estabelecimento algum ou ter vários deles.

Diante disso, os empregadores podem ser membros de qualquer fração da burguesia (industriários, latifundiários, comerciantes, rentistas, pequeno-burgueses, etc.), mas também serem trabalhadores autônomos responsáveis por pequenos negócios que empregam poucas pessoas e que não geram lucro, apenas renda para consumo. Como a PNAD Contínua não oferece muitos dados referentes ao estabelecimento em si, é difícil distinguir cada tipo de capitalista captado pela pesquisa. Nesse sentido, o procedimento que adotamos não visa dimensionar corretamente cada uma dessas frações, mas apenas encontrar uma amostra representativa da pequena-burguesia e dos trabalhadores que porventura sejam classificados como empregadores.

Para tanto, consideramos não-membros da pequena-burguesia os empregadores que declararam contar com 20 ou mais empregados⁵⁸, ocupar cargo de direção, de administração ou de comerciante e retirar de seus empreendimentos (seja na forma de “salário”, de rendimentos variáveis, de percentual nos lucros, etc.) um valor superior a cinco salários mínimos por mês. A consideração dessa cifra relativamente baixa deve-se à tendência do topo da pirâmide de renda (ocupada pela burguesia) em subdeclarar seus rendimentos retirados “do trabalho”⁵⁹. Já para obter uma *proxy* da pequena-burguesia, consideramos os empregadores que declararam empregar até 19 funcionários, que possuem registro no CNPJ e que ocupam posições gerenciais ou são profissionais especializados (CBO 11 a 35), além daqueles que empregam 20 funcionários ou mais, todavia não ocupam cargos gerenciais.

Figura 4 – Critérios de classificação: empregadores



Fonte: Elaboração própria (2021).

⁵⁸ Esse número se baseia na classificação do porte de estabelecimentos feita pelo SEBRAE (2013), que considera “microempresas” aquelas que empregam até 19 funcionários. No período para o qual a variável número de empregados não está disponível (ver Apêndice B), utilizamos um critério de renda, restringindo a pequena-burguesia a remunerações de até 10 salários mínimos por mês.

⁵⁹ “É importante ter em mente as limitações dos dados sobre rendimento na PNAD. O questionário procura captar tanto os rendimentos em dinheiro como os pagamentos em espécie. [...] Mas a principal limitação é a tendência de subdeclarar as rendas, principalmente no caso das rendas elevadas, como mostra a comparação com valores do PIB (o Produto Interno Bruto estimado no Sistema de Contas Nacionais). Se a tendência de subdeclarar for mais forte para as rendas elevadas, ela afeta mais a renda média do que a renda mediana e leva a subestimar a desigualdade da distribuição” (HOFFMANN, 2019, p. 7).

As ocupações que não se enquadram em nenhum desses critérios foram consideradas na superpopulação estagnada. Esse é o caso de trabalhadores responsáveis por fabriquetas domiciliares, estabelecimentos agropecuários pauperizados ou serviços não-especializados com poucos empregados (alimentação de rua, pousadas, biroscas, salões de beleza, fretes, etc.). A Figura 4 sintetiza os critérios utilizados para a classificação da população ocupada como empregador.

3.2.4 Empregados

Via de regra, os empregados podem ser considerados assalariados, pois geralmente são contratados por um capitalista, ou seja, vendem sua força de trabalho. Contudo, isso não resolve a questão, pois há uma parcela expressiva dos trabalhadores classificados como empregados que não vende sua força de trabalho ao setor privado, além de outra parcela que se encontra em ocupações irregulares, que podem ser consideradas dentro da superpopulação estagnada.

Para lidar com essa situação, o primeiro passo é distinguir os trabalhadores dos setores público e privado. Mesmo que não sejam assalariados diretos do capital, a esmagadora maioria dos empregados no setor público não compõe o exército de reserva, pois encontra-se em ocupações estáveis e recebendo salários superiores à média, de modo que não estariam disponíveis para serem assalariados “comuns”. A exceção a essa regra são os empregados temporários do setor público que recebem salários brutos inferiores à média dos assalariados, geralmente por estarem subocupados. É importante considerar esse caso tendo em vista o crescimento da instabilidade no setor público, como tem ocorrido com parte dos professores das redes estaduais e municipais de ensino (ACTs, “Categoria O”, etc.), que frequentemente encontram problemas para trabalhar horas suficientes, bem como com estagiários, agentes de pesquisa, secretários e faxineiros e outros trabalhadores contratados por tempo determinado, com baixa remuneração ou jornadas de trabalho parciais.

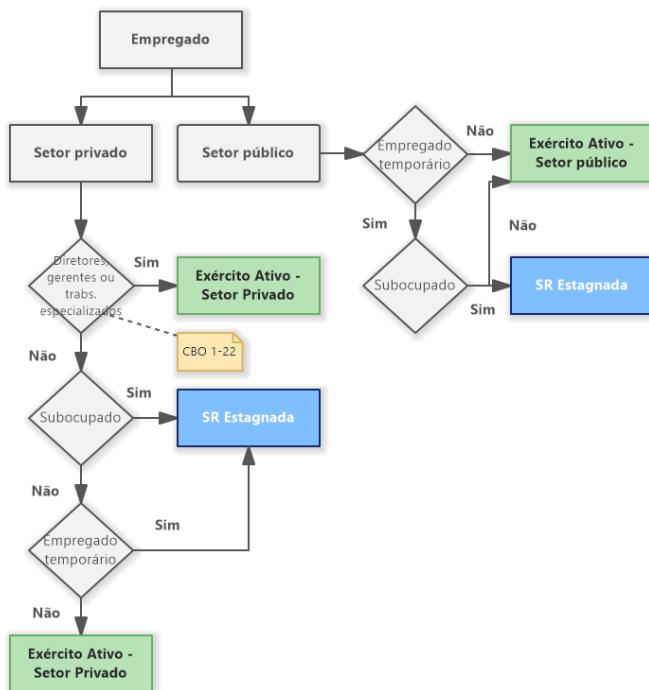
Já no caso dos empregados no setor privado, consideramos membros da superpopulação estagnada os subocupados por insuficiência de horas⁶⁰, que geralmente trabalham de forma intermitente ou em tempo parcial em pequenas empresas da economia informal urbana (garçons, ajudantes de cozinha, recepcionistas, porteiros, auxiliares de limpeza, panfleteiros, vendedores e repositores de lojas, limpadores de carros, carregadores, dentre

⁶⁰ Para compatibilizar as variáveis de subocupação baseadas nas horas efetivamente (até 2015/3T) e habitualmente trabalhadas (a partir de 2015/4T), consideramos não-subocupadas as pessoas com jornadas habituais superiores a 30 horas semanais no primeiro destes períodos (VD4031<30).

diversos outros exemplos). A mesma situação se aplica aos empregados temporários no setor privado, geralmente associados à construção civil (pedreiros e serventes por "obra certa", etc.) e à agropecuária (safristas, "trecheiros", ganadeiros, etc.). Em ambos os casos, são excluídos os profissionais especializados ou em cargos de direção e gerência (CBO 11 a 22).

A Figura 5 sintetiza os critérios utilizados para a classificação dos empregados.

Figura 5 – Critérios de classificação: empregados



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.5 Trabalhadores familiares auxiliares

Os trabalhadores familiares auxiliares caracterizam-se pela associação à atividade econômica de algum membro da unidade domiciliar ou de parentes, todavia não são assalariados, uma vez que não recebem remuneração própria. Sendo assim, eles compõem o exército de reserva, tendo a camada de sua inserção definida fundamentalmente pela posição na ocupação do trabalhador ao qual prestam auxílio.

Mais precisamente, eles são considerados na superpopulação latente caso ajudem trabalhadores domésticos ou ocupados por conta-própria em atividades não-capitalistas. Caso auxiliem empregadores, empregados ou autônomos integrados à produção capitalista, entram na superpopulação estagnada. Como exemplos do primeiro desses casos, podemos citar parentes que ajudam empregadas domésticas ou diaristas, além de serventes de pedreiro,

ajudantes de vendedores ambulantes e, principalmente, membros da agricultura familiar. O segundo caso se aplica, por exemplo, a ajudantes de cozinha, contínuos e auxiliares de empregados em estabelecimentos rurais.

3.2.6 Desocupados e pessoas fora da força de trabalho

Atualmente, uma parte muito expressiva da população brasileira (cerca da metade em 2020) não é classificada como ocupada pela metodologia da PNAD Contínua. Essas pessoas podem estar desocupadas ou, caso não cumpram um ou mais dos critérios de desocupação estabelecidos pela pesquisa, fora da força de trabalho.

Em geral, os desocupados são membros da superpopulação relativa flutuante, pois necessitam de emprego e estão disponíveis para assumir uma vaga imediatamente. Entretanto, é possível que as empresas não considerem esses trabalhadores aptos aos postos de trabalho assalariados mais básicos, seja por sua força de trabalho já estar demasiadamente desgastada ou por não atenderem a um nível mínimo de instrução exigido. Para captar esses casos, removemos da superpopulação flutuante os desempregados de longa-permanência (dois anos ou mais de procura por trabalho⁶¹), que não possuem ensino fundamental completo ou possuem mais de 60 anos de idade. Por outro lado, foram incluídos na superpopulação flutuante as pessoas que, embora não tenham realizado busca efetiva por trabalho no mês de referência da pesquisa, necessitariam trabalhar e estavam disponíveis para assumir um emprego, como é o caso daqueles que estão à espera de entrada no trabalho ou de resposta a solicitação de vaga, além dos desalentados que desistiram de procurar emprego pelo simples fato de não vislumbrar possibilidades de encontrar uma vaga.

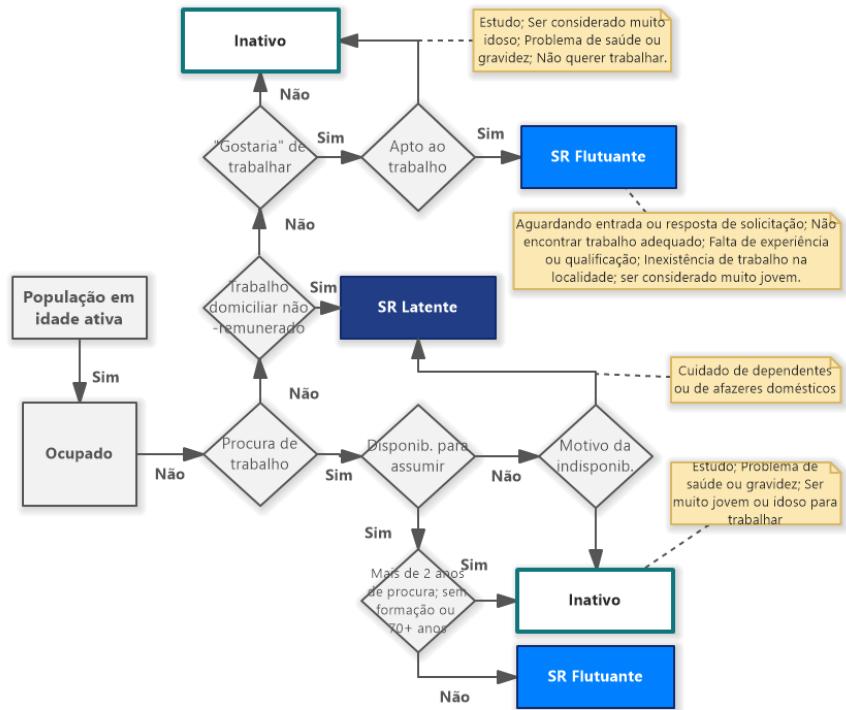
Além disso, deve-se considerar que uma parte considerável da população brasileira não está ocupada ou procurando trabalho apenas por estar presa ao trabalho doméstico (reprodutivo). Nesse sentido, classificamos como membros do exército de reserva latente as mulheres que responderam não ter procurado emprego ou estar indisponível para assumir uma vaga devido à necessidade de cumprir com afazeres domésticos ou de cuidar de dependentes (filhos, netos, parentes enfermos ou idosos).

Todas as pessoas que não atenderam a nenhum desses critérios foram classificadas como “inativas”. Esse grupo inclui desde pessoas que podem e não desejam trabalhar, até estudantes, grávidas, trabalhadores aposentados, pensionistas e o lumpemproletariado em geral.

⁶¹ Sobre a caracterização do desemprego de longa permanência ou longo prazo no Brasil, ver Lameiras *et al* (2019).

A Figura 6 sintetiza os critérios utilizados para a classificação da população não-ocupada.

Figura 6 – Critérios de classificação: desocupados e fora da força de trabalho



Fonte: Elaboração própria (2021).

3.2.7 Trabalho infantil e outras formas de trabalho

Por fim, resta ainda classificar a população que aparece como inativa nos questionários trimestrais, todavia realiza alguma outra forma de trabalho que é captada pelos questionários suplementares. Esses são os casos do trabalho infantil (realizado por pessoas com até 13 anos de idade) e das “outras formas de trabalho”.

Ao adaptar os critérios utilizados para classificar a população com 14 anos ou mais de idade para os questionários de trabalho infantil (5^a visita entre 2016 e 2019), chegamos à conclusão de que a esmagadora maioria das crianças que trabalham habitualmente entrariam no exército de reserva latente (cerca de 97%), sendo o restante enquadrado na camada estagnada. Em decorrência disso – e para facilitar o serviço –, consideramos todas as crianças ocupadas com jornadas de trabalho de pelo menos 15 horas por semana como membros da superpopulação latente. A maior parte dessa população são filhos de agricultores em zonas rurais pauperizadas.

Quanto às outras formas de trabalho, nos interessam particularmente os questionários referentes à produção destinada exclusivamente ao consumo próprio⁶². Nesse caso, foram classificados como membros da superpopulação latente os trabalhadores que atendem a dois critérios: *i*) não estar ocupado em atividade remunerada com jornadas superiores a 10 horas semanais; e *ii*) trabalhar habitualmente mais de 20 horas por semana na produção para o autoconsumo⁶³. Como esses dados são anuais, eles foram replicados para os trimestres que compõe cada ano.

Tendo em vista que os microdados dos questionários referentes ao trabalho infantil e à produção para consumo próprio passaram a ser divulgados somente a partir de 2016, repetimos os dados deste ano para os anteriores. Já no caso dos dados de 2020 (que ainda não foram divulgados), replicamos as estimativas de 2019.

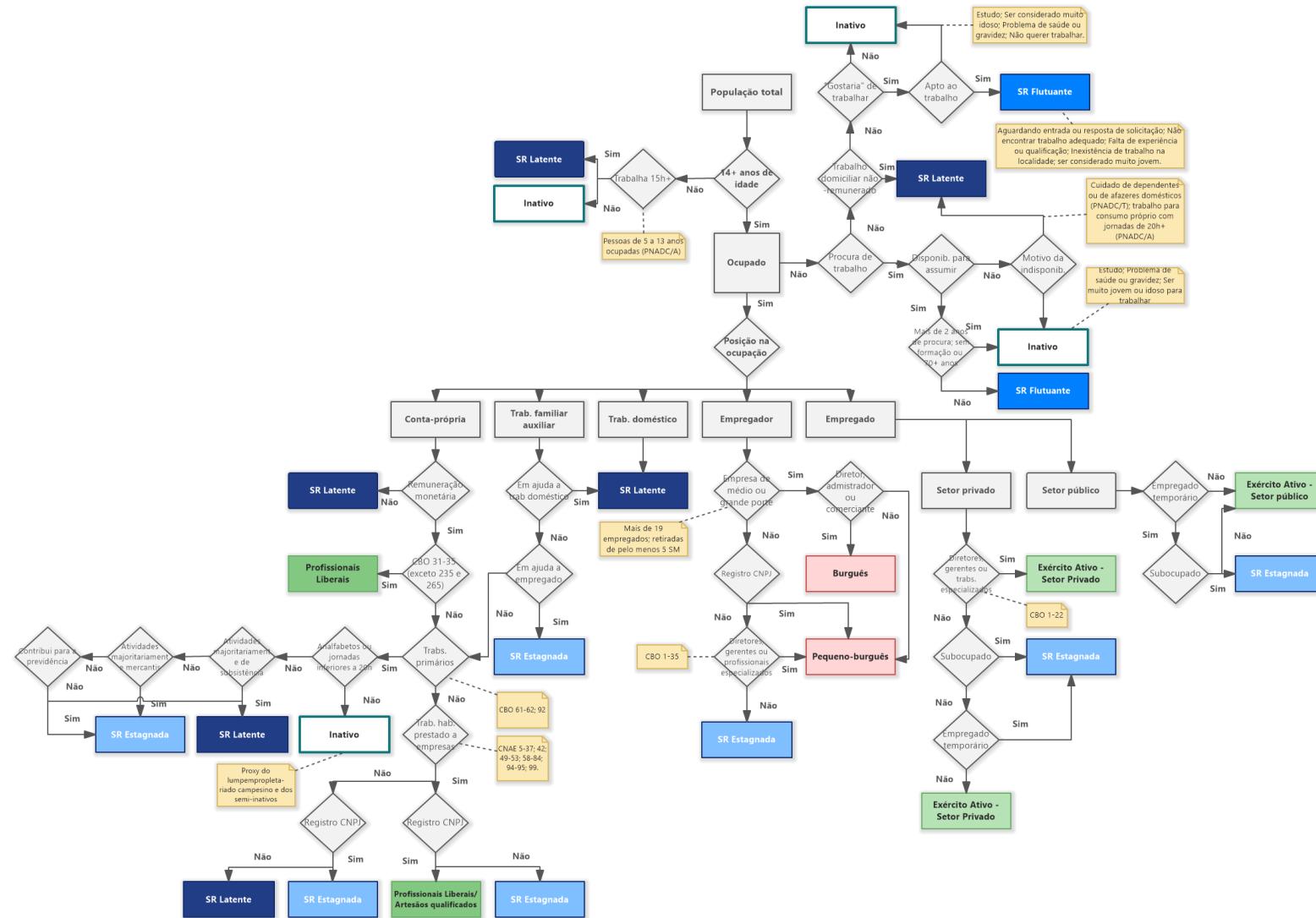


A Figura 7 sintetiza o conjunto dos critérios aplicados para a classificação da população captada pela PNAD Contínua (seja nos questionários ordinários ou suplementares). Na sequência, o Quadro 2 condensa essas informações por camada da superpopulação relativa e classe social, além de apresentar exemplos e as estimativas populacionais para cada grupo em 2019 (média dos quatro trimestres).

⁶² Como geralmente o trabalho voluntário não possui relação direta com atividades produtivas, não consideramos as informações referentes a este questionário. Já o trabalho em afazeres domésticos e cuidados de pessoas já é captado indiretamente nos dados trimestrais, por meio da classificação da população fora da força de trabalho.

⁶³ A PNADC/A (2019) considera quatro atividades para consumo próprio (destinado somente ao próprio uso das pessoas moradoras do domicílio ou de parente): cultivo, pesca, caça ou criação de animais (V4099); produção de carvão, corte ou coleta de lenha, coleta de água, extração de sementes, de ervas, de areia, argila ou outro material (V4102); fabricação de roupas, tricô, crochê, bordado, cerâmicas, rede de pesca, alimentos ou bebidas alcóolicas, produtos medicinais ou outros produtos (V4105); e construção de casa, cômodo, muro, telhado, forno ou churrasqueira, cerca, estrada, abrigo para animais ou outras obras (V4108). Para determinar as “jornadas” de trabalho da produção para o consumo próprio, consideramos a somatória das horas trabalhadas em todas essas atividades (V4100+V4103+V4106+V4109).

Figura 7 – Critérios de classificação de classes sociais e camadas da superpopulação relativa a partir da PNAD Contínua (2014/4T em diante)



Fonte: Elaboração própria (2021).

Quadro 2 – Síntese das camadas da superpopulação relativa e classes sociais por critério de classificação e estimativa da população representada em 2019

Classe/ Camada	Descrição	Categoria na PNADC	Subcategoria PNADC	Condição/ Critério	Exemplos	Estimativa (mil pessoas)
Superpopulação Relativa Flutuante	Trabalhadores aptos ao trabalho, mas que não conseguem ocupação	<i>Desocupados</i>	<i>Fora da FT</i>	Tempo de procura por trabalho inferior a 3 anos ou ensino fundamental completo e idade até 60 anos (não-lumpem)	Desempregados à procura de emprego em locais de trabalho, sindicatos, agências de emprego ou junto a familiares/conhecidos	12.217
				"Gostaria" de e estaria apto para trabalhar, embora não tenha realizado busca efetiva por trabalho	Desempregados à espera de entrada no trabalho ou de resposta a solicitação de vaga; desalentados por não encontrar emprego em sua localidade ou não vaga compatível com sua experiência/qualificação	5.512
Superpopulação Relativa Latente	Trabalhadores em atividades não-capitalistas, sem acesso considerável a meios de produção e com potencial de conversão em assalariados	<i>Ocupados</i>	Conta-própria	Agropecuária de subsistência/de cadeias curtas, comércio informal ou serviços prestados diretamente às famílias	Agricultores em policultivo; pescadores; pequenos produtores de alimentos; vendedores ambulantes; camelôs; manicures; cozinheiros "para fora"; artistas de rua; trabalhadores em reparos e construção residencial não-empresarial; mecânicos e reparadores de veículos; biscoiteiros em geral	11.887
			Trab. doméstico	-	Empregados domésticos; cuidadores de crianças ou idosos; mordomos.	6.249
			Trab. familiar auxiliar	Em ajuda a trabalhador doméstico ou conta-própria da SR Latente	Auxiliares de faxina; serventes de pedreiros; ajudantes de lojistas ou vendedores ambulantes; filhos de pequenos agricultores	1.861
			Menores de 14 anos	Jornadas de 15h ou mais	Auxiliares familiares; crianças no comércio de rua; carregadores	1.160
			Trab. para consumo próprio	Jornadas próprias de 20h ou mais	Agropecuaristas ou pescadores que não comercializam nenhuma parte de sua produção; pedreiros na construção de casa própria	1.055
		<i>Fora da FT</i>	FT Potencial ou "inativos"	Não procurar trabalho ou não poder assumir devido a afazeres domésticos ou cuidado de familiares	Donas-de-casa; responsáveis por familiares enfermos ou crianças sem acesso à creche	2.060
Superpopulação Relativa Estagnada	Produtores independentes subordinados a empresas e trabalhadores assalariados em condições irregulares e com dificuldades em reproduzir sua força de trabalho	<i>Ocupados</i>	Conta-própria	Agropecuária integrada, indústria domiciliar ou serviços pouco qualificados prestados a empresas	Produtores de frango integrados; facções têxteis; fabriquetas de fundo-de-quintal; motoristas e entregadores "de aplicativos"; vendedores a domicílio; balconistas; cozinha sob encomenda	7.842
			Trab. familiar auxiliar	Em ajuda a empregado	Ajudantes de cozinha; contínuos; auxiliares de empregados rurais	228
			Empregador	Responsáveis por pequenas empresas e produtores independentes informais (sem CNPJ, com até 5 empregados), exclusive ocupações gerenciais ou especializadas	Responsáveis por fabriquetas domiciliares, pequenos estabelecimentos agropecuários ou serviços com poucos empregados (alimentação de rua, pousadas, biroscas, salões de beleza, fretes, etc.)	458
			Empregado - Setor privado	Empregados temporários ou subocupados por insuficiência de horas (parciais intermitentes), exclusive ocupações gerenciais ou especializadas com registro	Sastristas; trecheiros; garçons; ajudantes de cozinha; atendentes de telemarketing; recepcionistas; escriturários; frentistas; vendedores e reposidores de lojas; supervisores de creches; carregadores; pedreiros e serventes por "obra certa"	5.194
			Empregado - Setor público	Empregados temporários subocupados	Professores ACTs do ensino básico ou infantil; agentes de pesquisa; secretários e faxineiros por tempo determinado; estagiários	249

Exército ativo diretamente empregado	Assalariados regularmente empregados pelo capital, pelo Estado ou pelo "terceiro setor"	<i>Ocupados</i>	Empregado	Empregados (com ou sem carteira) não-temporários no setor privado, com jornadas de 40h ou mais ou que não desejariam expandir suas jornadas; servidores públicos ou empregados no setor público (exceto subocupados sem carteira de trabalho assinada)	Operários empregados na grande indústria (indústria de transformação de bens de capital, intermediários e de consumo; indústria da construção civil; serviços industriais de utilidade pública, trabalhadores parciais em informação e comunicação, transporte/armazenamento, etc.), trabalhadores de manufaturas, artesãos ou serviços empresariais; comerciários; policiais, bombeiros, professores e profissionais da saúde da rede pública	50.941
Profissionais liberais ou artesãos qualificados	Prestadores de serviços especializados a empresas ou artesãos qualificados com poder de barganha/ capacidade de fixação de preços	<i>Ocupados</i>	Conta-própria	Diretores, gerentes, técnicos e profissionais das ciências e intelectuais não-proletarizados; artesãos prestadores de serviços especializados com registro (CNPJ) e rendimentos regulares	Advogados, despachantes, administradores, engenheiros, arquitetos, urbanistas, agrimensores, contadores, programadores, psicólogos, médicos, dentistas, nutricionistas, esteticistas, publicitários, fotógrafos, clérigos, representantes comerciais, corretores de imóveis, joalheiros, montadores de máquinas, caminhoneiros, eletricistas, marceneiros, vidraceiros	3.873
Pequena-Burguesia	Proprietários dos meios de produção e compradores de força de trabalho em manufaturas/ pequenas e médias empresas	<i>Ocupados</i>	Empregador	Empresas de pequeno porte (até 19 empregados), com registro (CNPJ) ou em ocupações gerenciais ou especializadas; ou empresas de médio porte, em ocupação não gerenciais e com retiradas inferiores a 10 salários mínimos	Donos de pequenos e médios estabelecimentos comerciais urbanos (lojas, restaurantes, hotéis, postos de combustível, centros de saúde, escolas, etc.) ou rurais (granjeiros, aquicultores, pecuaristas e demais fazendeiros minifundiários) não-pauperizados; pequenos empreiteiros; agenciadores de mão-de-obra; donos de pequenas fábricas	3.325
Burguesia (exceto pequena)	Proprietários dos meios de produção e compradores de força de trabalho em grandes empresas	<i>Ocupados</i>	Empregador	Empresas de médio ou grande porte (20 empregados ou mais), com registro (CNPJ), em ocupação gerencial ou comercial e com retiradas de pelo menos 5 salários mínimos (rendimentos subdimensionados pela PNADC)	Latifundiários; proprietários de grandes indústrias, imobiliárias, construtoras/empreiteiras, hospitais, distribuidoras, atacadados, redes varejistas ou de serviços	620
Inativos	Classe trabalhadora não-ocupada e indisponível ou inapta ao trabalho (inclusive lumpemproletariado), além dos dependentes da burguesia	<i>Ocupados</i>	Conta-própria	Campesinos, catadores e flanelinhas analfabetos ou com jornadas de até 20h	Trabalhadores em atividades não-mercantis sem formação ou degradados (lumpemproletariado)	661
		<i>Desocupados</i>	Desemprego de longa-permanência	Desempregados sem ensino fundamental completo, sem encontrar trabalho por 3 anos ou mais	Pedintes, subsistentes por doações ou sustentados por terceiros cuja força de trabalho foi degradada (lumpemproletariado)	357
		<i>Fora da FT</i>	Inativos	Não ocupados que não procuram e não desejam trabalhar; inaptos ao trabalho ou indisponíveis para assumir por motivo alheio à ocupação;	Aposentados, pensionistas, idosos inaptos ao trabalho; crianças; estudantes sustentados pela família ou por poupança prévia; trabalhadores afastados por problemas de saúde ou gravidez; burgueses, rentistas ou pessoas por eles sustentadas; dependentes de membros da classe média fora do mercado de trabalho; indigentes	57.497

Fonte: Elaboração própria (2021).

4 COMPORTAMENTO E COMPOSIÇÃO DA SUPERPOPUAÇÃO RELATIVA NO BRASIL ENTRE 2012 E 2020

Toda a discussão feita até aqui sobre o que constitui a superpopulação relativa, como ela se manifesta nas formações sociais dependentes e como pode ser empiricamente identificada no Brasil contemporâneo foram condições necessárias para que, enfim, possamos responder ao nosso problema de pesquisa. Afinal, quais mudanças ocorreram no exército de reserva brasileiro desde 2012? Como ele se compõem atualmente?

As últimas três décadas foram um período de grandes mudanças no mercado de trabalho brasileiro. Evidentemente, foge ao escopo deste estudo discutir esse processo e suas implicações em termos da superpopulação relativa. Entretanto, um breve resgate histórico é importante na medida em que nos permite contextualizar o período analisado. Esse é o objetivo da primeira parte deste capítulo, que busca identificar as principais tendências recentes da superpopulação relativa à luz do ciclo de acumulação brasileiro. Na sequência, passamos à apresentação dos resultados empíricos da pesquisa, analisando o comportamento da superpopulação relativa no Brasil a partir de 2012. Por fim, buscamos traçar o perfil dessa população, de modo a descrever sua composição atual.

4.1 CICLO DE ACUMULAÇÃO E TENDÊNCIAS DE (DES)EMPREGO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

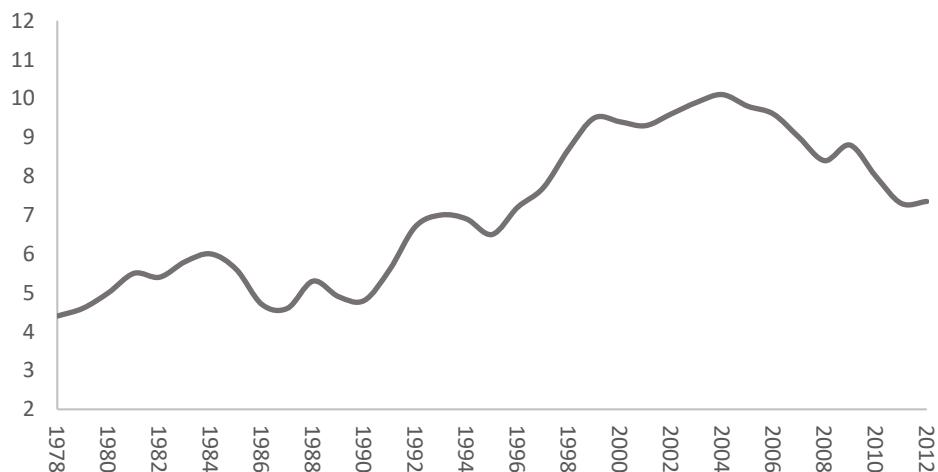
Em um plano mais estrutural, as transformações recentes do mercado de trabalho brasileiro respondem à forma como o modo de produção capitalista superou a crise global de acumulação ocorrida entre as décadas de 1960 e 1970. A saída dessa crise passou pelo estabelecimento de um novo paradigma de produção e de gestão da força de trabalho e, juntamente dele, da criação de novas esferas de valorização do capital, operacionalizadas em grande medida pela liberalização dos fluxos financeiros internacionais e pelo avanço de empresas transnacionais sobre novos territórios e mercados. Tais mudanças reconfiguraram completamente o espaço e o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho, desfazendo a conjuntura que sustentava o projeto de industrialização dependente estabelecido no país até os anos 1980 (CARCANHOLO; 2017).

Ao esfacelamento dessa conjuntura, seguiu-se uma ampla reestruturação dos eixos de acumulação e das diretrizes da política econômica nacional. Essa reestruturação se consolidou a partir dos processos de abertura comercial, liberalização financeira e valorização cambial realizados no país ao longo da década de 1990, e teve como resultado um aprofundamento da

transferência de valor para os países centrais, sobretudo na forma de rendas (BREDA, 2020). Para compensá-la, teve início uma nova rodada de aumento do grau de exploração da força de trabalho, mediado pelos processos de desconcentração industrial, terceirização e subcontratação da mão-de-obra e de desregulamentação das relações de trabalho acelerados no período (CARDOSO JR, 1999; ANTUNES, 2004; ARAÚJO, 2011).

Por mais parciais que possam ser – uma vez que se baseiam nos indicadores oficiais de desemprego, reproduzindo todos os problemas já discutidos no *Capítulo 3* – os dados apresentados na Figura 8 dão indícios do reflexo dessas mudanças sobre o comportamento da superpopulação relativa, que saltou para um novo patamar histórico a partir da década de 1990.

Figura 8 – Taxa de desocupação (retropulação das séries da PNAD Contínua para o período entre 1978 e 2012, em %).

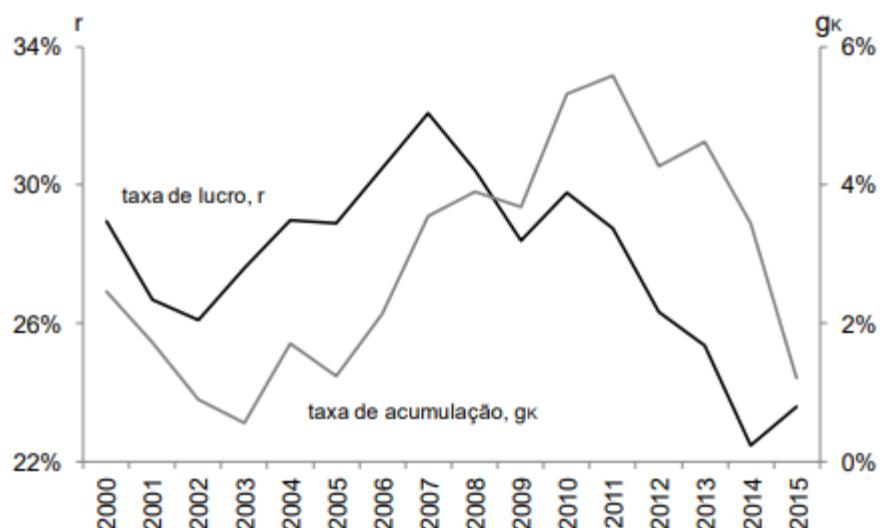


Fonte: BACCIOTTI; MARÇAL (2020); Elaboração própria.

Após anos em franca ascensão, o desemprego entrou em trajetória de queda a partir de 2004, indicando uma diminuição da superpopulação relativa – sobretudo por estar associado a aumentos salariais e a reduções nos índices de pobreza e de informalidade (COSTA, 2013). Isso não significa, porém, que o Brasil tenha retornado ao padrão de emprego da década de 1980, muito menos rompido com os condicionantes estruturais da dependência. De acordo com Aruto (2019), essa melhoria relativa no mercado de trabalho brasileiro foi possibilitada por uma conjuntura internacional bastante favorável, marcada por ampla liquidez monetária e redução das taxas de juros nos países centrais, aumento no *quantum* e no preço das exportações primárias (puxado pelo crescimento da economia chinesa), dentre outros fatores que contribuíram para o abrandamento da transferência de valor e o aumento da lucratividade interna.

Conforme demonstram Marquetti, Hoff e Miebach (2017), tal cenário favorável foi momentaneamente abalado pela crise internacional deflagrada em 2007. No entanto, os efeitos dessa crise no Brasil não foram tão imediatos, uma vez que as medidas anticíclicas adotadas pelos países centrais para enfrentá-la mantiveram os fluxos de capital estrangeiros e os preços dos produtos agrominerais elevados até 2010 (ARUTO, 2019). Nesse contexto, o governo brasileiro adotou uma série de medidas voltadas ao estímulo do mercado interno, além de manter o câmbio valorizado, permitindo novas rodadas de importações no setor industrial e salários crescentes. Dessa forma, os investimentos permaneceram em plena expansão até 2011, sendo acompanhados pela demanda por trabalho e por valorizações salariais, que nesse período se deram em ritmo inclusive superior ao aumento da produtividade (MARQUETTI; MIEBACH; HOFF, 2017). Foi só a partir de 2012 que a diminuição na lucratividade interna passou a se refletir na taxa de acumulação ou, para usar termos mais habituais, em uma desaceleração do nível de atividade econômica, conforme demonstra a Figura 9.

Figura 9 – Taxa de lucro e taxa de acumulação no Brasil (2000-2015, em %).



Fonte: Marquetti, Hoff e Miebach (2017).

Essa inflexão do ciclo se deve a um conjunto de fatores de natureza externa e interna. Entre os fatores externos, o principal é a queda abrupta nos preços internacionais de *commodities* ocorrida a partir de 2011. Internamente, essa queda desacelerou o nível de produção de alguns setores ligados à exportação primária, além de agravar o déficit em transações correntes do país (ARUTO, 2019). Aliado à própria política monetária adotada pelo governo no período, tal processo levou a uma significativa desvalorização cambial, que

deteriorou a rentabilidade do setor manufatureiro, sobretudo em razão do encarecimento das dívidas em moeda estrangeira contratadas até 2010 (CARNEIRO, 2017).

Diante disso, o governo implementou novas políticas de sustentação da demanda, sobretudo por meio de desonerações fiscais. Essas políticas mantiveram o nível de consumo das famílias e, com ele, o emprego em patamares relativamente elevados, todavia não reverteram a trajetória de queda nos investimentos. Por outro lado, elas deterioraram rapidamente as contas públicas, além de dificultar a recomposição da taxa de lucro pelo rebaixamento salarial (MARQUETTI; MIEBACH; HOFF, 2017). Dessa forma, o Brasil entrou em recessão em meados de 2014. A situação se agravou ainda mais em 2015, devido à mudança na orientação da política econômica do governo federal, que promoveu uma forte redução dos gastos públicos, reajustes abruptos nos preços administrados e elevou a taxa básica de juros, além de acentuar o processo de desvalorização cambial (ROSSI; MELLO, 2017).

Com isso, a crise transferiu-se para o consumo das famílias, deflagrando uma intensa queda nos níveis de produção e um fechamento massivo de postos de trabalho. A partir daí o capital seguiu seu caminho “natural” para resolver sua própria crise, depurando os capitais menores ou menos eficientes e engrossando as fileiras do exército industrial de reserva. No plano político, a crise unificou as principais frações da burguesia brasileira em torno de medidas que permitissem acelerar a retomada da taxa de lucro. Decorre daí o pacto pela manutenção do regime de austeridade fiscal iniciado em 2015 e a enorme cruzada empreendida a partir de então para criar novos espaços de valorização para o capital (mediante privatizações e a apropriação do fundo público pelo grande capital) e aprofundar a superexploração da força de trabalho (por meio das ditas “reformas estruturais”, que flexibilizaram ainda mais as relações de trabalho no país e reduziram salários diretos e indiretos) (PINTO *et al.*, 2017; ANTUNES; PRAUN, 2019).

Em linhas gerais, essas medidas beneficiaram os setores oligopolistas que comandam a o ciclo de acumulação no país, em detrimento de diversos ramos marginais que produzem para o mercado interno. Isso significa que o capital entrou em fase de centralização, ainda que não tenha voltado a se concentrar, ou seja, a crescer em termos absolutos. Assim, a economia nacional “sai” da crise em meados de 2017, dando início a um período de estagnação. Esse período foi marcado por um processo extremamente lento de retomada dos investimentos e, principalmente, do emprego e da renda, de modo que, ao final de 2019, o país ainda acumulava uma perda de 0,8% no PIB *per capita* na comparação com 2010 (IBGE, 2021b).

Qualquer suposição que pudesse ser feita sobre um novo ciclo de acumulação no país foi abortada nos primeiros meses de 2020, quando a emergência da pandemia da Covid-19

rompeu as principais cadeias do comércio mundial⁶⁴. No Brasil, logo foram sentidos os efeitos do fechamento de estabelecimentos, das restrições logísticas, do encarecimento dos insumos e da queda generalizada na demanda, os quais se transferiram imediatamente para o nível de emprego (MATTEI; HEINEN, 2021). Com isso, a pandemia sacramentou uma nova “década perdida” para a economia brasileira, fazendo com que o PIB *per capita* fechasse 2020 com queda de 5,5% na comparação com a década anterior (IBGE, 2021b).

4.2 COMPORTAMENTO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA BRASILEIRA ENTRE 2012 E 2020

Conforme discutimos no *Capítulo 1*, a grandeza da superpopulação relativa está intrinsecamente relacionada com o ciclo da acumulação, tanto porque varia na proporção inversa da demanda por trabalho, quanto porque influencia diretamente o patamar de remuneração da força de trabalho e, portanto, a taxa de lucro. Nesse sentido, o comportamento da superpopulação relativa tem muito a dizer sobre as tendências recentes do ciclo de acumulação, e vice-versa.

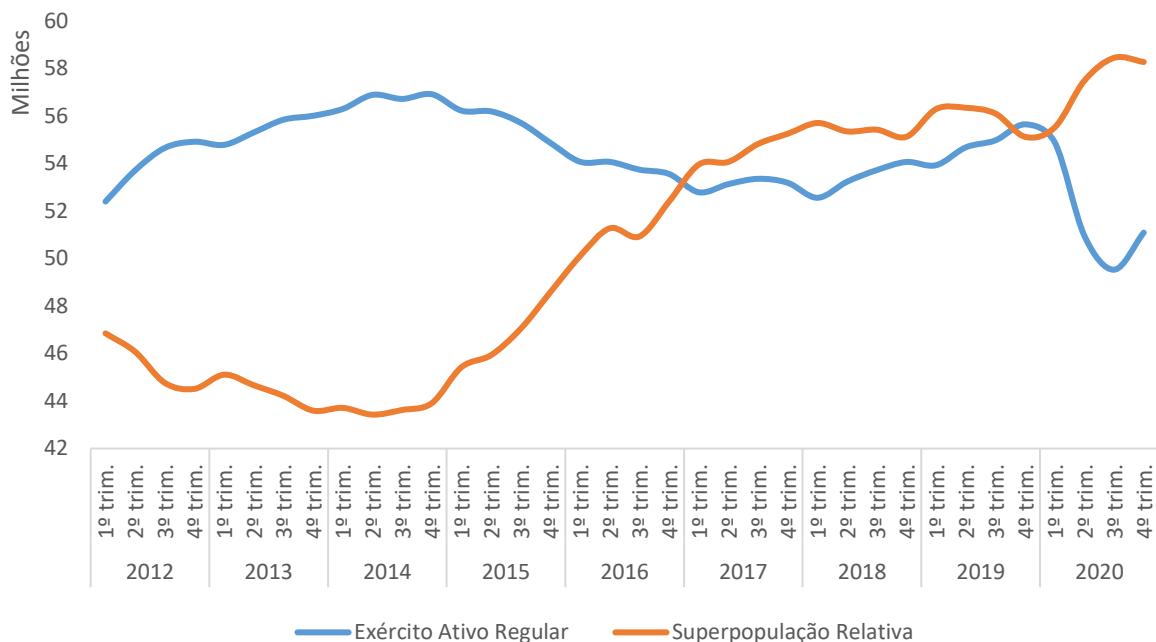
A Figura 10 apresenta a evolução da superpopulação relativa (SR) e da população empregada, ou seja, dos trabalhadores que compõe regularmente o exército ativo em um dado trimestre⁶⁵, entre 2012 e 2020. No início da série, o exército de reserva brasileiro era composto por aproximadamente 46 milhões de pessoas, enquanto outras 52 milhões estavam regularmente empregadas pelo capital. Nos dois anos seguintes, a SR encolheu 7%, atingindo sua mínima histórica no 2º trimestre de 2014, com 43,4 milhões de pessoas. Esse movimento refletiu a continuidade do processo de expansão do emprego, que atingiu seu ápice no mesmo trimestre, totalizando 56,9 milhões de pessoas.

A partir de então, a crise passou a cumprir seu papel histórico, destruindo cerca de 3 milhões de postos de trabalho entre o 2º trimestre de 2014 e de 2016 e praticamente estancando a absorção do exército de reserva. Dessa forma, a SR cresceu 27% entre 2014 e 2017, incorporando cerca de 12 milhões de trabalhadores.

⁶⁴ De acordo com Corsi (2020), esse processo apenas abreviou uma crise mundial que já se avizinhava, tendo em vista os nítidos sinais de desaceleração apresentados pelas economias centrais ao final de 2019.

⁶⁵ Para simplificar, adotaremos a seguinte terminologia: população empregada = exército ativo regular = assalariados regulares no setor privado + empregados regulares no setor público + profissionais autônomos, sendo os profissionais autônomos aqueles classificados como profissionais liberais ou artesãos qualificados. O termo “regular” deve-se ao fato de que, a rigor, os trabalhadores do exército de reserva estagnado também compõem o exército ativo, todavia de forma irregular.

Figura 10 – População empregada e superpopulação relativa no Brasil (2012-2020).



Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

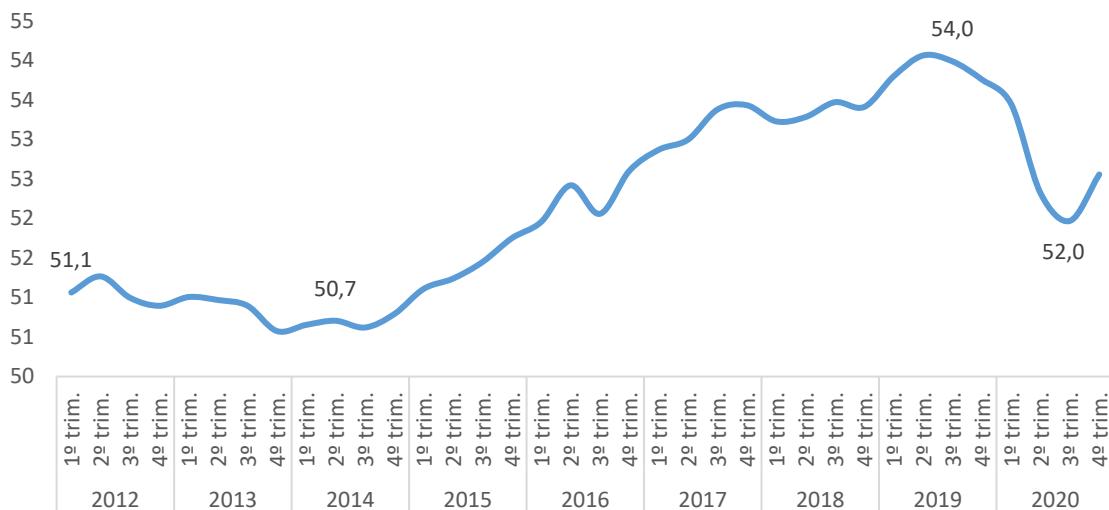
Em termos absolutos, a recomposição do exército de reserva se estendeu até o início de 2019, apresentando uma leve queda apenas nos últimos trimestres daquele ano. Esse fenômeno pode ser explicado principalmente por dois fatores: a recuperação lenta da demanda por trabalho; e a aceleração na oferta de trabalho. O primeiro desses fatores é bem ilustrado pela evolução da população empregada, que no 4º trimestre de 2019 ainda não passava de 55,7 milhões, representando um déficit de mais de um milhão de vagas na comparação com o mesmo período de 2014. Ainda que possa ter sido influenciado por um aumento da composição orgânica do capital em alguns setores – destacadamente a agropecuária⁶⁶ –, esse resultado se deve basicamente à manutenção dos investimentos em níveis historicamente baixos⁶⁷. Já o segundo fator pode ser observado a partir dos dados da Figura 11, que indicam uma aceleração no crescimento da força de trabalho disponível – isto é, do total de trabalhadores no exército ativo ou de reserva – a partir de 2014. Em grande medida, esse processo está associado ao

⁶⁶ Embora as estatísticas burguesas também sejam um problema neste quesito, vale notar que a “produtividade do trabalho” – produto por hora trabalhada, conforme mensurado pela FGV (2021) – no setor agropecuário das contas nacionais cresceu cerca de 40% entre 2013 e 2019, enquanto a da indústria de transformação recuou 5%.

⁶⁷ A formação bruta de capital fixo ainda representava apenas 17,5% do PIB no 4º trimestre de 2019. No mesmo período de 2013, essa taxa foi de 22,6% (IBGE, 2021b). Além disso, vale notar que a indústria de transformação utilizou, em média, 77,7% de sua capacidade instalada em 2019, um nível cerca de 5 pontos percentuais inferior ao registrado em 2013 (CNI, 2021).

próprio aumento do pauperismo, que obrigou novos membros da classe trabalhadora a buscarem trabalho e complementar a renda familiar.

Figura 11 – Participação da classe trabalhadora na força de trabalho (%), 2012-2020).



Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Nota: Como proxy do tamanho da classe trabalhadora, consideramos a população na força de trabalho (exército ativo ou de reserva) e os inativos (o que pode incluir, conforme discutimos no *Capítulo 3*, parte da burguesia, contudo é composta majoritariamente por crianças e idosos).

O que já era ruim em 2019, se agravou ainda mais em 2020, em decorrência dos efeitos da crise da Covid-19. Somente nos três primeiros trimestres desse ano, foram fechados 6,1 milhões de postos de trabalho, representando uma retração de 11% na população empregada. Entretanto, dessa vez a queda no emprego não foi acompanhada por um crescimento equivalente na SR, que aumentou relativamente menos, em 3,3 milhões de pessoas, ou 6% em termos relativos (Figura 10).

A principal causa disso foi o encolhimento da força de trabalho disponível ao longo de 2020 (Figura 11). Esse processo ocorreu principalmente na fase inicial da pandemia (entre março e junho de 2020), quando as contratações foram praticamente paralisadas, ao mesmo tempo em que as medidas de restrição à circulação de pessoas adotadas para conter a disseminação da pandemia inviabilizaram grande parte das atividades autônomas (HEINEN; MATTEI, 2021). Dessa forma, uma parcela expressiva dos trabalhadores que perderam seus empregos no período não migrou para o exército de reserva, mas tornou-se inativa, tendo que recorrer a poupanças prévias (principalmente no caso das camadas médias) e a auxílios financeiros (programas governamentais, empréstimos ou mesmo doações) para subsistir. O mesmo processo de inatividade involuntária também ocorreu entre membros da SR, sendo um

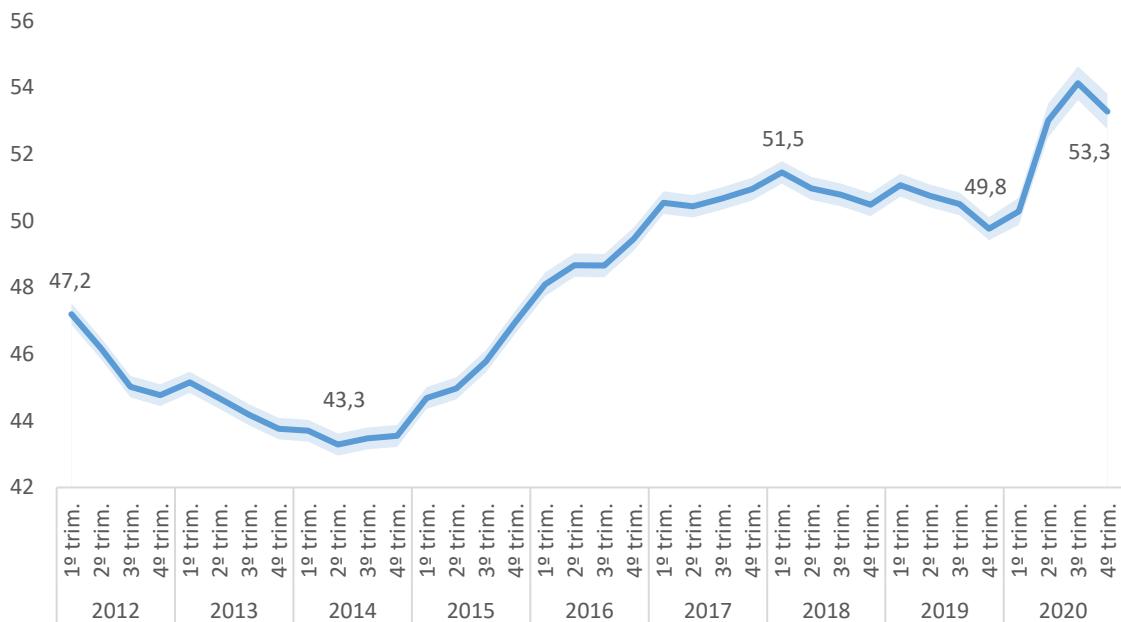
dos principais determinantes do enorme crescimento do lumpemproletariado observado nas cidades brasileiras durante a pandemia.

Após essa retração extremamente anormal, a oferta de trabalho voltou a crescer partir do 3º trimestre de 2020, quando os trabalhadores “liberados” na fase mais aguda da crise ingressaram ao exército de reserva e os trabalhadores não-assalariadas desse exército voltaram à ativa. Em decorrência da acentuada queda no consumo das famílias e dos processos de quebra e reestruturação das empresas – que via de regra encolheram seus quadros de funcionário, ampliando a composição orgânica do capital – ocorridos nesse período, a SR só passou a ser reabsorvida a partir do 4º trimestre de 2020, quando houve um crescimento de 1,6 milhão de pessoas no exército ativo regular. Com isso, o Brasil encerrou 2020 com 58 milhões de trabalhadores na reserva, e apenas 51,1 milhões regularmente empregados. Ainda que a precisão dessas estimativas tenha sido prejudicada pela conjuntura⁶⁸, elas indicam um forte aumento da SR durante a pandemia, o que deve influenciar decisivamente nos rumos do ciclo de acumulação brasileiro nos próximos anos.

O resultado líquido dessas flutuações no emprego e no desemprego são sintetizados pelo comportamento da taxa de superpopulação – proporção da força de trabalho disponível que não se encontra regularmente empregada –, conforme apresentado na Figura 12. Inicialmente, chama a atenção que essa taxa não baixou da casa dos 40% em toda a série analisada, expressando o elevado nível superpopulacional que a condição de dependência atribui ao Brasil.

Com base nas oscilações desse indicador, podemos identificar quatro fases distintas para as tendências da SR no Brasil ao longo desse período, as quais correspondem, ainda que com certa defasagem, a quatro fases do ciclo de acumulação. A primeira delas vai do início da série até meados de 2014, representando a etapa de desaceleração do ciclo expansivo iniciado em 2004. A segunda fase abrange o período entre a segunda metade de 2014 e o início de 2018, que foi marcado pela recomposição da superpopulação relativa em decorrência da crise de acumulação. Já a terceira engloba o biênio 2018-2019, representando o período de estagnação pós-crise. Por fim, a quarta fase capta os impactos da crise da Covid-19, do início de 2020 até o final da série.

⁶⁸ Em decorrência da pandemia da Covid-19, as entrevistas da PNAD Contínua passaram a ser realizadas por telefone a partir do 2º trimestre de 2020. De acordo com Corseuil e Russo (2021), isso modificou a composição da amostra da pesquisa, que passou a subestimar determinados grupos populacionais, com destaque aos trabalhadores empregados no setor privado com carteira de trabalho assinada. Essa também é uma hipótese plausível para explicar a lentidão no processo de retorno dos inativos ao mercado de trabalho, mesmo quando se tem em vista os critérios bastante abrangentes que utilizamos para classificar a população incorporada ao exército de reserva.

Figura 12 – Taxa de superpopulação (%), 2012-2020).

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Nota: margens em azul claro indicam intervalo de confiança de 99%.

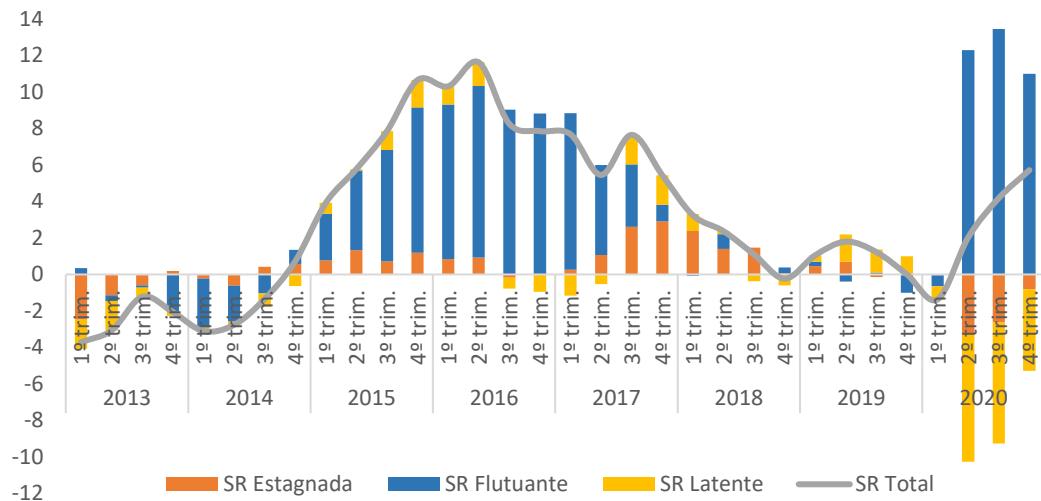
De acordo com o que discutimos no *Capítulo 2*, a variação da SR pode influenciar de formas distintas as tendências do ciclo de acumulação, a depender de sua composição. Nesse sentido, a Tabela 1 apresenta a distribuição da SR por camada e a participação de cada uma delas no mercado de trabalho. Complementarmente, a Figura 13 apresenta a decomposição do crescimento da SR por camada.

Tabela 1 – Decomposição da superpopulação relativa e da taxa de superpopulação por camada (mil pessoas e participação percentual na força de trabalho disponível, 2012-2020).

	SR Flutuante		SR Estagnada		SR Latente		SR (Total)	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
2012	9.789	9,8	12.057	12,1	23.706	23,8	45.552	45,8
2013	9.558	9,6	11.592	11,6	23.248	23,3	44.398	44,4
2014	9.005	9,0	11.606	11,6	23.057	23,0	43.669	43,5
2015	11.302	11,0	12.043	11,7	23.405	22,8	46.751	45,6
2016	15.476	14,7	12.225	11,6	23.481	22,4	51.182	48,7
2017	17.734	16,5	13.110	12,2	23.687	22,0	54.532	50,7
2018	17.872	16,4	13.832	12,7	23.704	21,8	55.408	50,9
2019	17.730	16,0	13.972	12,6	24.271	21,9	55.973	50,5
2020	22.780	20,9	13.021	11,9	21.640	19,8	57.441	52,7
Var. anual média	%	p.p.	%	p.p.	%	p.p.	%	p.p.
2012-2019	8,9	0,9	2,1	0,1	0,3	-0,3	3,0	0,7
2012-2014	-4,1	-0,4	-1,9	-0,3	-1,4	-0,4	-2,1	-1,1
2015-2016	31,1	2,9	2,6	0,0	0,9	-0,3	8,3	2,6
2017-2019	4,6	0,4	4,6	0,3	1,1	-0,1	3,0	0,6
2020	28,5	4,9	-6,8	-0,7	-10,8	-2,1	2,6	2,1

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Figura 13 – Decomposição da taxa de crescimento anual da SR por camada (% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, 2013-2020).



Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Nota: A contribuição de cada categoria é dada pelo produto entre sua taxa de crescimento interanual e a sua participação no exército ativo amplo.

Abstraindo o choque atípico causado pela pandemia em 2020, as características de sensibilidade ao ciclo de acumulação de cada camada (descritas na *Seção 2.3*) são verificadas perfeitamente nesses resultados. A camada latente foi a menos afetada pelas oscilações cíclicas, permanecendo praticamente constante entre 2012 e 2019, com variação de apenas 0,3% ao ano. Já a superpopulação estagnada cresceu 2,2% ao ano nesse mesmo período, absorvendo gradualmente os trabalhadores excedentes que não conseguiram emprego. A camada flutuante, por sua vez, oscilou juntamente com o ciclo de acumulação, e em níveis muito superiores às demais, com crescimento médio anual de 8,9%.

Dessa forma, a maioria dos trabalhadores repelidos pelo capital nos últimos anos foram incorporados em um primeiro momento ao exército de reserva flutuante, que se demonstra o indicador por excelência do comportamento conjuntural da SR. Nesse sentido, nota-se uma tendência de queda dessa camada entre 2012 e 2014 (-4,1%), seguida por um intenso crescimento entre 2015 e 2016 (31,1%), desaceleração entre 2017 e 2019 (4,6%) e nova aceleração em 2020 (28,5%). Com isso, o número de brasileiros disponíveis ao trabalho, mas sem qualquer ocupação, saltou de 9,8 milhões em 2012 (9,8% da força de trabalho), para 22,8 milhões em 2020 (20,9% do total).

Em que pese a importância conjuntural da superpopulação flutuante, a maior parte do exército de reserva brasileiro está historicamente concentrada na camada latente. Em 2012, essa camada era composta por 23,7 milhões de trabalhadores, correspondendo a 23,8% de todo o

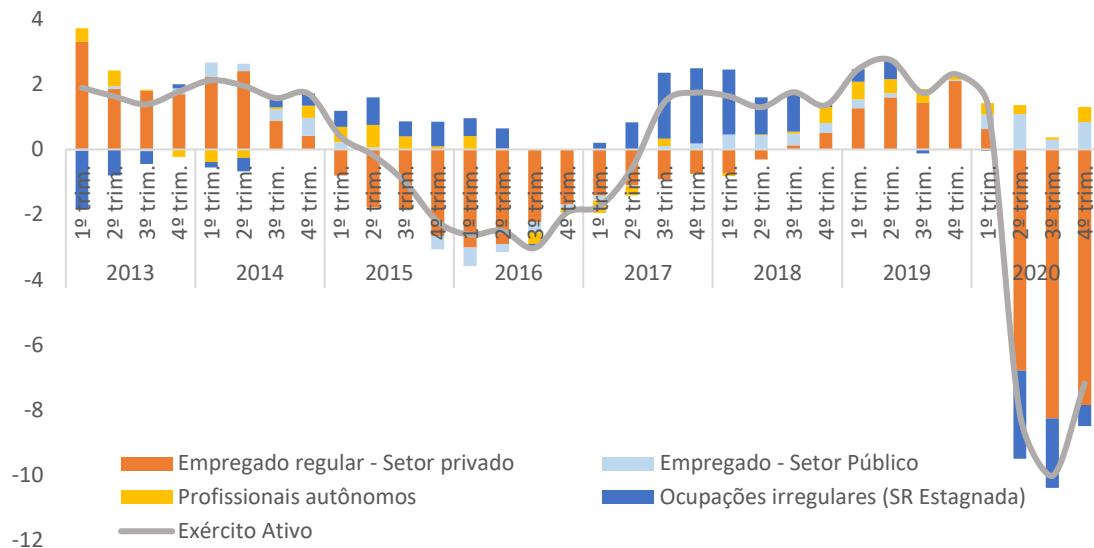
mercado de trabalho nacional. Com a crescente proletarização da força de trabalho e a redução da capacidade de consumo dos assalariados, essa participação caiu ao longo da última década, chegando a 21,9% em 2019. Essa queda foi acentuada em 2020, quando a pandemia inviabilizou grande parte das atividades que mais abrigam a SR latente, com destaque aos serviços prestados às famílias, o trabalho doméstico e o comércio de rua. Com isso, foram perdidas 2,6 milhões de ocupações latentes em somente um ano, o que reduziu sua participação no agregado para 19,8%.

Ainda que seja atualmente a camada de reserva numericamente menos expressiva, a superpopulação estagnada tem sido cada vez mais importante para a dinâmica do mercado de trabalho brasileiro. Se bem essa população vinha sendo absorvida até 2014 (-1,9%), ela apresentou taxas de crescimento expressivas no período mais agudo da crise (2,6% ao ano entre 2015 e 2016) e, principalmente, no período de estagnação que a sucedeu (4,6% ao ano entre 2017 e 2019). Em termos absolutos, isso representou a incorporação de 2,4 milhões de trabalhadores entre 2015 e 2019. Esse número pode parecer baixo se comparado com o tamanho do exército de reserva flutuante, porém se torna extremamente expressivo quando se tem em vista que a população diretamente empregada pelo capital decresceu nesse período.

Daí a importância de retomar a relação entre a SR estagnada e o ciclo do capital. Conforme discutimos na *Seção 2.3*, os trabalhadores em posição estagnada estão integrados de alguma forma à acumulação, podendo contribuir para a valorização do capital. Assim, o uso de força de trabalho irregular (por meio de subcontratações, terceirizações, plataformas digitais, etc.) permite que mais trabalho seja incorporado sem reduzir a SR, o que explicaria o descompasso crescente entre a acumulação e a absorção do exército de reserva observado no Brasil nos últimos anos, destacadamente no período entre 2017 e 2019.

Se essa compreensão estiver correta, podemos estender a medida do exército ativo, que em sua fórmula ampla abrange não apenas os trabalhadores regularmente empregados e os profissionais autônomos, como também a superpopulação estagnada. Considerando essa medida, há uma certa antecipação da retomada da demanda por trabalho na série histórica, a qual passa a ser captada em meados de 2017, com contribuição decisiva das ocupações irregulares da SR estagnada, conforme demonstra a Figura 14.

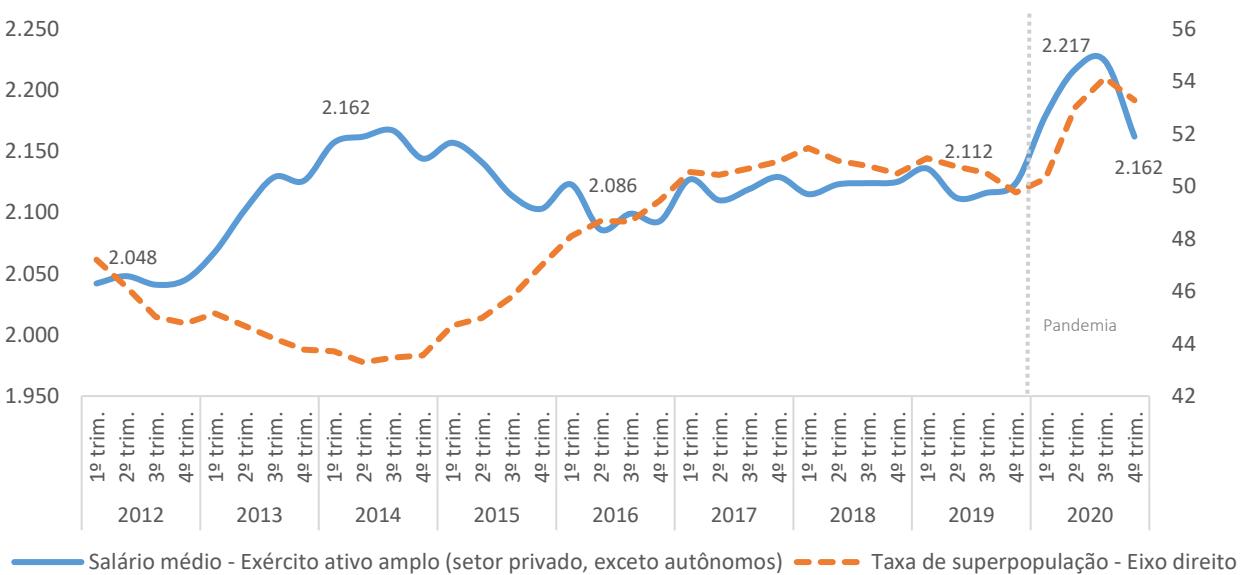
Figura 14 – Crescimento anual do exército ativo amplo e contribuição por categoria de ocupação (% com relação ao mesmo trimestre do ano anterior, 2013-2020).



Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Um conjunto de importantes debates e aprofundamentos empíricos podem ser feitos a partir desses dados. Entretanto, o que nos interessa mais particularmente é verificar como a variação recente da SR tem influenciado nas condições de exploração da força de trabalho no Brasil. Alguns indicativos dessa relação podem ser observados a partir da Figura 15, que apresenta a evolução dos salários médios reais do exército ativo amplo (excluídos o setor público e os profissionais autônomos) e da taxa de superpopulação entre 2012 e 2020.

Figura 15 – Salário real médio dos trabalhadores ativos no setor privado (exceto autônomos) e taxa de superpopulação (Reais, a preços de 2020 e %, 2012-2020).



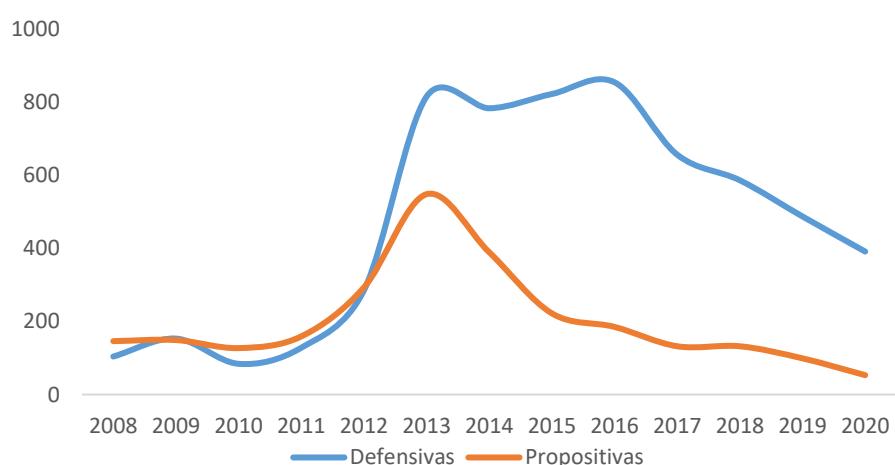
Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

A exemplo dos demais indicadores analisados até aqui, os salários também apresentaram quatro tendências ao longo da série histórica. Primeiro, um crescimento de 2,7% ao ano entre 2012 e 2014, que elevou o rendimento médio de R\$ 2.048 para R\$ 2.162. Segundo, uma retração média anual de 1,8% até 2016, quando essa cifra caiu para R\$ 2.086. Terceiro, um crescimento de apenas 0,4% ao ano entre 2017 e 2019, que deixou o salário médio em R\$ 2.112, ou seja, ainda abaixo do patamar atingido em 2014. Quarto, um aumento conjuntural e artificial em 2020, causado basicamente pela forte perda de ocupações informais e mal remuneradas ocorridas na fase inicial da pandemia (MATTEI; HEINEN, 2021).

Evidentemente, diversos fatores contribuíram para essas oscilações, com destaque ao câmbio e aos custos da produção de alimentos, que possuem grande impacto sobre o valor dos bens-salário no país (BRAGA; SUMMA, 2016). Entretanto, mesmo sem controlar a série por esses fatores, já é nítida a existência de uma forte relação entre o tamanho relativo do exército de reserva e o comportamento dos salários entre 2012 e 2019.

O nexo causal dessa relação é estabelecido, via de regra, pelo poder de barganha dos assalariados. Em que pese a enorme massa de trabalhadores excedentes que ainda poderia ser incorporada pelo capital mesmo no auge do último ciclo expansivo, o nível de emprego atingido entre 2012 e o início de 2014 reduziu o nível de pauperismo absoluto da classe trabalhadora, potencializando reivindicações do exército ativo por melhores salários e/ou condições de trabalho. Mesmo que restritos aos setores sindicalizados, os dados do DIEESE apresentados na Figura 16 ilustram bem esse fato, indicando um crescimento expressivo do número de greves realizadas por trabalhadores de empresas privadas – com destaque àquelas de caráter propositivo – nesse período.

Figura 16 – Número de greves na esfera privada, por caráter da reivindicação (2008-2020).

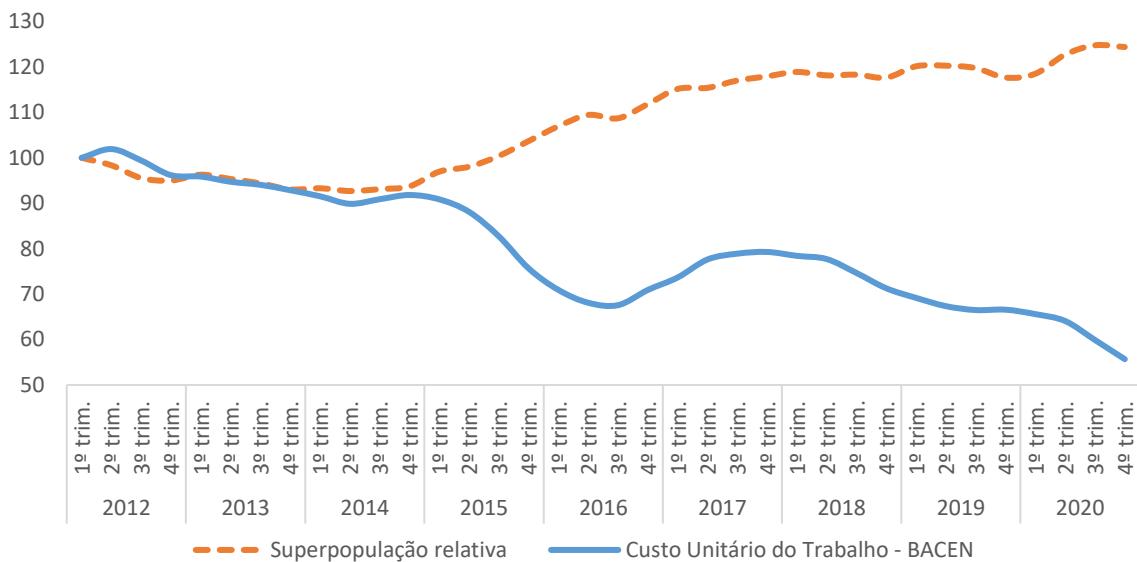


Fonte: DIEESE (2021); Elaboração própria.

Esse aumento do poder de barganha da classe trabalhadora foi um dos principais responsáveis pelo efeito de “compressão de lucros” (*profit squeeze*) que Marquetti, Miebach e Hoff (2017) identificaram no período, uma vez que resultou em ganhos (ou, para sermos mais rigorosos, redução de perdas) salariais que não foram compensados por incrementos na produtividade. Em outras palavras, poderíamos dizer que a redução da taxa de mais-valia permitida pela SR relativamente baixa no período ameaçou o funcionamento dos mecanismos de superexploração, reduzindo a rentabilidade do capital.

Tal “problema” foi atacado em conjunto pela crise de acumulação, pelo regime de austeridade fiscal (vigente desde 2015) e pelas contrarreformas “estruturais” aceleradas a partir de 2017, que promoveram uma colossal recomposição do exército de reserva, minaram o poder reivindicatório da classe trabalhadora e baratearam a força de trabalho. Os efeitos desse processo são visíveis no recrudescimento do ciclo de greves, no arrocho/estagnação salarial e nos indicadores que refletem o preço da força de trabalho, como é o caso do índice de custos unitários do trabalho na indústria, calculado pelo BACEN (Figura 17).

Figura 17 – Superpopulação relativa e custo unitário do trabalho na indústria – Números índices (2012-2020, 2012/1T=100).



Fontes: BACEN (2021) e dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Em todos esses casos, nota-se uma inversão de tendência a partir de 2014, sinalizando um rebaixamento dos custos relativos com capital variável. Isso indica que a recomposição do exército de reserva observada ao longo dos últimos anos tem atendido à sua funcionalidade sistêmica de ampliar o grau de exploração da força de trabalho. Dados os condicionantes da dependência e a conjuntura econômica do país, esse é efetivamente a única saída para a

retomada da taxa de lucro, pelo menos do ponto de vista das frações oligopolistas que comandam o ciclo de acumulação no Brasil.

4.3 COMPOSIÇÃO DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA BRASILEIRA NO LIMIAR DA DÉCADA DE 20

Uma vez investigadas as tendências gerais do comportamento da superpopulação relativa brasileira nos últimos anos, nos resta aprofundar a compreensão sobre sua composição atual. Vimos até aqui que o exército de reserva é composto por dois grupos populacionais que realizam alguma forma de trabalho – camada latente, caso ele não se insira no ciclo do capital, e estagnada, caso se insira de forma irregular – e outro que não possui qualquer ocupação – camada flutuante. Sendo assim, inicialmente nos interessa verificar as características dessas formas de inserção no mercado de trabalho, particularmente no caso das camadas latente e estagnada, para as quais a PNAD Contínua traz mais informações. Em seguida, a análise recai sobre indicadores sociodemográficos, visando reconhecer as frações da classe trabalhadora que compõem a superpopulação relativa e suas respectivas camadas. Para tanto, serão utilizados majoritariamente dados de corte com estimativas para 2019, de modo a evitar eventuais distorções nas tendências históricas provocadas pela conjuntura atípica da pandemia⁶⁹.

4.3.1 Condição de ocupação e características ocupacionais

A Tabela 2 apresenta a distribuição da SR por condição de ocupação e, dentre os ocupados (camadas latente e estagnada), por setor de atividade econômica. Como era de se esperar, a maior contribuição para o crescimento recente do exército de reserva provém do grupo dos “não-ocupados”, que condensa a SR flutuante, além do trabalho domiciliar não-remunerado, infantil e para autoconsumo. Em compasso com o avanço do desemprego aberto, a participação desse grupo no conjunto da SR caiu de 31,9% para 29,7% entre 2012 e 2014, cresceu rapidamente até 2017, quando chegou a 40%, registrou leve queda entre 2018 e 2019 e voltou a crescer fortemente em 2020, atingindo 47,3%.

Entre os setores de atividade econômica, os maiores reservatórios de força de trabalho excedente no Brasil são a agropecuária, os serviços domésticos, o comércio e, em menor medida, a construção civil. Ao longo da série, houve uma mudança importante nessa ordem, sobretudo em razão da perda de ocupações na agropecuária, que liderava a lista com 14,4% do

⁶⁹ Salvo algumas exceções, as variáveis utilizadas nesta seção não podem ser compatibilizadas com os questionários suplementares. Por consequência, considera-se somente o trabalho em ocupação das pessoas com 14 ou mais anos de idade, o que pode causar pequenas divergências com relação aos resultados apresentados anteriormente.

agregado em 2012, todavia teve sua participação reduzida para 9,4% em 2020. Embora também tenham perdido importância desde o início da década, os serviços domésticos ainda ocupavam 11,2% dos trabalhadores de reserva em 2019, tendo esse percentual temporariamente reduzido para 8,9% apenas em decorrência da pandemia. Com isso, o comércio passou a concentrar a maior parte da SR brasileira, com cerca de 10% do total⁷⁰.

Tabela 2 – Distribuição da superpopulação relativa por condição da ocupação e setor de atividade econômica no trabalho principal (mil pessoas, 2012-2020).

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. a.a. %
Agropecuária, extrat. vegetal e pesca	Abs.	6.542	6.435	5.997	6.003	5.821	5.501	5.457	5.348	5.424	-2,3
	%	14,4	14,5	13,7	12,8	11,4	10,1	9,8	9,6	9,4	-
Indústria geral	Abs.	2.643	2.470	2.460	2.541	2.421	2.617	2.732	2.672	2.332	-1,5
	%	5,8	5,6	5,6	5,4	4,7	4,8	4,9	4,8	4,1	-
Construção	Abs.	4.180	4.308	4.400	4.473	4.417	4.309	4.233	4.208	3.730	-1,4
	%	9,2	9,7	10,1	9,6	8,6	7,9	7,6	7,5	6,5	-
Comércio e oficinas	Abs.	5.304	5.385	5.554	5.780	5.651	5.933	5.964	6.077	5.516	0,5
	%	11,6	12,1	12,7	12,4	11,0	10,9	10,8	10,9	9,6	-
Transporte e armazenagem	Abs.	1.219	1.163	1.136	1.231	1.492	1.613	1.754	1.983	1.785	4,9
	%	2,7	2,6	2,6	2,6	2,9	3,0	3,2	3,5	3,1	-
Alojamento e alimentação	Abs.	1.351	1.386	1.481	1.623	1.771	2.266	2.484	2.565	2.134	5,9
	%	3,0	3,1	3,4	3,5	3,5	4,2	4,5	4,6	3,7	-
Serviços profissionais empresariais*	Abs.	890	800	871	878	805	934	999	1.023	945	0,8
	%	2,0	1,8	2,0	1,9	1,6	1,7	1,8	1,8	1,6	-
Adm. Pública	Abs.	124	104	89	74	94	96	92	92	79	-5,5
	%	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	-
Educação e saúde	Abs.	698	663	691	724	785	855	957	968	850	2,5
	%	1,5	1,5	1,6	1,5	1,5	1,6	1,7	1,7	1,5	-
Serviços pessoais	Abs.	1.983	1.973	2.063	2.090	2.219	2.383	2.659	2.721	2.365	2,2
	%	4,4	4,4	4,7	4,5	4,3	4,4	4,8	4,9	4,1	-
Serviços domésticos remunerados	Abs.	6.108	5.956	5.947	6.082	6.211	6.194	6.239	6.294	5.096	-2,2
	%	13,4	13,4	13,6	13,0	12,1	11,4	11,3	11,2	8,9	-
Não-ocupados	Abs.	14.510	13.755	12.980	15.251	19.497	21.830	21.837	22.021	27.184	8,2
	%	31,9	31,0	29,7	32,6	38,1	40,0	39,4	39,3	47,3	-
Total	Abs.	45.552	44.398	43.669	46.751	51.182	54.532	55.408	55.973	57.441	2,9
	%	100	100	100	100	100	100	100	100	100	-

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

* Informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas.

Os setores que mais passaram a absorver mão-de-obra excedente desde 2012 foram os serviços de alojamento e alimentação (com crescimento médio anual de 5,9%, ou 9,6% desconsiderando 2020) e de transporte e armazenagem (4,9% ou 7,2% ao ano,

⁷⁰ Se considerarmos não a participação na SR, mas no total de ocupações (ativas ou de reserva) de cada setor, a agropecuária mantém a liderança ao longo de toda a série, com 63% de seus trabalhadores na reserva em 2019. De acordo com essa métrica, a segunda posição seria ocupada pela construção civil (62%), seguida por serviços pessoais (54%), alojamento e alimentação (47%), transporte e armazenagem (41%) e só então o comércio (34%).

respectivamente). No primeiro desses casos, o crescimento das ocupações irregulares se concentrou enormemente na pequena produção de alimentos (preparação de marmitas, lanches, bebidas e refeições em geral). No segundo, nos serviços de entrega de mercadorias e no transporte rodoviário de passageiros. Em grande medida, isso reflete o avanço da assim chamada “economia de plataformas”, bem como a própria deterioração das condições de reprodução social da classe trabalhadora brasileira, que passa a depender cada vez mais da alimentação fora do lar e de meios alternativos de mobilidade urbana.

De resto, vale destacar ainda a expansão do exército de reserva nos serviços pessoais (especialmente nas atividades de tratamentos de beleza), nos ramos de educação e saúde (professores temporários, auxiliares de creche, recepcionistas, etc.) e nos serviços profissionais prestados às empresas (principalmente no trabalho terceirizado para edifícios e nas firmas de agenciamento de mão-de-obra temporária), os quais registraram crescimento anual médio de 2,2%, 2,5% e 0,8%, respectivamente. Antes da pandemia, essas taxas eram de 4,6%, 4,8% e 2% ao ano, nessa ordem.

Ainda que nenhum desdobramento possa ser feito quanto à camada flutuante do ponto de vista setorial, os dados da PNAD Contínua nos permitem aprofundar a compreensão sobre as mudanças ocorridas entre a população excedente que realiza alguma forma de trabalho. Nesse sentido, a Tabela 3 apresenta a distribuição setorial da SR estagnada, enquanto a Tabela 4 apresenta a mesma informação para o caso da SR latente, incluindo também dados referentes às outras formas de trabalho que compõem essa camada.

Quanto à composição da camada estagnada, chama a atenção a grande participação de atividades nitidamente produtivas, particularmente a agropecuária e a indústria geral. Mesmo perdendo participação ao longo da série, esses setores ainda concentravam cerca de 35% da força de trabalho estagnada em 2020. Na agropecuária, destaca-se a elevada incidência de safristas e outros empregados temporários. Na indústria, a grande incidência de trabalhadores estagnados no segmento de confecção têxtil e de artigos de vestuário e na fabricação de alimentos e de produtos de madeira e de metal (exceto máquinas e equipamentos).

Além disso, outra parte expressiva da SR estagnada se localiza nos setores de comércio, nos serviços de transporte e na construção civil. De 2014 para cá, as principais mudanças nessa composição tem sido precisamente a perda de participação da construção civil e o avanço dos serviços de alojamento e alimentação, transportes e cuidados pessoais.

Tabela 3 – Distribuição da superpopulação relativa estagnada por setor de atividade econômica no trabalho principal (mil pessoas, 2012-2020).

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. a.a. %
Agropecuária, extrat. vegetal e pesca	Abs.	2.489	2.449	2.317	2.392	2.541	2.577	2.668	2.602	2.535	0,2
	%	20,6	21,1	20,0	19,9	20,8	19,7	19,3	18,6	19,5	-
Indústria geral	Abs.	2.372	2.196	2.165	2.243	2.154	2.309	2.426	2.364	2.130	-1,3
	%	19,7	18,9	18,7	18,6	17,6	17,6	17,5	16,9	16,4	-
Construção	Abs.	1.418	1.430	1.400	1.333	1.109	1.133	1.147	1.078	1.045	-3,7
	%	11,8	12,3	12,1	11,1	9,1	8,6	8,3	7,7	8,0	-
Comércio e oficinas	Abs.	1.835	1.809	1.874	2.048	2.054	2.187	2.194	2.243	2.151	2,0
	%	15,2	15,6	16,1	17,0	16,8	16,7	15,9	16,1	16,5	-
Transporte e armazenagem	Abs.	1.205	1.150	1.120	1.213	1.477	1.597	1.734	1.964	1.780	5,0
	%	10,0	9,9	9,6	10,1	12,1	12,2	12,5	14,1	13,7	-
Alojamento e alimentação	Abs.	467	466	499	573	649	785	852	898	780	6,6
	%	3,9	4,0	4,3	4,8	5,3	6,0	6,2	6,4	6,0	-
Serviços profissionais empresariais	Abs.	840	738	808	815	761	885	949	968	881	0,6
	%	7,0	6,4	7,0	6,8	6,2	6,8	6,9	6,9	6,8	-
Administração pública	Abs.	123	104	89	74	94	96	92	92	79	-5,5
	%	1,0	0,9	0,8	0,6	0,8	0,7	0,7	0,7	0,6	-
Educação e saúde	Abs.	524	487	496	539	596	664	742	743	679	3,3
	%	4,3	4,2	4,3	4,5	4,9	5,1	5,4	5,3	5,2	-
Serviços pessoais	Abs.	524	487	496	539	596	664	742	743	679	3,3
	%	4,3	4,2	4,3	4,5	4,9	5,1	5,4	5,3	5,2	-
Total	Abs.	12.057	11.592	11.606	12.043	12.225	13.110	13.832	13.972	13.021	1,0

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Já em análise à camada latente, percebe-se que cerca de $\frac{1}{4}$ dela é composta por trabalhadoras domésticas. Em seguida, aparecem as atividades de subsistência na agropecuária e o comércio de rua. Ao longo da série, nota-se uma forte queda das ocupações agropecuárias, provavelmente associada ao avanço da concentração de terras e do pauperismo no campo. O serviço doméstico, por outro lado, segue trajetória de estabilidade, registrando perdas expressivas somente em 2020. Entre os demais setores, vale menção ao forte crescimento dos serviços pessoais e de alimentação, a despeito da queda provocada pela pandemia.

Embora não seja classificado como ocupação pela PNAD Contínua, o trabalho doméstico não-remunerado (realizado no próprio domicílio ou em cuidado de parentes) representa uma parte expressiva da SR latente. Tanto pela tendência histórica de aumento da participação feminina no mercado de trabalho, quanto pela própria dinâmica da crise – que forçou grande parte das mulheres que antes realizavam somente trabalho reprodutivo a buscar alguma atividade remunerada para complementar a renda familiar⁷¹ –, esse grupo registrou

⁷¹ Isso não quer dizer, evidentemente, que elas necessariamente tenham deixado de realizar trabalhos reprodutivos, apenas que passaram a entrar nas estatísticas de ocupação (geralmente realizando jornadas duplas) ou de desemprego.

quedas contínuas entre 2012 e 2020. Tal trajetória só foi interrompida em 2020, provavelmente em função do fechamento de escolas e creches acarretado pela pandemia da Covid-19.

Tabela 4 – Distribuição da superpopulação relativa latente por tipo de trabalho e setor de atividade econômica no trabalho principal (mil pessoas, 2012-2020).

		2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	Var. a.a. %
Agropecuária, extrat.	Abs.	4.053	3.986	3.680	3.686	3.280	2.923	2.788	2.745	2.889	-4,1
vegetal e pesca	%	17,1	17,1	16,0	15,8	14,0	12,3	11,8	11,3	13,3	-
Construção	Abs.	2.763	2.878	3.000	3.066	3.308	3.176	3.086	3.130	2.685	-0,4
	%	11,7	12,4	13,0	13,1	14,1	13,4	13,0	12,9	12,4	-
Comércio e oficinas	Abs.	3.470	3.576	3.680	3.731	3.596	3.745	3.770	3.833	3.365	-0,4
	%	14,6	15,4	16,0	15,9	15,3	15,8	15,9	15,8	15,5	-
Alojamento e	Abs.	884	920	982	1.050	1.122	1.481	1.632	1.667	1.355	5,5
alimentação	%	3,7	4,0	4,3	4,5	4,8	6,3	6,9	6,9	6,3	-
Serviços pessoais	Abs.	1.202	1.212	1.228	1.280	1.431	1.509	1.635	1.706	1.403	2,0
	%	5,1	5,2	5,3	5,5	6,1	6,4	6,9	7,0	6,5	-
Serviços domésticos	Abs.	6.108	5.956	5.947	6.082	6.211	6.194	6.239	6.294	5.096	-2,2
remunerados	%	25,8	25,6	25,8	26,0	26,4	26,1	26,3	25,9	23,5	-
Outros setores de	Abs.	1.323	1.364	1.442	1.470	1.424	1.521	1.609	1.676	1.574	2,2
ocupação	%	5,6	5,9	6,3	6,3	6,1	6,4	6,8	6,9	7,3	-
Trabalho doméstico	Abs.	1.592	1.047	791	731	771	916	994	1.005	1.059	-5,0
não-remunerado	%	6,7	4,5	3,4	3,1	3,3	3,9	4,2	4,1	4,9	-
Produção para	Abs.	872	872	872	872	908	945	994	1.055	1.055	-
consumo próprio*	%	3,7	3,8	3,8	3,7	3,9	4,0	4,2	4,3	4,9	-
Trabalho infantil*	Abs.	1.438	1.438	1.438	1.438	1.432	1.277	955	1.160	1.160	-
	%	6,1	6,2	6,2	6,1	6,1	5,4	4,0	4,8	6,5	-
Total	Abs.	23.706	23.248	23.057	23.405	23.481	23.687	23.704	24.271	21.640	-1,1

Fontes: dados brutos da PNADC/T (2021) e PNADC/A (2019); Elaboração própria.

* Dados obtidos a partir de questionários suplementares indisponíveis para o período 2012-2015 e para 2020. Nesses casos omissos, repetimos os valores de 2016 e de 2019, respectivamente.

Por fim, há ainda os dois grupos de trabalhadores latentes identificáveis a partir dos questionários da PNAD Contínua anual (2016-2019), a saber, as crianças e os trabalhadores na produção para o consumo próprio. No caso do trabalho infantil, a série registra uma tendência de queda até 2018, seguida por uma retomada em 2019. Dessa forma, o Brasil ainda conta com cerca de um milhão de crianças trabalhando cotidianamente. Já o trabalho para consumo próprio cresceu ao longo de todo o período do qual se tem registros, provavelmente refletindo o desemprego de longa permanência e o processo de descenso de parte da SR latente em direção ao lumpemproletariado.

Conforme discutimos na *Seção 2.3*, uma das condições fundamentais que mantêm esses trabalhadores disponíveis ao capital mesmo realizando alguma forma de trabalho é o fato de eles se encontrarem em condições de ocupação e de subsistência piores do que a média dos assalariados, sofrendo com uma reprodução atrofiada de sua força de trabalho. De certa forma,

essa situação já se manifesta na própria distribuição setorial das camadas estagnada e latente, que se concentra em grande medida em atividades marginais e/ou pouco produtivas. Entretanto, podemos aprofundar essa compreensão com o auxílio de outros indicadores.

Nesse sentido, um primeiro atributo a ser destacado é a instabilidade na ocupação, que caracteriza principalmente a SR estagnada. De acordo com a Tabela 5, 8% dos trabalhadores estagnados ocupados em 2019 estavam em seu “emprego” atual havia menos de um mês, enquanto outros 24,9% estavam há menos de um ano. Considerando esses dois grupos, temos cerca de $\frac{1}{3}$ da SR estagnada. A título de comparação, vale notar que essa proporção cai para 25% no caso dos demais empregados no setor privado e para 12% entre os profissionais autônomos. A instabilidade dessas ocupações também se manifesta na ponta oposta, uma vez que a proporção delas com tempo de permanência igual ou superior a dois anos também é relativamente menor (58%, contra 63% do exército ativo regular e 81% dos profissionais autônomos). Isso indica que a rotatividade estrutural do mercado de trabalho brasileiro se manifesta de forma mais aguda precisamente nessa camada.

Tabela 5 – Faixas de tempo de permanência na ocupação atual (mil pessoas, 2019/4T).

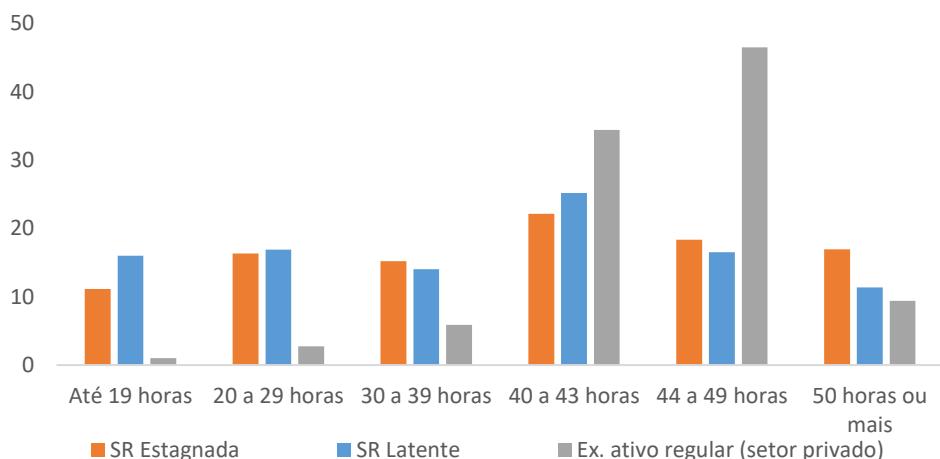
		SR estagnada	SR latente	Ex. ativo regular (setor priv.)	Profiss. Autônomos
Menos de 1 mês	Abs.	1.118	868	1.091	36
	%	8,0	4,3	2,7	0,9
De 1 mês a menos de 1 ano	Abs.	3.501	3.797	8.897	423
	%	24,9	18,8	22,1	10,7
De 1 ano a menos de 2 anos	Abs.	1.235	1.809	5.117	292
	%	8,8	8,9	12,7	7,4
2 anos ou mais	Abs.	8.203	13.772	25.238	3.184
	%	58,4	68,0	62,6	80,9
Total	Abs.	14.058	20.245	40.343	3.935
	%	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Quanto aos trabalhadores da camada latente, os dados sugerem uma rotatividade menor, visto que a maior parte deles está ocupada há mais de 2 anos. Evidentemente, isso não significa que os membros da SR latente possuam maior estabilidade de trabalho e renda, apenas reflete o fato de que eles não entram no circuito de inserções esporádicas na produção capitalista, concentrando-se em grande medida em atividades tradicionais de subsistência.

Aliada à instabilidade, a irregularidade é outra característica muito presente nas ocupações que abrigam o exército de reserva. Tal característica se manifesta, dentre outros aspectos, nas jornadas de trabalho, que na maioria dos casos não segue o padrão histórico-moral constituído para os assalariados, conforme sugere a Figura 18.

Figura 18 – Faixas de horas habitualmente trabalhadas em todos os trabalhos (%, 2019/4T).



Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Nota: percentuais da SR latente considerando somente os trabalhadores em ocupação.

Entre os trabalhadores da SR latente, o caso mais comum é a subocupação, tendo em vista que cerca da metade deles não consegue trabalhar sequer 40 horas por semana. Na comparação com os demais grupos, a camada latente está mais concentrada nas faixas com jornadas de até 19 horas (16%) e de 20 a 29 horas (16,9%), além de ser bastante expressiva na faixa de 30 a 39 horas (14%). Aliás, esses percentuais provavelmente seriam maiores caso considerássemos as horas trabalhadas pelos membros da SR latente que não são classificados como ocupados pela PNAD Contínua⁷².

Já no caso da SR estagnada, a regra é a polarização das jornadas de trabalho. Por um lado, parte expressiva desses trabalhadores encontram-se subocupados, principalmente por depender de ocupações intermitentes ou parciais. Assim, 43% deles possuem jornadas inferiores a 40 horas semanais, geralmente associadas a regimes de trabalho intensivos. Por outro lado, essa camada é a que possui maior participação na faixa com jornadas de 50 horas ou mais (17%, contra 9% do exército ativo regular). Aqui, enquadram-se a maioria dos trabalhadores domiciliares descritos por Marx (2012) – que são forçados a trabalhar mais horas para competir com a maquinaria e com seus semelhantes –, além dos “trabalhadores de plataforma”, como é o caso de motoristas, entregadores de mercadorias e revendedores a domicílio.

Por mais que os dados apresentados até aqui enriqueçam a análise, o indicador que mais facilmente ilustra as condições de vida do exército de reserva brasileiro é a renda. Nesse quesito,

⁷² De acordo com os dados da Tabela 4, esses trabalhadores representam cerca de 16% da SR latente.

é importante verificar dois pontos principais: primeiro, o tempo em que os membros da SR flutuante permanecem sem renda do trabalho; segundo, o nível de renda das demais camadas.

Ainda que restritos à população desocupada, os dados da Tabela 6 estabelecem alguns parâmetros sobre o primeiro desses pontos. Dos 11 milhões de brasileiros na SR flutuante que estavam efetivamente procurando emprego e disponíveis para trabalhar ao final de 2019, cerca de 62% estavam nessa condição há menos de um ano, enquanto 16,5% estavam sem ocupação – e, portanto, sem renda do trabalho – de um a dois anos e outros 22,9% há dois anos ou mais. No caso dos trabalhadores que não realizam mais procura por emprego, a tendência é que o tempo sem renda do trabalho seja ainda maior, geralmente significando um descenso rumo ao lumpemproletariado.

Tabela 6 – Distribuição dos desocupados na SR flutuante por tempo de procura por trabalho (mil pessoas, 2019/4T).

	Menos de 1 mês	De 1 mês a menos de 1 ano	De 1 ano a menos de 2 anos	2 anos ou mais	Total
Desocupados	1.865	5.211	1.651	2.599	11.326
Participação (%)	16,5	46,0	14,6	22,9	100,0

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

O segundo ponto pode ser analisado a partir da Tabela 7, que apresenta o rendimento dos trabalhadores das camadas estagnada e latente e do exército ativo regular. Se começarmos a analisar a questão pelos trabalhadores da ativa, logo perceberemos que o pauperismo não é um atributo exclusivo do exército de reserva. Afinal, mesmo antes da pandemia cerca de 20% dos trabalhadores regularmente empregados no setor privado recebiam até um salário mínimo (R\$ 998 em 2019) e aproximadamente $\frac{2}{3}$ não recebiam mais que dois salários mínimos. Se disso passarmos para os trabalhadores da reserva, contudo, concluiremos que a situação é ainda muito pior que isso.

A julgar pelos dados de 2019, 10% da SR estagnada recebia habitualmente até $\frac{1}{4}$ de salário mínimo, outros 10,2% não mais que meio salário mínimo e 25,6% recebia algum valor entre meio e um salário mínimo. Em outras palavras quase a metade dos trabalhadores estagnados não conseguia juntar mais do que mil reais por mês. Ao todo, menos de 20% deles auferiam rendimentos superiores à média salarial do exército ativo. Dessa forma, o rendimento médio nessa camada não passa de R\$ 1.544, e o salário-hora de R\$ 9,34, o que compromete a reprodução da força de trabalho mesmo daqueles que cumprem jornadas de trabalho extensas.

Tabela 7 – Faixas de rendimento habitualmente recebido em todos os trabalhos (mil pessoas, 2019/4T).

	SR estagnada		SR latente		Ex. ativo regular (Setor privado)		Profissionais Autônomos	
	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%	Abs.	%
Até 1/4 SM	1.413	10,0	5.786	26,1	298	0,7	69	1,8
Mais de 1/4 a 1/2 SM	1.434	10,2	2.617	11,8	634	1,6	67	1,7
Mais de 1/2 a 1 SM	3.599	25,6	5.731	25,8	6.636	16,4	269	6,8
Mais de 1 a 2 SM	4.196	29,8	5.629	25,3	19.240	47,7	834	21,2
Mais de 2 a 3 SM	1.849	13,2	1.645	7,4	6.834	16,9	807	20,5
Mais de 3 SM	1.566	11,1	802	3,6	6.701	16,6	1.889	48,0
Total	14.058	100,0	22.211	100,0	40.343	100,0	3.935	100,0
Rendimento médio (R\$)	1.544		1.127 *		2.329		4.182	
Rendimento/hora (R\$)	9,3		7,4 *		12,5		24,7	

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

* Cálculos desconsiderando trabalhadores não-remunerados.

Por menores que sejam, os salários da SR estagnada podem ser atrativos para os trabalhadores da camada latente, que no Brasil não estão apenas com um, mas com ambos os pés no lodaçal do pauperismo. Se bem possam obter meios de subsistência por outras formas (como pelos rendimentos dos demais membros do núcleo familiar ou pela pequena produção não-mercantil), salta aos olhos a informação de que 26,1% dos trabalhadores da SR latente não possuem qualquer renda do trabalho ou não recebem mais que R\$ 250 por mês. Nos demais casos, os rendimentos raramente atingem o salário mínimo, que é o teto de renda para cerca de $\frac{2}{3}$ desses trabalhadores. Mesmo desconsiderando os grupos não remunerados (como donas-de-casa e auxiliares familiares), o rendimento médio nessa camada em 2019 foi de apenas R\$1.127, isto é, menos da metade da média salarial do exército ativo regular, que ficou em R\$2.329 no mesmo período.

4.3.2 Principais características sociodemográficas

A Tabela 8 apresenta a distribuição da classe trabalhadora brasileira por posição na força de trabalho⁷³ e faixa etária. Inicialmente, cabe observar o perfil dos inativos, que explica em grande medida porque essa fração populacional não compõe a força de trabalho disponível. Dos quase 100 milhões de brasileiros nessa condição, cerca de 38,7% são crianças (0 a 13 anos),

⁷³ O uso de indicadores sociodemográficos (aplicados indistintamente a toda a população) permite que nesta seção verifiquemos também o perfil das pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho. Por certo, não conseguimos precisar a composição de classe da população inativa, que pode incluir frações burguesas e pequeno-burguesas, todavia o cenário mais provável é que esses grupos sejam minoritários.

9,9% são adolescentes (14 a 17 anos) e outros 26,5% são idosos (60 anos ou mais). Juntas, essas faixas etárias totalizam pouco mais que ¾ dos inativos.

Tabela 8 – População por posição na força de trabalho e faixa etária (mil pessoas, 2019/4T).

		SR estagnada	SR flutuante	SR latente	Ex. ativo regular	Ex. ativo regular	Inativos	Profiss. Autônomos
					(setor privado)	(setor público)		
0 a 13 anos	Abs.	0	0	1.160	0	0	37.305	0
	%	0,0	0,0	5,0	0,0	0,0	38,7	0,0
14 a 17 anos	Abs.	424	1.510	504	483	43	9.543	10
	%	3,0	9,1	2,2	1,2	0,4	9,9	0,2
18 a 24 anos	Abs.	2.077	4.929	2.112	6.803	704	5.170	188
	%	14,8	29,6	9,0	16,9	6,2	5,4	4,8
25 a 39 anos	Abs.	4.658	5.468	6.884	17.985	3.843	6.010	1.463
	%	33,1	32,8	29,5	44,6	33,8	6,2	37,2
40 a 59 anos	Abs.	5.446	4.044	10.164	13.415	5.850	12.754	1.763
	%	38,7	24,3	43,5	33,2	51,4	13,2	44,8
60 anos ou mais	Abs.	1.452	696	2.547	1.657	938	25.560	510
	%	10,3	4,2	10,9	4,1	8,2	26,5	13,0
Total	Abs.	14.058	16.647	23.371	40.352	11.378	96.343	3.935
Média (anos)	-	40,0	32,3	42,4	36,6	42,9	32,7	43,6

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Nota: estimativas não consideram trabalhadores na produção para consumo próprio, que entram no grupo dos inativos, em vez na SR latente.

Nos grupos que compõem o exército ativo regular (empregados no setor privado, no setor público e profissionais autônomos), o grosso da população se concentra nas faixas entre 25 e 59 anos. Particularmente no caso dos empregados regulares no setor privado, o perfil populacional é um pouco mais jovem, com participação importante de trabalhadores entre 18 a 24 anos, enquanto os profissionais autônomos se concentram relativamente mais no grupo de 60 anos ou mais.

Quanto às camadas da SR, a flutuante possui um perfil significativamente mais jovem se comparado com os demais grupos (média de idade de 32,3 anos, contra 36,6 dos empregados no setor privado), tendo em sua composição 9,1% de adolescentes, 29,6% de jovens adultos e 32,8% de adultos entre 25 e 39 anos. Em linhas gerais, esse perfil se deve a quatro fatores: *i*) o próprio processo gradual de entrada dos jovens no mercado de trabalho; *ii*) a maior rotatividade ocupacional existente entre esses trabalhadores; *ii*) a maior capacidade de jovens sustentados pela família em permanecer sem ocupação; *iv*) a maior produtividade ou integridade da força de trabalho desses grupos (principalmente entre 25 a 39 anos), que eleva sua probabilidade de ser empregado pelo capital e, portanto, de permanecer procurando emprego.

Por outro lado, as camadas estagnada e latente concentram uma população relativamente mais velha, com médias de idade de 40 e 42,4 anos, respectivamente. Esse perfil é menos acentuado no caso da SR estagnada devido à inserção de jovens-adultos em ocupações irregulares (KREIN *et al*, 2018), que faz com que 14,8% dessa camada seja composta por trabalhadores com idades entre 18 e 24 anos e 33,1% entre 25 e 39 anos. Já no caso da SR latente, a exceção é o trabalho infantil, que representa cerca de 5% de sua população. No mais, essas camadas são compostas principalmente por pessoas com 40 anos ou mais, que representam 49% da SR estagnada e 54% da SR latente. Esses resultados se devem à tendência de que a empregabilidade se reduza com a idade, fazendo com que os desempregados migrem para atividades autônomas com o passar dos anos (GRANATO NETO, 2013).

De acordo com os dados da Tabela 9, as mulheres são minoria no exército ativo amplo, mas maioria no exército de reserva. Nesse sentido, destaca-se a absoluta predominância de homens regularmente empregados no setor privado (60,5%), como profissionais autônomos (59,7%) e na SR estagnada (66,6%). Em contrapartida, a menor empregabilidade e os elevados índices de subocupação que caracterizam a inserção das mulheres no mercado de trabalho brasileiro se refletem na maior participação delas na SR flutuante (54,2%) e, principalmente na SR latente (60,2%), que concentra atividades historicamente relegadas à força de trabalho feminina, com destaque ao trabalho doméstico (seja ele remunerado ou não). A única exceção nesse quesito é o emprego no setor público, que por se concentrar nas áreas de educação e saúde é predominantemente feminino.

Tabela 9 – População por posição na força de trabalho e sexo (mil pessoas, 2019/4T).

		SR estagnada	SR flutuante	SR latente	Ex. ativo regular (setor privado)	Ex. ativo regular (setor público)	Inativos	Profiss. Autônomos	População total
Mulher	Abs.	4.692	9.026	13.370	15.933	6.546	56.631	1.587	101.008
	%	33,4	54,2	60,2	39,5	57,5	58,1	40,3	48,1
Homem	Abs.	9.366	7.621	8.841	24.410	4.832	40.872	2.348	109.069
	%	66,6	45,8	39,8	60,5	42,5	41,9	59,7	51,9

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

A desigualdade nas formas de inserção no mercado de trabalho fica ainda mais explícita quando se tem em vista o corte racial. Segundo os dados da Tabela 10, a maioria do exército industrial de reserva brasileiro é negro. Mesmo sendo 9,6% da população total, a população autodeclarada preta representa 12,5% da SR flutuante, 10,2% da SR estagnada e 12,4% da SR latente. Já a população parda abrange 47,7% da população brasileira, mas chega a concentrar

55,4% dos membros da camada flutuante e 53,3% da latente, tendo participação condizente com seu tamanho populacional somente na camada estagnada (47,6%). Dessa forma, pretos e pardos compõem cerca de 2/3 de toda a SR.

Tabela 10 – População por posição na força de trabalho e cor/raça (mil pessoas, 2019/4T).

		SR estagnada	SR flutuante	SR latente	Ex. ativo regular (setor privado)	Ex. ativo regular (setor público)	Inativos	Profiss. Autônomos	População total
Branca	Abs.	5.806	5.194	7.401	18.609	5.378	41.142	2.540	86.069
	%	41,3	31,2	33,3	46,1	47,3	42,2	64,5	41,8
Preta	Abs.	1.437	2.078	2.746	4.193	1.071	7.937	251	19.714
	%	10,2	12,5	12,4	10,4	9,4	8,1	6,4	9,6
Amarela	Abs.	79	88	112	295	88	571	42	1.275
	%	0,6	0,5	0,5	0,7	0,8	0,6	1,1	0,6
Parda	Abs.	6.687	9.215	11.841	17.115	4.798	47.514	1.089	98.258
	%	47,6	55,4	53,3	42,4	42,2	48,7	27,7	47,7
Indígena	Abs.	46	68	104	128	42	320	12	720
	%	0,3	0,4	0,5	0,3	0,4	0,3	0,3	0,3

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

As pessoas autodeclaradas brancas, que representam 41,8% do total, participam com 31,2% na SR flutuante, 33,3% na latente e 41,3% na estagnada. Em contrapartida, são 46,1% dos empregados regulares no setor privado, 47,3% dos empregados no setor público e 64,5% dos profissionais autônomos. A população que se declarou amarela segue uma distribuição relativa semelhante, com grande incidência entre os profissionais autônomos. Já os povos indígenas possuem maior participação relativa na superpopulação latente e, ainda que de forma menos acentuada, na camada flutuante e no setor público.

Por fim, a Tabela 11 apresenta a distribuição da população com 14 anos ou mais de idade por nível de escolaridade e anos de estudo. Em geral, a escolaridade média do exército ativo é maior, entretanto chama a atenção que – ao contrário do que esperariam os partidários das teorias do “capital humano” – a diferença deles para os desempregados é relativamente pequena. Nesse sentido, nota-se que os empregados regulares do setor privado estudaram em média 11,7 anos, enquanto os membros da SR flutuante 10,5, da estagnada 9,9 e da latente 8,9 anos. Como era de se esperar, os grupos mais escolarizados são o setor público (média de 14 anos de estudo) e os profissionais autônomos (13,9 anos).

Tabela 11 – População de 14 ou mais anos de idade por posição na força de trabalho e nível de escolaridade (mil pessoas, 2019/4T)

		SR estagnada	SR flutuante	SR latente	Ex. ativo reg. (setor priv.)	Ex. ativo reg. (setor púb.)	Inativos	Profiss. Autônomos	População total (14+)
Sem instrução ou menos de 1 ano de estudo	<i>Abs.</i>	355	453	687	435	53	13.381	10	15.394
	<i>%</i>	2,5	2,7	3,1	1,1	0,5	15,8	0,3	7,8
Fundamental incompleto ou equivalente	<i>Abs.</i>	4.470	4.274	9.213	6.821	604	44.566	238	70.634
	<i>%</i>	31,8	25,7	41,5	16,9	5,3	52,7	6,0	35,8
Fundamental completo ou equivalente	<i>Abs.</i>	1.402	1.617	2.559	3.108	284	5.914	141	15.258
	<i>%</i>	10,0	9,7	11,5	7,7	2,5	7,0	3,6	7,7
Médio incompleto ou equivalente	<i>Abs.</i>	1.172	2.040	1.883	2.853	240	4.800	118	13.267
	<i>%</i>	8,3	12,3	8,5	7,1	2,1	5,7	3,0	6,7
Médio completo ou equivalente	<i>Abs.</i>	4.455	5.834	6.366	16.583	3.053	9.846	1.007	48.376
	<i>%</i>	31,7	35,0	28,7	41,1	26,8	11,6	25,6	24,5
Superior incompleto ou equivalente	<i>Abs.</i>	992	984	606	2.876	899	2.040	277	8.973
	<i>%</i>	7,1	5,9	2,7	7,1	7,9	2,4	7,0	4,6
Superior completo	<i>Abs.</i>	1.211	1.444	899	7.667	6.245	4.067	2.144	25.286
	<i>%</i>	8,6	8,7	4,0	19,0	54,9	4,8	54,5	12,8
Anos de estudo (média)	-	9,9	10,5	8,9	11,7	14,0	6,5	13,9	9,0

Fonte: dados brutos da PNADC/T (2021); Elaboração própria.

Tendo em vista os níveis de escolaridade, o que mais diferencia o exército de reserva dos grupos regularmente empregados é a elevada incidência de trabalhadores que não completaram sequer o ensino fundamental. Esse grupo aparece de forma mais pronunciada na SR latente (44,6%), todavia também é bastante expressivo na camada estagnada (34,3%) e, em menor medida, na flutuante (28,4%). De resto, a maior parte do exército de reserva possui ensino médio completo, que também é o nível de escolaridade predominante entre os assalariados regulares do setor privado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se bem os números são incapazes de captar toda a complexidade das relações sociais, eles certamente podem contribuir para compreendê-las. Neste estudo, buscamos mensurar a superpopulação relativa ou exército industrial de reserva no Brasil, de modo a verificar sua composição e seu movimento diante da recente crise de acumulação que se abateu sobre o país. Para tanto, trabalhamos em três frentes: primeiro, na discussão dos fundamentos da superpopulação relativa e de suas formas de manifestação conjuntural em formações sociais dependentes; segundo, na construção de uma proposta de mensuração para estimá-la a partir dos microdados da PNAD Contínua; terceiro, na análise de suas tendências entre 2012 e 2020.

O contínuo retorno dos temas do desemprego e do subemprego para o centro do debate político revela que esses não são fenômenos esporádicos, tampouco anomalias produzidas por “falhas” no funcionamento do mercado capitalista. Ao contrário, eles derivam da própria existência da força de trabalho enquanto mercadoria e de sua exploração na sociedade de classes. Para comprar e explorar essa mercadoria da forma mais barata possível, o capital monopoliza os meios de produção e recria continuamente uma superpopulação excedente às suas necessidades, garantindo a existência de uma massa de trabalhadores concorrendo entre si para fornecê-la.

A pechincha por essa mercadoria é ainda maior nos países dependentes, onde o próprio desenvolvimento capitalista já nasce condicionado a superexplorar a força de trabalho para compensar o valor transferido ao estrangeiro. Dessa forma, o moderníssimo sistema capitalista reproduz nestas terras um enorme exército de trabalhadores excedentes, geralmente miseráveis ou trabalhando em condições extremamente degradantes. Por pior que seja sua situação, tais trabalhadores não podem ser caracterizados como marginais, pois são a mola-mestra da acumulação dependente. No mesmo sentido, tampouco estão excluídos da sociedade capitalista, que promove a miséria justamente pela inclusão de mais e mais soldados em seu exército de reserva.

Descendo para o plano teórico da conjuntura, identificamos três condições que definem essa inclusão em cada caso particular: a aptidão para o trabalho assalariado; a dependência salarial; e o não-assalariamento regular. Os trabalhadores que atendem a esses critérios em um dado momento compõem distintas camadas da superpopulação relativa. A primeira delas é a flutuante, que condensa os operários imediatamente disponíveis para o capital, pois não realizam qualquer forma de trabalho e encontram-se

temporariamente sem renda própria. A segunda é a superpopulação latente, que abrange os trabalhadores que subsistem por meio de relações de produção não-capitalistas, como a pequena produção não-mercantil e serviços prestados diretamente ao consumidor. A terceira e última camada é a estagnada, na qual se encontram os trabalhadores que não estão plenamente empregados pelo capital, todavia integram seu ciclo de valorização por meio de ocupações totalmente irregulares, como o trabalho autônomo subordinado a empresas e o subemprego em um sentido mais amplo.

A transposição dessas categorias para as estatísticas oficiais encontrou uma série de problemas, em grande medida derivados da própria metodologia da PNAD Contínua, que evidentemente não tem por prioridade identificar as relações de produção que permeiam o mercado da força de trabalho brasileiro. Para tentar contornar essas limitações, recorremos ao escrutínio dos microdados da pesquisa e ao estabelecimento de critérios combinados entre variáveis ocupacionais, demográficas e de renda. Apesar dos avanços obtidos com esses procedimentos, permanecem diversas lacunas, especialmente no que se refere à distinção entre os membros das camadas latente e estagnada, à identificação de assalariados disfarçados como trabalhadores autônomos e aos critérios que definem as frações da classe trabalhadora que de fato estão aptas e disponíveis ao trabalho assalariado sob condições normais de duração, intensidade e qualidade.

A despeito dos ajustes ainda necessários, os resultados obtidos por meio dessa proposta de mensuração permitiram importantes aproximações acerca do movimento recente da superpopulação relativa brasileira, além de fornecer materiais bastante amplos para o mapeamento de sua composição atual. Quanto ao primeiro desses aspectos, vale destacar as seguintes conclusões:

i) O exército de reserva brasileiro é efetivamente maior e mais diverso do que poderiam indicar quaisquer estatísticas convencionais. Ele era composto por 47 milhões de pessoas em 2012, tendo chegado a 58 milhões ao final de 2020. Ao longo de todo esse período, o capital não chegou a雇用 regularmente sequer 60% de toda a força de trabalho disponível no país, mantendo sempre um volumoso excedente de trabalhadores a postos para garantir o regime de superexploração;

ii) O processo de absorção da superpopulação relativa iniciado por volta de 2004 atingiu seu limite entre 2012 e 2014, quando a queda na rentabilidade do capital esgotou as possibilidades de ganhos salariais dentro dos condicionantes da dependência, exigindo uma nova rodada de desemprego para conter o poder reivindicatório da classe trabalhadora;

iii) A incidência da crise de acumulação sobre o mercado de trabalho brasileiro a partir de 2014 promoveu uma intensa recomposição da superpopulação relativa, que se estendeu até o final de 2017. A perda de renda e a consequente acentuação do pauperismo desencadeados nesse período ampliaram enormemente a camada flutuante do exército de reserva, potencializando a concorrência pelas vagas de emprego existentes e o aumento do grau de exploração da força de trabalho;

iv) A lenta retomada da acumulação observada a partir de 2017 foi acompanhada por uma absorção ainda mais lenta da superpopulação relativa, que permaneceu praticamente estagnada até 2019. Em grande medida, isso se deve à centralização do capital, por um lado, e ao deslocamento da demanda por trabalho para ocupações irregulares, por outro. Dessa forma, a superpopulação estagnada passou a cumprir um papel fundamental para o ciclo de acumulação, absorvendo uma parte expressiva dos membros da camada flutuante, todavia sem reduzir a concorrência pelas vagas de trabalho assalariadas;

v) A crise associada à pandemia da Covid-19 levou a um novo crescimento da superpopulação relativa, porém não na mesma intensidade com que impactou no nível de emprego. Essa desproporcionalidade se deve ao encolhimento do próprio mercado de trabalho brasileiro em 2020, além do fato de que grande parte dos trabalhadores que perderam suas ocupações já eram membros da superpopulação relativa, que apenas migraram para a camada flutuante. Nos próximos períodos, a tendência é que esses trabalhadores sejam reabsorvidos, mas não sob as mesmas condições, uma vez que a conjuntura potencializa a concentração do emprego na camada estagnada;

Já quanto à composição atual da superpopulação relativa, os principais resultados dão conta de que:

i) A camada flutuante era composta por aproximadamente 18 milhões de pessoas em 2019, sendo que cerca de 7 milhões delas não estavam procurando trabalho ou imediatamente disponíveis para trabalhar e outras 2,5 milhões já procuravam emprego sem sucesso há mais de dois anos. Nesta camada, encontram-se majoritariamente jovens-adultos plenamente aptos ao trabalho e pessoas com ensino médio completo. Também chama a atenção a absoluta predominância da população negra e, em menor medida, de mulheres;

ii) Abstraindo os efeitos conjunturais da pandemia, a maior parte do exército de reserva brasileiro ainda se concentra na camada latente, que totalizava 24 milhões de trabalhadores em 2019. Esses trabalhadores abrigam-se sobretudo nos serviços

domésticos, no comércio de rua, nas atividades de construção e reparos residenciais e na agropecuária de subsistência. A camada latente é uma das grandes catalizadoras das desigualdades sociais no Brasil, em praticamente todos os seus aspectos. Primeiro, porque suas ocupações tendem a ser as mais precárias, caracterizadas pela subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e por baixíssimos rendimentos monetários, via de regra inferiores ao salário mínimo. Segundo, porque seu perfil populacional é predominantemente feminino, negro, de analfabetos e grupos etários mais velhos;

iii) A superpopulação estagnada já abrangia aproximadamente 14 milhões de pessoas em 2019. Em sua composição interna, encontram-se majoritariamente atividades produtivas, com destaque à agropecuária subordinada a agroindústrias ou ao capital comercial; à pequena produção artesanal ou manufatureira subcontratada por indústrias e lojas; e aos ascendentes ramos de transporte de passageiros e de entregas de mercadorias. As ocupações nesta camada se caracterizam por jornadas extremamente polarizadas e elevados índices de rotatividade. Além de possuírem um patamar remuneratório inferior ao dos assalariados, seus rendimentos são extremamente instáveis. Demograficamente, sobressaem-se homens, negros, jovens e pessoas com baixa escolaridade;

Seja no campo da crítica teórica ou do aprimoramento empírico, os resultados desta pesquisa abrem diversos flancos para estudos posteriores. Dentre eles, destacamos a necessidade de refinar os critérios de classificação e as estatísticas obtidas a partir deles, além de estender os indicadores de renda para outras fontes e desenvolver análises longitudinais que permitam acompanhar a transição da população entre os setores que empregam o exército ativo, as camadas de reserva e o lumpemproletariado. O que deve determinar a ordem de prioridade dessas tarefas, contudo, é a conjuntura. Nesse sentido, é inadiável para os marxistas retomar os estudos sistemáticos sobre as tendências do ciclo de acumulação e a composição de classes da sociedade brasileira, sem os quais nossos esforços teóricos jamais ganharão sentido prático.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C.; AMROIM, H.; GROHMANN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 23, n. 57, p. 26-56, mai-ago/2021.

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. M. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, p. 13-28, 2004.

ANTUNES, R.; PRAUN, L. A aposta nos escombros: reforma trabalhista e previdenciária: a dupla face de um mesmo projeto. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, v. 2, n. 1, p. 56-81, 2019.

AUGUSTO, André Guimarães. Marx e as "robinsonadas" da Economia Política. **Nova economia**, v. 26, n. 1, Jan-abr/ 2016, p. 301-327.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo**: uma análise do período 1990-2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Universidade Federal do Maranhão. São Luís, p. 199, 2011.

ARUTO, Pietro Caldeirini. **Padrão de reprodução do capital e superexploração da força de trabalho no Brasil (2003-2016)**: uma análise em múltiplas dimensões espaciais. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, p. 252, 2019.

AZEVEDO, Beatriz Regina Zago de. Emprego, desemprego e subemprego: uma revisão da literatura crítica. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 155-168, 1985.

BACCIOTTI, R.; MARÇAL, E. F. Taxa de Desemprego no Brasil em quatro décadas: retropulação da PNAD contínua de 1976 a 2016. **Textos para Discussão**, São Paulo: FGV, nº 522, fev/2020. Disponível em: <https://tinyurl.com/y66y2dwc>. Acesso em: 28 set. 2020.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 3^a ed. Florianópolis: Insular. 2015.

BACEN – Banco Central do Brasil. Indicadores de subutilização da força de trabalho ajustados por horas trabalhadas. **Estudos Especiais**, nº 68, 2019. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/conteudo/relatorioinflacao/EstudosEspeciais/EE068_Indicadores_de_subutilizacao_da_forca_de_trabalho_ajustados_por_horas_trabalhadas.pdf. Acesso em: 13 set. 2020.

BACEN – Banco Central do Brasil. **Custo Unitário do Trabalho**. 2021. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspublic/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BARBOSA, R. J.; SOUZA, P. F.; SOARES, S. D. Distribuição de renda nos Anos 2010: uma década perdida para desigualdade e pobreza. **Texto para Discussão**, n. 2610, Rio de Janeiro: IPEA, nov/2020.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Macroeconomia e mercado de trabalho: as principais teorias e o brasil contemporâneo. **Revista Ciências do Trabalho**, São Paulo, n. 7, p. 51-107, abr-jun/2017.

BRAGA, Douglas. **Análise de microdados da PNAD Contínua**. 2017. Disponível em: <https://rpubs.com/BragaDouglas/335574>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRAGA, J. M.; SUMMA, R. Estimação de um modelo desagregado de inflação de custo para o Brasil. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 399-430, set/2016.

BRAGA, Ruy. **A Política do Precariado**: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo Editorial. 2013.

BREDA, Diógenes Moura. **A transferência de valor no capitalismo dependente contemporâneo**. O caso do Brasil entre 2000 e 2015. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) –Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, p. 217, 2020.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação a produção**. Tese (Doutorado em Economia) –Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 163, 1982.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. **Dependencia, Superexplotacióm del trabajo y crisis**: una interpretación desde Marx. Madrid: Maia Ediciones, 2017.

CARCANHOLO, Reinaldo A. Capitalismo contemporâneo e trabalho produtivo. **Revista de Economia**, v. 34, n. especial, p. 205-221, 2008.

CARCANHOLO, R.; SABADINI, M. Sobre o capital e mais-valia. In: CARCANHOLO, Reinaldo. **Capital**: essência e aparência, São Paulo: Expressão Popular, v. 1, 2011.

CARDOSO JR, José Celso. Estrutura setorial-ocupacional do emprego no Brasil e evolução do perfil distributivo nos anos 90. **Texto para Discussão**, Campinas/SP: IE Unicamp, n. 85, 1999.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff. **Texto para Discussão**, Campinas/SP: IE Unicamp, n. 289, 2017.

CARVALHO, Sandro Sacchet de. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – Resultados da PNAD Contínua em 2020. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro: IPEA/Dimac, n. 51, abr-jun/ 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210408_cc_51_nota_4_retrato_dos_rendimentos.pdf. Acesso em: 25 abr. 2021.

CASTRO, Nadya Araújo Guimarães. **Ejército de reserva:** su especificidad y comportamiento político en el desarrollo del capitalismo en Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia) – Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Universidade Nacional Autônoma do México. Ciudad de México, p. 360, 1983. Disponível em: <http://132.248.9.195/ppt1997/0054600/Index.html>. Acesso em: 24 abr. 2021.

CLAUSEWITZ, Carl von. **Da Guerra.** Princeton: Princeton University [tradução de L. C. Nascimento e S. do Valle], v. 3, 1984.

CNI – Confederação Nacional das Indústrias. **Utilização da capacidade instalada:** indústria de transformação. 2021. Disponível em: <http://www6.sistemaindustria.org.br/gpc/externo/listaResultados.faces?codPesquisa=100>. Acesso em: 13 ago. 2021.

CORSEUIL, C. H.; RUSSO, F. A redução no número de entrevistas na PNAD Contínua durante a pandemia e sua influência para a evolução do emprego formal. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro: IPEA/Dimac, n. 50, jan-mar/ 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210318_cc_50_nota_22_amostra_da_pnad_continua.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

CORSI, Fernando Luiz. O capitalismo global e a pandemia. **Mundo e desenvolvimento**, Franca/SP, v. 1, n. 4, p. 212-233, set/2020.

COSTA, Arland Tássio de Bruchard. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013).** Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, p. 86. 2013.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Balanço das Greves.** 2021. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/sitio/buscaDirigida?tipoBusca=tipo&valorBusca=balan%E7o+das+greves>. Acesso em: 26 jul. 2021.

DORNBUSCH, R.; FISCHER, S.; STARTZ, R. **Macroeconomia**, 11^a ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

DUARTE, Pedro Henrique Evangelista. **Superpopulação relativa, dependência e marginalidade:** ensaio sobre o excedente de mão de obra no Brasil. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, p. 293, 2015.

ECINF – Economia Informal Urbana. **ECINF 2003 – Microdados.** IBGE, 2005. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/setor-informal/9025-economia-informal-urbana.html?=&t=downloads>. Acesso em: 11 nov. 2020.

FELIX, Gil. Sobre o conceito de exército industrial de reserva em Ruy Mauro Marini. **Revista da SEP**, Niterói/RJ, n. 47, mai-ago/ 2017, p. 104-128.

FGV – Fundação Getúlio Vargas. **Indicador Setorial de Produtividade do Trabalho – Anual (desde 1995).** 2021. Disponível em: <https://ibre.fgv.br/observatorio->

produtividade/temas/indicador-setorial-de-produtividade-do-trabalho-anual-desde-1995. Acesso em: 13 ago. 2021.

GOMES, C. M. G. LIMA; F. A.; CARVALHO, L. A. A. Crise do capital e precarização do trabalho: o Brasil em tempos de Covid-19. **O Social em Questão**, v. 14, n. 49, jan-abr/2021, p. 149-172.

GOUVERNEUR, Jacques. **Los fundamentos de la economía capitalista**: Una introducción al análisis económico marxista del capitalismo contemporáneo. Louvain: Presses universitaires de Louvain. 2005.

GRANATO NETO, Nelson. **Exército Industrial de Reserva**: conceito e mensuração. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, p. 126. 2013.

HOFFMANN, Rodolfo. Distribuição da renda no Brasil em 2017: Uma apresentação didática das principais características da distribuição da renda no Brasil de acordo com dados da PNAD Contínua de 2017. **Economia & Região**, Londrina/PR, v.7, n.2, p. 5-28, jul-dez/2019.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas metodológicas, v. 1, 2014. Disponível em: https://www.ufjf.br/wilson_rotatori/files/2011/09/Notas-Metodologicas-PNAD-Cont%C3%ADnua.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD**: um registro histórico da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (1967-2015). Rio de Janeiro: IBGE, 2015. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94878.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**, Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Notas técnicas - Versão 1.8. 2021. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101733_notas_tecnicas.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contas Nacionais Trimestrais**: Indicadores de Volume e Valores Correntes out-dez/2020, Rio de Janeiro: IBGE, 2021b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/pib-vol-val_202003caderno.pdf. Acesso em: 9 mar. 2021b.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Correspondências de atividades econômicas**: SCN x CNAE. IBGE/ Concla. 2021c. Disponível em:

<https://concla.ibge.gov.br/classificacoes/correspondencias/atividades-economicas.html>. Acesso em: 11 nov. 2020.

ILAISE – Instituto Latino Americano de Estudos Socioeconômicos. **Anuário Estatístico**: Trabalho e Exploração, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1tg17OQWxJRgxwhNcbf-qDqjLC1Dq1bsk/view>. Acesso em: 14 nov. 2020.

ILO – International Labour Organization. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. 19ª Conferencia Internacional de Estadísticos del Trabajo, Resolução 1. 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcms5/groups/public/---dgreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 22 mar. 2021.

KREIN, J. D. *et al.* Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. (Orgs.) **Dimensões críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**, Campinas/SP: Curt Nimuendajú, 97-122, 2018.

LAMEIRAS, M. A. P. *et al.* Mercado de trabalho. **Carta de Conjuntura**, Rio de Janeiro: IPEA/Dimac, n. 43, abr-jun/ 2019. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/190618_cc_43_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em: 21 mar. 2021.

LARA, R.; MARANHÃO, C. Fundamentos do trabalho, “questão social” e serviço social. In: SOUZA, E. A.; SILVA, M. L. O. **Trabalho, questão social e serviço social: a autofagia do capital**. São Paulo: Cortez, 2019.

LOUREIRO, E. Z.; GOMES, G. F. M. Dependência e formação do Exército de Reserva: as trabalhadoras em Ilhéus na crise da lavoura cacauíra. **Reflexões Econômicas**, Ilhéus/BA, n. 3, v. 1. p. 112-127, out-2016/mar-2017.

MAGALHÃES, Luís Felipe Aires. Migração internacional e remessas de migrantes: Elementos para uma análise marxista. **Revista de desenvolvimento regional e agronegócio**, v. 15, n. 3, p. 459-477, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Plusvalia extraordinaria y acumulación de capital. **Cuadernos Políticos**, n. 20, p. 18-39, abr-jun/1979.

MARINI, Ruy Mauro. Crisis, cambio técnico y perspectivas del empleo. **Cuadernos CIDAMO**, Ciudad de México, n. 9, 1982. Disponível em: www.archivochile.cl/Ideas_Autores/maurinirm/06otros/maurini_otrostx00005.pdf. Acesso em: 14 set. 2020.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. P. **Ruy Mauro Marini: Vida e obra**. São Paulo: Expressão Popular, p. 137-180, 2005.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina, dependencia y globalización**. Bogotá: CLACSO y Siglo del Hombre Editores, 2008.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, p. 25-36, 2012.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. 2^a ed. São Paulo: Nova Cultural. 1985.

MARQUETTI, A.; HOFF, C.; MIEBACH, A. **Lucratividade e distribuição: a origem econômica da crise política brasileira**. XXII Encontro Nacional de Economia Política, Campinas/SP. **Anais...** Niterói/RJ: SEP, 2017. Disponível em: <https://goo.gl/1gpRbf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

MARTORELLA, Ana Esther Ceceña. In: MARINI, R. M; MILLÁN, M. (Org.). **La teoría social latinoamericana**, v. 2, Ciudad de México: Ediciones El Caballito, 1994, p. 237-262.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro II: O processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro III: O processo global da produção capitalista. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

MATTEI, Lauro (Org.). **América Latina no limiar do Século XXI: temas em debate**. Florianópolis: Insular, 2011.

MATTEI, L.; HEINEN, V. L. Balanço dos impactos da crise da Covid-19 sobre o mercado de trabalho brasileiro em 2020. XXVI Encontro Nacional de Economia Política, Goiânia. **Anais...** Niterói/RJ: SEP, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3DKaufa>. Acesso em: 18 jul. 2021.

NOVAIS, Fernando A. O Brasil nos quadros do Antigo Sistema Colonial. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). **Brasil em perspectiva**, 12^a ed. São Paulo: DIFEL, 1977.

NUN, José. Superpoblación Relativa, Ejército Industrial de Reserva y Masa Marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología**, v. 5, n 2, p. 178-236, 1969.

OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de. **Regulação estatal das relações de trabalho no capitalismo contemporâneo: uma crítica ao discurso da flexibilização e desregulamentação**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Estadual de Campinas. Campinas/SP, p. 151, 2013.

OLIVEIRA, Emerson Fernando de. **Características e mensuração do exército industrial de reserva brasileiro, de 2000 a 2015**. Dissertação (Mestrado em Economia) – Programa de Pós-Graduação em Economia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo/PR, p. 146, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o capital. **Estudos CEBRAP**, v. 16, n. 2, p. 7-25, 1976.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: O ornitorrinco. 3^a ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

OSORIO, Jaime. La exclusión desde la lógica del capital. **Migración y Desarrollo**, n. 14, p. 89-104, 2010.

OSORIO, Jaime. Fundamentos da superexploração. In: ALMEIDA FILHO, Niemeyer (Org.). **Desenvolvimento e dependência**: Cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: IPEA, p. 49-70, 2013.

OSORIO, Jaime. **Coyuntura**: cuestiones teóricas y políticas. Ciudad de México: Itaca. 2019.

PAIVA, B.; CARRARO, D.; ROCHA, M. Políticas sociais na América Latina: a superexploração do trabalho e outras contradições. In: MATTEI, Lauro (Org.). **América Latina no limiar do Século XXI**: temas em debate. Florianópolis: Insular, p. 191-226, 2011.

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. **Sistema PED**: Metodologia utilizada. São Paulo: SEADE/DIEESE, 2009. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html>. Acesso em: 10 abr. 2021.

PESSOA, D.; SILVA, P. N. **Análise de Dados Amostrais Complexos**. 2018. Disponível em: <https://djalmapessoa.github.io/adac/index.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

PINTO, E. C. *et al.* A Guerra de Todos contra Todos: A Crise Brasileira. **Texto para Discussão**, Rio de Janeiro: IE UFRJ, n. 6, 2017. Disponível em: https://www.ie.ufrj.br/images/IE/TDS/2017/TD_IE_006_2017_PINTO%20et%20al.pdf. Acesso em: 11 nov. 2020.

PNADC/A – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual. **Microdados da Divulgação Anual** [IBGE], 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=microdados>. Acesso em: 19 jun. 2021.

PNADC/T – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Trimestral. **Microdados da Divulgação Trimestral** [IBGE], 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?edicao=30789&t=microdados>. Acesso em: 13 jun. 2021.

PRADO JUNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. 28 ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

PUC – Departamento de Economia da PUC-Rio. **Data Zoom**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. 2021. Disponível em: <http://www.econ.puc-rio.br/datazoom/pnadc.html>. Acesso em: 9 set. 2020.

QUIJANO, Aníbal. Dependencia y marginalidad: El concepto de polo marginal. In: MARINI, R. M; MILLÁN, M. (Org.). **La teoría social latinoamericana**, v. 2, Ciudad de México: Ediciones El Caballito, 1994, p. 181-210.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 2^a ed, 1979.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

ROSSI, P.; MELLO, G. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. **Nota do Cecon**, IE/Unicamp, n.1, abr/2017. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 15 abr. 2020.

RUBIN, Isaak Illich. **A teoria marxista do valor**. São Paulo: Polis. 1987.

SABADINI, M. S.; NAKATANI, P. Desestruturação e informalidade do mercado de trabalho no Brasil. **Análisis de Coyuntura**, v. 8, n. 2, p. 265-290, jul-dez, 2002.

SAFFIOTI, Heleith I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. **Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo**: uma longa e bem-sucedida parceria. 2019. Disponível em: https://www.seade.gov.br/produtos/midia/2019/07/PED_RMSP_encerramento.pdf. Acesso em: 28 mar. 2021.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Anuário do trabalho na micro e pequena empresa**. 2013. Disponível em: https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf. Acesso em: 7 jun. 2019.

SHAIKH, Anwar. An Introduction to the History of Crisis Theories. In: MCLHENNY, R. **U.S. Capitalism in Crisis**, New York: U.R.P.E., 1978.

STATA. **Stata Survey data reference manual**. Texas/USA: Stata Corporation Press, v. 13, 2013. Disponível em: <https://www.stata.com/manuals13/svy.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

TAVARES, M. A.; LIMA, R. O. T. A “liberdade” do trabalho e as armadilhas do salário por peça. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 170-177, jul-dez/2009.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Códigos para a reprodução da base de dados (a partir do 4º trimestre de 2015, Stata)

VARIÁVEIS AUXILIARES

```
egen trim = concat(Ano Trimestre), punct(-)
gen subset= int(V4013/1000)
gen prof= int(V4010/100)
gen subprof= int(V4010/10)
gen autempresas = 1 if VD4009==9 & ((subset>=5 & subset<=37) | subset==42 | (subset >=49 & subset<=53) | (subset >=58 & subset<=84) | (subset >=94 & subset<=95) | subset==99)
gen trabprimario=1 if (VD4011==6 | prof==92) & VD4009==9
```

CONSTRUÇÃO DA VARIÁVEL ‘CATEGORIA’ (CLASSES E CAMADAS DA SUPERPOPULACAO RELATIVA)

TRAB FAM AUX E TRAB DOM

```
gen categoria="SR Latente" if V4012==1
replace categoria="SR Latente" if VD4007==4
replace categoria="SR Estagnado" if V40121==2
replace VD4009=9 if V40121==1
replace VD4019=2 if V40121==1
```

CONTA PRÓPRIA

```
replace categoria="Profissionais Liberais" if (VD4009==9 & prof!=0 & prof<=35 & subprof!=235 & subprof!=265)
replace categoria="Inativo" if categoria=="" & VD4009==9 & trabprimario==1 & (VD3004==1 | VD4031<20)
replace categoria="SR Latente" if categoria=="" & VD4009==9 & trabprimario==1 & (V4013==1108 | V4013==1109 | V4013==1110 | V4013==1119 | V4013==3001 | V4013==1500)
replace categoria="SR Estagnado" if categoria=="" & VD4009==9 & trabprimario==1 & ((V4019==1 | VD4012==1) | (V4013==1104 | V4013==1106 | V4013==1107 | V4013==1113 | V4013==1114 | V4013==1115 | V4013==1118 | V4013==1206 | V4013==1401 | V4013==1402 | V4013==2000))
replace categoria="SR Latente" if categoria=="" & VD4009==9 & trabprimario==1
replace categoria="Profissionais Liberais" if categoria=="" & VD4009==9 & autempresas==1 & V4019==1
replace categoria="SR Estagnado" if categoria=="" & VD4009==9 & autempresas==1
replace categoria="SR Estagnado" if categoria=="" & VD4009==9 & autempresas!=1 & V4019==1
replace categoria="SR Latente" if categoria=="" & VD4009==9 & autempresas!=1 & V4019!=1
replace VD4009=10 if V40121==1
```

EMPREGADORES

```
replace categoria="Burgues" if VD4009==8 & (trim=="2016-1" | trim=="2016-2" | trim=="2015-4") & (prof<=35 | prof==52 | prof==61 | prof==62) & prof!=23 & V403311>6 & V4019==1
replace categoria="Burgues" if VD4009==8 & (trim!="2016-1" & trim!="2016-2" & trim!="2015-4") & (V4016!=1 | V4016!=2) & (prof<=35 | prof==52 | prof==61 | prof==62) & prof!=23 & V403311>6 & V4019==1
replace categoria="Pequeno-burgues" if categoria=="" & VD4009==8 & V4019==1
replace categoria="Pequeno-burgues" if categoria=="" & VD4009==8 & ((prof!=0 & prof<=35) | V403311>4)
replace categoria="SR Estagnado" if categoria=="" & VD4009==8 & V4019!=1
```

EMPREGADOS

```
replace categoria ="Empregados - Setor Publico" if VD4008==3
replace categoria ="SR Estagnado" if VD4009==6 & V4025==1 & VD4004A==1
replace categoria ="SR Estagnado" if VD4008==1 & (categoria=="") & VD4004A==1
replace categoria ="SR Estagnado" if VD4008==1 & (categoria=="") & V4025==1
replace categoria="Empregados - Setor Privado" if VD4009==1 & (prof>0 & prof<=22)
```

```
replace categoria="Empregados - Setor Privado" if VD4008==1 & categoria==""
*NÃO-OCUPADOS*
replace categoria="SR Flutuante" if V4071==1 & V4077==1
replace categoria="SR Latente" if V4071==1 & V4077!=1 & categoria=="" & V4078A==1
replace categoria="Inativo" if V4071==1 & V4077!=1 & categoria==""
replace categoria="SR Latente" if categoria=="" & V4071!=1 & (V4074A==7)
replace categoria="Inativo" if categoria=="" & V4071!=1 & V4073!=1
replace categoria="SR Flutuante" if categoria=="" & V4071!=1 & V4073==1 & (V4074A!=5
& V4074A!=8 & V4074A!=9)
replace categoria="Inativo" if categoria=="" & V4071!=1 & V4073==1
replace categoria="Inativo" if categoria=="SR Flutuante" & (V4076==4 & V40763!=2) &
VD3004<=2
```

APÊNDICE B – Código e descrição das variáveis utilizadas (Dicionários de
Microdados da PNAD Contínua Trimestral⁷⁴)

Descrição	Código	Período
Idade	V2009	>=2012/1
Realização de trabalho remunerado em dinheiro	V4001	>=2012/1
Rendimento em dinheiro	V403312	>=2012/1
Realização de trabalho remunerado em produtos ou benefícios	V4002	>=2012/1
Bico ou trabalho ocasional remunerado	V4003	>=2012/1
Código CBO	V4010	>=2012/1
Categoria do familiar auxiliado por trab. não-remunerado	V40121	>=2012/1
Código CNAE	V4013	>=2012/1
Empregador - Número de empregados	V4016	<=2015/3 >=2016/2
Empreendimento com registro no CPNJ	V4019	>=2012/1
Emprego temporário	V4025	>=2012/1
Contribuição para instituto de previdência	V4032	>=2012/1
Horas habitualmente trabalhadas - trab. principal	V4039	>=2012/1
Horas habitualmente trabalhadas - trab. secundário	V4056	>=2012/1
Tempo de permanência no trabalho atual	V4040	>=2012/1
Número da faixa do rendimento/retirada em dinheiro	V403311	>=2012/1
Desejaria trabalhar mais horas - Efetivo	V4063	<=2015/3
Desejaria trabalhar mais horas - Habitual	V4063A	>=2015/4
Estaria disponível para trabalhar mais horas - Efetivo	V4064	<=2015/3
Estaria disponível para trabalhar mais horas - Habitual	V4064A	>=2015/4
Procurou trabalho nos últimos 30 dias	V4071	>=2012/1
Não trabalha, mas gostaria de trabalhar	V4073	>=2012/1
Motivo de não-procura por trabalho	V4074	<=2015/3
Motivo de não-procura por trabalho	V4074A	>=2015/4
Tempo de procura por trabalho	V4076	>=2012/1
Disponibilidade para assumir uma ocupação	V4077	>=2012/1
Motivo de não querer/poder começar a trabalhar	V4078	>=2012/1
Motivo de não querer/poder começar a trabalhar	V4078A	>=2012/1
Nível de instrução mais elevado alcançado	VD3004	>=2012/1
Posição na ocupação no trabalho principal	VD4007	>=2012/1
Posição na ocupação e categoria do emprego do trabalho principal	VD4009	>=2012/1
Grupamentos ocupacionais do trabalho principal	VD4011	>=2012/1
Horas habitualmente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	VD4031	>=2012/1
Horas efetivamente trabalhadas por semana em todos os trabalhos	VD4032	>=2012/1

Fonte: PNADC/T (2021); Elaboração própria.

⁷⁴ Dicionário de variáveis disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/Documentacao

APÊNDICE C – Classificação das atividades majoritariamente prestadas às empresas, por código na CNAE Domiciliar

Um dos problemas da utilização da PNAD Contínua para a classificação proposta neste estudo é que a pesquisa do IBGE não diferencia a natureza da produção ou dos serviços prestados pelos trabalhadores por conta própria. Para suprir essa carência, buscamos critérios para reclassificar as atividades econômicas de cada uma dessas ocupações de acordo com o destino dos bens ou serviços produzidos.

Essa reclassificação foi feita com base em três fontes: a correspondência entre a CNAE Domiciliar (utilizada na PNAD Contínua) e o Sistema de Contas Nacionais (IBGE, 2021b); as estatísticas ocupacionais da pesquisa de Economia Informal Urbana (ECINF, 2005); e os próprios microdados da PNAD Contínua.

Com base na primeira dessas fontes, incluímos as atividades do grupamento “Serviços prestados às empresas” (código 40) que, na PNAD Contínua, correspondem basicamente às seções CNAE (dois primeiros dígitos da variável V4013) de Informação e comunicação (códigos 58 a 63); e de Atividades profissionais, científicas e técnicas (69 a 75).

A partir da ECINF, incluímos os grupos de atividades que eram realizadas principal ou exclusivamente sob subcontratação ou encomenda. A proporção das ocupações que atendem a essa condição, por seção de atividade, são apresentados na Tabela C1. Como esses dados são de 2003 (último ano de realização da pesquisa), utilizamos o ponto de corte de 40% para considerar como atividades majoritariamente prestadas às empresas.

Para os casos em que essas duas fontes não ofereceram informações suficientes, utilizamos critérios mais arbitrários, todavia sustentados na observação dos tipos de profissões e atividades por conta própria mais frequentes em cada grupamento. A partir desses três métodos, estabelecemos um conjunto de seções CNAE como representativos das atividades por conta própria prestadas majoritariamente às empresas, as quais são apresentadas na Tabela C2.

Tabela C1 – Proporção das unidades econômicas em atividades por conta-própria realizadas principal ou majoritariamente sob subcontratação ou encomenda

Seção de atividade econômica (CNAE Domiciliar 2002)	%
0 Não identificado	26,5
13 Extração de Minerais Metálicos	-
14 Extração de Minerais Não-Metálicos	-
15 Fabricação de Produtos Alimentícios e Bebidas	46,5
17 Fabricação de Produtos Têxteis	63,0
18 Confecção de artigos do vestuário e acessórios	55,3
19 Preparação de Couros e Fabricação de Artefatos de Couro, Artigos de Viagem e Calçados	79,5
20 Fabricação de Produtos de Madeira	41,9
21 Fabricação de Celulose, Papel e Produtos de Papel	75,2
22 Edição, Impressão e Reprodução de Gravações	51,1
23 Fabricação de Coque, Refino de Petróleo, Elaboração de Combustíveis Nucleares e	-
24 Fabricação de Produtos Químicos	-
25 Fabricação de Artigos de Borracha e Plástico	65,0
26 Fabricação de Produtos de Minerais Não-Metálicos	54,5
27 Metalurgia Básica	84,9
28 Fabricação de Produtos de Metal - Exclusive Máquinas e Equipamentos	59,1
29 Fabricação de Máquinas e Equipamentos	64,7
30 Fabricação de Máquinas para Escritório e Equipamentos de Informática	-
31 Fabricação de Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	60,2
32 Fabricação de Material Eletrônico e de Aparelhos e Equipamentos de Comunicações	-
33 Fabricação de Equipamentos de Instrumentação Médico-Hospitalares, Instrumentos de	58,5
34 Fabricação e montagem de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias	-
35 Fabricação de Outros Equipamentos de Transporte	-
36 Fabricação de Móveis e Indústrias Diversas	61,6
37 Reciclagem	76,5
45 Construção	23,2
50 Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas; e Comércio a Varejo de	23,5
51 e 52 Comércio por Atacado e Intermediários; Comércio Varejista e Reparação de veículos	26,8
53 - Comércio Varejista e Reparação de Objetos Pessoais e Domésticos	20,6
55 Alojamento e Alimentação	10,7
60 Transporte Terrestre	32,6
61 Transporte Aquaviário	32,8
62 Transporte Aéreo	73,9
63 Atividades Anexas e Auxiliares do Transporte e Agências de Viagens	43,9
64 Correio e Telecomunicações	74,0
65 Intermediação Financeira, exclusive Seguros e Previdência Privada	45,8
66 Seguros e Previdência Privada	84,5
67 Atividades Auxiliares da Intermediação Financeira	22,6
70 Atividades Imobiliárias	11,5
71 Aluguel de Veículos, Máquinas e Equipamentos sem Condutores ou Operadores e de	19,2
72 Atividades de Informática e Conexas	62,8
73 Pesquisa e Desenvolvimento	-
74 Serviços Prestados Principalmente às Empresas	53,9
80 Educação	11,8
85 Saúde e Serviços Sociais	10,4
90 Limpeza Urbana e Esgoto; e Atividades Conexas	30,2
91 Atividades Associativas	-
92 Atividades Recreativas, Culturais e Desportivas	42,0
93 Serviços Pessoais	5,7
Total	28,5

Fonte: ECINF (2003); Elaboração própria.

Nota: hifens indicando grupamentos com amostragem não significativa a 99%.

Tabela C2 – Atividades majoritariamente prestadas às empresas, por código CNAE

Cód.	Atividade
5	Extração de carvão mineral
6	Extração de petróleo e gás natural
7	Extração de minerais metálicos
8	Extração de minerais não-metálicos
9	Atividades de apoio à extração de minerais
10	Fabricação de produtos alimentícios
11	Fabricação de bebidas
12	Fabricação de produtos do fumo
13	Fabricação de produtos têxteis
14	Confecção de artigos do vestuário e acessórios
15	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados
16	Fabricação de produtos de madeira
17	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel
18	Impressão e reprodução de gravações
19	Fabricação de coque; produtos derivados de petróleo e de biocombustíveis
20	Fabricação de produtos químicos
21	Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos
22	Fabricação de produtos de borracha e de material plástico
23	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos
24	Metalurgia
25	Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos
26	Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos
27	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos
28	Fabricação de máquinas e equipamentos
29	Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias
30	Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores
31	Fabricação de móveis
32	Fabricação de produtos diversos
33	Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos
35	Electricidade, gás e outras utilidades
36	Captação, tratamento e distribuição de água
37	Esgoto e atividades relacionadas
42	Obras de infra-estrutura
49	Transporte terrestre
50	Transporte aquaviário
51	Transporte aéreo
52	Armazenamento e atividades auxiliares dos transportes
53	Correio e outras atividades de entrega
58	Edição e edição integrada à de impressão
59	Atvs. cinematográficas, prod. de vídeos e de programas de televisão; gravação de som e de música
60	Atividades de rádio e de televisão
61	Telecomunicações
62	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
63	Atividades de prestação de serviços de informação
64	Atividades de serviços financeiros
65	Seguros, resseguros, previdência complementar e planos de saúde
66	Atividades auxiliares dos serviços financeiros, seguros, previdência complementar e planos de saúde
68	Atividades imobiliárias
69	Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria
70	Atividades de consultoria em gestão empresarial
71	Serviços de arquitetura e engenharia; testes e análises técnicas
72	Pesquisa e desenvolvimento científico
73	Publicidade e pesquisas de mercado
74	Outras atividades profissionais, científicas e técnicas
75	Atividades veterinárias
77	Aluguéis não imobiliários e gestão de ativos intangíveis não financeiros
78	Seleção, agenciamento e locação de mão-de-obra
79	Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas
80	Atividades de vigilância, segurança e investigação
81	Serviços para edifícios e atividades paisagísticas
82	Serviços de escritório, de apoio administrativo e outros serviços prestados a empresas
94	Atividades de organizações associativas
95	Reparação e manutenção de equip. de informática e comunicação e de objetos pessoais e domésticos
99	Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais

Fonte: Elaboração própria, com base em IBGE (2021c).